



**INSTITUTO FEDERAL GOIANO**

**Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica  
(ProfEPT)**

**NATÁLIA BORBA DE MORAES MARQUES**

---

---

**A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS  
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO: a busca por um currículo  
integrado**

---

---

Morrinhos  
2019

---

**NATÁLIA BORBA DE MORAES MARQUES**

---

---

**A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS  
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO: a busca por um currículo  
integrado**

---

---

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – nível Mestrado Profissional do Instituto Federal Goiano para obtenção do Título de Mestre.

Linha de pesquisa: Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

Morrinhos  
2019

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos**

M357o Marques, Natália Borba de Moraes.

A organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: a busca por um currículo integrado / Natália Borba de Moraes Marques. – Goiânia, GO: IF Goiano, 2019.

185 f. : il. color.

Orientador: Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2019.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Currículo Integrado. 3. Interdisciplinaridade I. Oliveira, Jussara de Fátima Alves Campos. II. Instituto Federal Goiano. II. Título.

CDU 371.214.14

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Poliana Ribeiro, CRB1/3346

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese  | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação  | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                                   | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação   | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: Dissertação de Mestrado |   |

Nome Completo do Autor: Natália Borba de Moraes Marques

Matrícula: 20172043310152

Título do Trabalho: A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO: a busca por um currículo integrado

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 05/11/2019

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Paraíso do Tocantins - TO, 05/11/2019.

Local

Data

*Natália Borba de Moraes Marques*

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

*Jussara K. Oliveira*

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO  
CAMPUS MORRINHOS - GO  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**ATA Nº / 009**  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

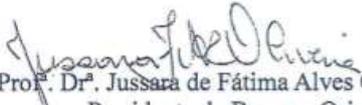
Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 9h00 (nove horas), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira (orientadora), Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana Cristina da Costa Fernandes (avaliadora interna), Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita (avaliadora externa), sob a presidência da primeira, em sessão pública realizada no Instituto Federal Goiano – Reitoria, para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de **Natália Borba de Moraes Marques**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se a conclusão que a Dissertação foi APROVADA e o Produto Educacional foi APROVADO e VALIDADO, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos.

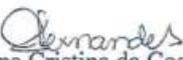
Observações/Recomendações:

---

---

---

  
Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira  
Presidente da Banca e Orientadora  
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

  
Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana Cristina da Costa Fernandes  
Avaliadora Interna  
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

  
Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita  
Avaliadora Externa  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica**  
**(ProfEPT)**

**BANCA EXAMINADORA**

**Estudante:** Natália Borba de Moraes Marques

---

**Orientadora:** Profa. Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

**Membros:**

1. Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira

2. Dra. Juliana Cristina da Costa Fernandes

3. Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

**Suplentes:**

1. Dr. José Carlos Moreira de Souza

2. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro

**Data: 05 de Setembro de 2019.**

*Dedico este trabalho às pessoas que mais amo: meus adorados pais Gerson e Iêda. Pessoas simples, fortes e amorosas, que dedicaram suas vidas ao trabalho, aos filhos e, agora, aos netos. É deles, meu eterno respeito e amor. Igualmente, ao meu amado esposo, que conviveu comigo nesses “dias difíceis”, mas que se findam, com a graça de Deus. É dele, minha eterna admiração e amor. E, da mesma forma, ao meu filho Pedro Augusto. Criança compreensível e carinhosa, que entendeu todas as vezes que a mamãe não pôde dar colo e cafuné, como pedia. Assim como, a minha filha Laura, que compartilhou comigo todo o percurso de formação no mestrado, da gestação ao seu nascimento, e, agora, já pronuncia suas primeiras palavrinhas. É deles, todo o meu coração e amor.*

## AGRADECIMENTOS

---

A Deus, que me fortaleceu para continuar as jornadas acadêmica, profissional, de mãe, de esposa e de filha. Enfim, me deu forças e demonstrou todo o seu cuidado e amor para comigo e minha família. Toda graça e honra seja dada a Ele.

À minha mãe Iêda, minha rainha, de modo muito especial, pelo amor, pela cumplicidade, pelo incentivo, pelo otimismo, por toda disposição em cuidar de mim e das crianças (e não foram poucas as ocasiões), e por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava, lutando junto comigo, cotidianamente em cada fase desse curso.

Ao meu marido Danilo, pelo apoio, pela confiança, pela esperança e pelos cuidados dispensados para que eu pudesse realizar várias etapas difíceis desse trabalho, abdicando muitas vezes de momentos em família.

Aos meus filhos amados Pedro Augusto e Laura, por todos os beijos molhados, pelos abraços apertados, pelos longos cheiros, pelos olhares cheios de ternura e carinho, pelos sorrisos demorados, pela doçura da palavra “mamãe”, pelos infindáveis gestos de amor, pelas suas vidas, que me tornaram uma pessoa melhor, mais forte e muito mais feliz.

Ao meu pai Gerson, por estar sempre torcendo por mim, pela paciência, pelo entendimento nas ausências de minha mãe que vinha cuidar das crianças, pela gentileza e pelo apoio que sempre dedicou para comigo e meu irmão, tornando nossas vidas mais felizes e especiais.

Ao meu irmão João Paulo, pelo carinho, pela atenção, pelo amor, e pela alegria sempre compartilhados, tornando minha vida mais doce e sorridente.

Às minhas queridas ajudantes Iêda e Eliene, pelo carinho e pelo cuidado que sempre dedicaram à nós, construindo uma relação de amizade, respeito e companheirismo.

Ao meu sogro, sogra e cunhadas, pelo auxílio com as crianças e pelo estímulo cada vez que precisei.

Aos meus queridos amigos de mestrado, pelos momentos compartilhados ao longo do curso, pelas discussões e aprendizagens, pelas reflexões compartilhadas, pelo apoio e convívio, pela motivação, principalmente durante a gestação. Em especial à Rayce Cristina, pelo zelo, presteza

e carinho que sempre demonstrou na nossa jornada profissional e acadêmica, auxiliando-nos (Eu e Laura, durante a gravidez), sem medir esforços, sempre que necessitei.

Aos meus colegas do Instituto Federal do Tocantins, pelas amizades, pelas contribuições, pelo apoio, pelo encorajamento que sempre dedicaram em todos os momentos que careci.

Ao Instituto Federal do Tocantins, por investir e acreditar que valeria a pena proporcionar-me mecanismos para a realização dessa qualificação.

Aos meus amigos de longa data, pelo ânimo, pelos momentos de descontração, pelo amparo e pelas orações dedicadas a mim e a minha família.

À minha orientadora Professora Doutora Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira, pela compreensão, pela convicção, pela motivação, pela paciência e calma (nas horas que eu mais chorava), pela atenção, pela gentileza e amabilidade dispensados a mim. Trouxe-me ensinamentos fundamentais, os quais foram essenciais para a superação dos desafios que surgiram durante esse percurso.

Às Professoras Doutoradas Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita e Juliana Cristina da Costa Fernandes, pela disponibilidade, pela generosidade e pelas valiosas contribuições, as quais foram fundamentais para a efetivação e fortificação da pesquisa.

A todos que contribuíram, ainda que indiretamente, para a realização desse sonho.

## UM BREVE RELATO

---

Dois sonhos importantes tornavam-se realidade: o mestrado e a gravidez do segundo filho para completar a família. Apesar de ter sido aprovada no processo seletivo em um Programa de Pós-graduação a nível de mestrado, tive que lidar diversas vezes com a desconfiança.

Imagine, uma quantidade enorme de livros para ler, elaboração do projeto e da pesquisa, aplicação de questionário, análise dos dados, construção, desenvolvimento e aplicabilidade do produto educacional, longas noites dedicadas à escrita. Considere tudo isso associado à gestação e, posteriormente, à maternidade. Parece, verdadeiramente, impossível.

Incontáveis foram as vezes nas quais fui questionada sobre como faria o mestrado estando grávida ou como cuidaria da neném quando ela nascesse. Como faria? Como seria? Como amamentaria? Como estudaria?

Senti na pele o preconceito de ser mulher, de ser gestante, de ser mãe e estudante. Infelizmente, o preconceito existe e é cruel. O impressionante é perceber que tais questionamentos não são realizados para homens que se tornam pais durante um processo de pós-graduação. Tampouco precisam interromper suas vidas e planos por terem filhos.

Realmente, foram tempos de muitas lamúrias e dificuldades, principalmente quando já estava no oitavo mês, devido ao desconforto da gestação. Quase 1000 km de ônibus, de 15 em 15 dias. Felizmente, quando a Laura nasceu, obtive a licença-maternidade para continuar as atividades em casa. O que também não foi uma tarefa fácil, em virtude das noites mal dormidas, fraldas mijadas, peitos doloridos e um doce “mamãe, quero estudar com você” do primogênito, que prejudicam a concentração e nos levam à exaustão.

Uma jornada de muito cansaço físico e mental, mas, sem dúvida, a maior de todas as dores era quando precisava deixar a família para ir aos encontros ou mesmo me isolar no quarto para ler e escrever. Filhos pequenos e esposo, uma bebê ainda em fase de amamentação. Deveras, uma árdua etapa, mas, superada, para a glória e honra do nome de Jesus.

Por sorte, Deus é o grande “Eu Sou” e as batalhas existem para serem vencidas e para provarem que somos mulheres, somos esposas, somos mães, somos filhas, somos profissionais, somos estudantes, pesquisadoras, mas somos CAPAZES. “TodAs” nós somos capazes, pois somos fortes e lutamos contra uma sociedade historicamente machista, para garantir nossos direitos, inclusive o da permanência em instituições de ensino.

“[...] o que pouco se fala é sobre a imensa satisfação de saber que é possível. Que damos conta do recado. Que conseguimos. Que temos uma fonte de inspiração quase inesgotável. Que desenvolvemos capacidades que antes sequer imaginávamos. Que praticamente duplicamos nossas horas diárias. Que transformamos qualquer hora em hora de estudo. E que estamos fazendo bem feito”.

Barbosa *apud* Moreiras (2013).

## SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	19
<b>CAPÍTULO 1: ESTRUTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA.....</b>	<b>24</b>
1.1 HISTORICIDADE DA DUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	24
1.2 LEGISLAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	25
1.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO E PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DA DÉCADA DE 90: UM CAMPO DE CONFLITOS.....	35
1.3.1 Decreto n.º 2.208/1997.....	35
1.3.2 Decreto n.º 5154/2004.....	37
1.3.3 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Lei n.º 11.892/2008.....	39
1.3.3.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.....	41
1.3.3.2 O Campus de Paraíso do Tocantins.....	44
1.3.4 A reforma do ensino médio: lei n.º 13.415/2017.....	47
<b>CAPÍTULO 2: ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR.....</b>	<b>52</b>
2.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.....	52
2.1.1 Formação humana: omnilateralidade, politecnia e escola unitária.....	54
2.1.2 A indissociabilidade entre o trabalho, ciência e cultura.....	57
2.1.3 O trabalho como princípio educativo.....	62
<b>CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>65</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	65

<b>3.1.1</b>	<b>Estudo de caso.....</b>	<b>67</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Pesquisa bibliográfica.....</b>	<b>68</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Pesquisa documental.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1.4</b>	<b>Pesquisa de campo.....</b>	<b>69</b>
<b>3.2</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>70</b>
<b>3.2.1</b>	<b>O Seminário do Currículo Integrado.....</b>	<b>71</b>
3.2.1.1	Submissão de experiências exitosas.....	75
3.2.1.2	Programação e síntese das atividades realizadas.....	75
3.2.1.3	Balanco avaliativo do Seminário.....	84
<b>3.3</b>	<b>INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>87</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Análise dos dados coletados.....</b>	<b>88</b>
<b>3.4</b>	<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>109</b>
<b>3.5</b>	<b>POPULAÇÃO A SER ESTUDADA.....</b>	<b>110</b>
 <b>CAPÍTULO 4: CONTRIBUIÇÕES.....</b>		 <b>112</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		 <b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>126</b>
<b>ANEXOS.....</b>		<b>136</b>
<b>APÊNDICES.....</b>		<b>150</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

Figura 1	-	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.....	41
Figura 2	-	Unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.....	42
Figura 3	-	Distribuição territorial dos <i>campi</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.....	43
Figura 4	-	Slogan do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.....	43
Fotografia 1	-	Foto aérea do <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins/IFTO.....	46
Fotografia 2	-	Mesa de abertura.....	77
Fotografia 3	-	Apresentação cultural.....	78
Fotografia 4	-	Presidente da comissão.....	79
Fotografia 5	-	Conferência.....	80
Fotografia 6	-	Mesa-redonda.....	82
Fotografia 7	-	Palestra.....	83
Artigo 1	-	O aspecto interdisciplinar para uma aprendizagem significativa possibilitados pelo currículo integrado.....	114

## LISTA DE TABELAS

---

Tabela 1	-	Distribuição de discentes nos cursos ofertados pelo <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins/IFTO.....	45
----------	---	--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1	- Titulação dos docentes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins/ IFTO.....	46
Gráfico 2	- Nível de formação docente.....	90
Gráfico 3	- Tempo de magistério no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.....	91
Gráfico 4	- Nível de conhecimento da proposta do Ensino Médio Integrado.....	92
Gráfico 5	- Participação na construção do Projeto de Criação e/ou Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.....	93
Gráfico 6	- Participação em reuniões/atividades relacionadas aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.....	94
Gráfico 7	- Participação na elaboração da ementa das disciplinas no Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.....	94
Gráfico 8	- Compreensão do trabalho como princípio educativo.....	97
Gráfico 9	- Presença da educação politécnica na proposta dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.....	98
Gráfico 10	- Frequência de formação continuada sobre o Ensino Médio Integrado.....	99
Gráfico 11	- Presença dos níveis de interdisciplinaridade nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins/IFTO.....	105
Gráfico 12	- Conjunto de disciplinas que os docentes consideram que mais contribui para a integração curricular.....	107

## LISTA DE SIGLAS

---

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CEP	Centro de Educação Profissional de Paraíso
CNE	Conselho Nacional de Educação
DGE	Diretora de Gestão Educacional
DIREBT	Diretoria de Ensino Básico e Técnico
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EMI	Integrados ao Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IF	Instituto Federal
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SCI	Seminário do Currículo Integrado
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

## RESUMO

---

Os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio são possibilidades de formação que buscam preparar o indivíduo não somente para o trabalho, mas também para proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas e habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões. Nesse sentido, essa pesquisa buscou, como objetivo geral, compreender os conceitos relacionados à concepção curricular e às práticas educacionais integradoras, com os objetivos específicos de analisar a organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, a fim de identificar características interdisciplinares entre os elementos curriculares estabelecidos pelos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). Além disso, buscou-se ainda, verificar se havia a participação docente na construção e discussão desses documentos, assim como averiguar se a perspectiva integradora era realidade nas práticas docentes, com vista a superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, em que se tem uma educação voltada para o trabalho manual e uma educação que qualifica para o trabalho intelectual. O percurso metodológico adotado nessa pesquisa está centrado numa abordagem crítico-dialética, visto que concebemos a educação como processo omnilateral, que supera a perspectiva unilateral de formação para o trabalho. Ademais, utilizamos o materialismo histórico-dialético, como método, visto que buscamos, por meio da pesquisa, analisar, interpretar e compreender a realidade histórica e social. Para tanto, adotamos como abordagem investigativa a pesquisa quanti-qualitativa e estudo de caso. Quanto aos recursos metodológicos para a coleta de dados foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e a pesquisa de campo, por meio de questionários aplicados e, por fim, a elaboração de um produto educacional. Para a construção da base empírica, foram selecionados os docentes das áreas geral e específica envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Como aporte teórico para as reflexões desta pesquisa, foram estudados pesquisadores como Frigotto (2008; 2010; 2012; 2013), Ramos (2008; 2011; 2012; 2014; 2017), Sacristán (2000), Santomé (1998), dentre outros. Como produto educacional da pesquisa, foi realizado um seminário sobre currículo integrado com os docentes, técnicos administrativos, discentes, pesquisadores e comunidade externa, no *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins. A partir das discussões e reflexões sobre a temática, foi construída, coletivamente, uma minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais do Instituto Federal do Tocantins para a integração curricular. Os resultados da pesquisa mostraram que, em relação aos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Integrado, ainda existe muita incoerência no que diz respeito aos princípios norteadores da proposta de Ensino Médio Integrado. Quanto à organização curricular, é possível e necessário melhorar a forma de integração entre os componentes curriculares, entre os conteúdos e entre as dimensões da ciência, do trabalho, da cultura e da tecnologia, considerando o trabalho como princípio educativo e prezando pela indissociabilidade entre educação básica e profissional e entre os conhecimentos gerais e específicos como totalidade, a fim de se buscar uma formação integral dos educandos.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Currículo Integrado. Interdisciplinaridade.

## ABSTRACT

---

The Technical Courses Integrated to High School are training possibilities that seek to prepare the individual not only for work, but also to provide an understanding of the socio-productive dynamics of modern societies and enable people to exercise autonomously and critically professions. In this sense, this research aimed to understand the concepts related to the curriculum conception and the integrative educational practices, aiming to analyze the curricular organization of the Technical Courses Integrated to the High School of Paraíso do Tocantins Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins, in order to identify interdisciplinary characteristics among the curriculum elements established by the Pedagogical Course Projects (PCPs). In addition, we sought to verify if there was teacher participation in the construction and discussion of these documents, as well as to ascertain if the integrative perspective was a reality in teaching practices, with a view to overcoming the duality of the Brazilian educational structure, in which there is an education focused for manual work and an education that qualifies for intellectual work. The methodological approach adopted in this research is centered on a critical-dialectical approach, since we conceive of education as an omnilateral process that surpasses the unilateral perspective of training for work. In addition, we use historical-dialectical materialism as a method, since we seek through research to analyze, interpret and understand of historical and social reality. Therefore, we adopted as investigative procedures the quantitative and qualitative research and case study. As for the methodological resources for data collection were used: bibliographic research, documentary research, and field research through applied questionnaires and, finally, the elaboration of an educational product. For the construction of the empirical basis, teachers of the general and specific areas and administrative technicians involved in the administrative and pedagogical processes of the Technical Courses Integrated to High School were selected. As a theoretical contribution to the reflections of this research, researchers were studied such as Frigotto (2008; 2010; 2012; 2013), Ramos (2008; 2011; 2012; 2014; 2017), Sacristan (2000), Santomé (1998), among others. As an educational product of the research, a seminar on integrated curriculum was held with teachers, administrative technicians, students, researchers and external community, at the Paraíso do Tocantins Campus of the Tocantins Federal Institute. From the discussions and reflections on the theme, a draft of the Institutional Curriculum Guidelines of the Federal Institute of Tocantins was built collectively for the curriculum integration. The research results showed that, in relation to the Integrated High School Pedagogical Course Projects, there is still a lot of inconsistency regarding the guiding principles of the IHS proposal. As for the curricular organization, it is possible and necessary to improve the integration between the curricular components, the contents and between the dimensions of science, work, culture and technology, considering work as an educational principle and valuing the inseparability between education basic and professional and between general and specific knowledge as a whole, in order to seek an integral formation of the students.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Integrated Curriculum. Interdisciplinarity.

## INTRODUÇÃO

---

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode proporcionar uma formação completa do indivíduo para ser um cidadão crítico e responsável pela tomada de decisões diante das oportunidades de seu futuro. Para isso, além do domínio das técnicas, é fundamental que se tenha acesso ao conhecimento produzido, historicamente, pela humanidade no processo de produção da própria existência.

Nesse sentido, a educação deve oportunizar uma formação integral em que se articulem teoria e prática, viabilizando a compreensão dos fundamentos técnico-científicos das diversas técnicas, permitindo a qualquer discente, trabalhador ou não, burguês ou proletário, atuar também como gestor na sociedade, a fim de superarmos a dualidade estrutural em que a realidade educacional foi estabelecida.

Defendemos, portanto, que o modelo educativo apresentado é possível por meio de uma formação politécnica, omnilateral e de escola unitária, promovido pelo implemento de práticas pedagógicas e de organização curricular integradoras.

Destarte, é necessária a discussão e reformulação dos currículos, principalmente, dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Nessa configuração de estrutura educacional,

Devem ser criados valores fundamentais do "humanismo", a auto-disciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.) (GRAMSCI, 1982, p. 124).

O eixo temático desta pesquisa situa-se no debate sobre a efetivação de um currículo integrado para a EPT de nível médio, com vista a superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, reflexo da dualidade das sociedades sob o modo de produção capitalista que tem uma educação voltada para o trabalho manual e uma educação que qualifica para o trabalho intelectual.

A Lei n.º 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Além disso, estabeleceu como um dos seus objetivos ofertar, com a garantia mínima de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas, a educação profissional técnica de nível médio, **prioritariamente, na forma de cursos integrados**. Percebe-se a intenção de superação da

dualidade estrutural da educação, uma vez que se busca oportunizar aos jovens estudantes uma formação completa e integral através da modalidade integrada (BRASIL, 2008).

Além disso, amparada pelo decreto n.º 5.154/2004 (BRASIL, 2004), pode-se compreender que, para que as expectativas e objetivos da referida lei fossem alcançados, seria necessário que esse currículo fosse integrado. Segundo Ciavatta (2012, p. 84), “queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho”, possibilitados por uma abordagem interdisciplinar, de modo a assegurar ao estudante uma formação completa com vistas à sua emancipação e autonomia. Assim, não podemos entender essa integração apenas como uma junção de disciplinas em que se oferece, simultaneamente e na mesma unidade de ensino, disciplinas da formação geral de caráter propedêutico e disciplinas específicas da formação profissional, sem diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, contextualização do conteúdo ou perspectiva interdisciplinar.

Portanto, o presente estudo é motivado pela dificuldade de efetivação de práticas integradoras e interdisciplinares nos cursos técnicos integrados ao ensino médio que foram legalmente estabelecidos para formar cidadãos completos, tanto para a vida em sociedade, quanto para compreender os fundamentos técnicos-científicos das diversas técnicas, tornando-os capazes de relacioná-las às diversas áreas do conhecimento, assim como à realidade social em que estão inseridos.

Apesar dos documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) elucidarem aspectos interdisciplinares, eles não são efetivados nas práticas pedagógicas, tampouco nos currículos construídos aleatoriamente, sem a participação ativa de docentes, discentes e da gestão. Dessa forma, justifica-se a realização desta pesquisa pela relevância e necessidade de discussão e estabelecimento de ações que visem efetivar práticas pedagógicas integradoras e interdisciplinares para uma formação politécnica, unitária e omnilateral.

Indaga-se, portanto, se a organização curricular e as práticas pedagógicas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pela RFEPT por meio dos IFETs são, de fato, integradoras; e se atendem à concepção de currículo integrado e de práticas interdisciplinares, visando a emancipação e formação completa do indivíduo. O objeto da pesquisa, por conseguinte, foram os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente, Informática e Agroindústria do *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Por meio da análise dos PPCs e do processo de elaboração desses documentos, verificou-se a participação da comunidade

escolar (docentes) na sua construção e a efetivação de um currículo integrado nas práticas docentes.

Diante do pressuposto apontado, a problemática que se apresenta é: a partir da análise dos PPCs, como é a organização curricular e as práticas pedagógicas dos referidos cursos? Este problema de pesquisa está subdividido nas seguintes questões: A oferta dessa modalidade de ensino atende o que é proposto pela Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008) em uma perspectiva interdisciplinar e de integração curricular? São definidas estratégias pela gestão diante do desafio e da necessidade de efetivação de políticas e práticas pedagógicas realmente integradoras?

Assim, tem-se, como objetivo geral, compreender os conceitos relacionados à concepção curricular e às práticas educacionais integradoras, com os objetivos específicos de analisar a organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus Paraíso* do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, a fim de identificar características interdisciplinares entre os elementos curriculares estabelecidos pelos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). Além disso, buscou-se ainda, verificar se havia a participação docente na construção e discussão desses documentos, assim como averiguar se a perspectiva integradora era realidade nas práticas docentes, com vista a superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, em que se tem uma educação voltada para o trabalho manual e uma educação que qualifica para o trabalho intelectual.

O percurso metodológico adotado nessa pesquisa está centrado numa abordagem crítico-dialética, visto que concebemos a educação como processo omnilateral, que supera a perspectiva unilateral de formação para o trabalho. Conforme alerta Frigotto (2008, p. 76, grifo do autor), a escolha do método de análise, na perspectiva crítico-dialética, não significa a escolha de uma ferramenta asséptica, “uma espécie de *metrologia* dos fenômenos sociais”. Nessa perspectiva de análise, o método vincula-se a “uma concepção de realidade de mundo e de vida no seu conjunto” (FRIGOTTO, 2008, p. 77). Considerando o homem um indivíduo inserido no conjunto das relações sociais, a dialética situa-se, assim, no plano de sua realidade, “no plano histórico sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTTO, 2008, p. 75). Além disso, utilizamos, como método, o materialismo histórico-dialético, visto que buscamos, por meio da pesquisa, analisar, interpretar e compreender a realidade histórica e social. Para tanto, adotamos como abordagem investigativas a pesquisa quanti-qualitativa e estudo de caso.

O fato de reconhecer as limitações da pesquisa qualitativa e, ainda, que a inserção direta do pesquisador pode comprometer a objetividade científica de sua análise, tomamos todos os cuidados necessários para que essa limitação interferisse o menos possível no processo interpretativo.

O estudo de caso possibilitou que se analisasse como é a organização curricular e as práticas pedagógicas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, numa perspectiva interdisciplinar e de integração curricular.

Triviños (1994, p. 133-136), destaca que o Estudo de Caso é uma categoria de pesquisa que nos permite analisar uma unidade em profundidade, bem como explorar o fenômeno em toda a sua complexidade, como é o caso proposto por esta pesquisa, sendo seu maior ou menor aprofundamento determinado pelos enfoques teóricos adotados pelo investigador.

Quanto aos recursos metodológicos para a coleta de dados foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e a pesquisa de campo, por meio de questionários aplicados e, por fim, a elaboração de um produto educacional.

Para a coleta de dados, além de se compreender o processo de construção do currículo integrado para a EPT, foi realizada uma análise documental dos PPCs do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, de modo a identificar características integradoras e interdisciplinares entre os elementos curriculares estabelecidos pelos PPCs. Além disso, foram operacionalizados questionários pelo *googleforms*, conforme Apêndice 1, e aplicados, individualmente, aos docentes, com a finalidade de verificar características interdisciplinares em suas práticas e a percepção e o envolvimento que possuem referente a esse processo de construção curricular, visando compreender como eles identificam as características integradoras nas matrizes curriculares dos cursos, estabelecidas ou não pelo PPC.

Dessa forma, realizou-se um estudo da legislação pertinente à conceituação e construção desse currículo, assim como do processo histórico de estruturação da EPT e de criação dos IFETs.

A partir desse estudo será possível estabelecer projetos que visem a integração, contextualização e interdisciplinaridade de conteúdos dos diversos elementos curriculares nos PPCs e nas práticas pedagógicas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Como produto educacional, foi realizado um seminário sobre currículo integrado e práticas interdisciplinares para a gestão, docentes e técnicos administrativos dos Cursos do EMI no *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, abordando a temática sobre projetos integradores.

A proposta desse produto parte da questão central desta pesquisa, que é a busca de uma efetiva integração entre o ensino médio e o ensino técnico. Parte-se também, do princípio da construção de uma educação em que os estudantes se transformem em pessoas mais críticas e, assim, agentes de transformação de sua própria realidade. Além disso, o direito ao conhecimento é fundamento para que o estudante se aproprie da realidade, compreendendo-a a fim de espaços de luta pelas relações de trabalho e sociais dentro da ordem capitalista enquanto sujeitos trabalhadores.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o contexto histórico da estruturação da educação brasileira, assim como uma discussão sobre a legislação pertinente à EPT. Além disso, analisamos as possibilidades de superação da dualidade dessa estrutura, e também as perspectivas para uma educação politécnica como o aspecto integrador e interdisciplinar do currículo. Por fim, realizamos um breve resgate histórico da origem da fragmentação do conhecimento.

No segundo capítulo, a partir da compreensão do processo histórico e político que possibilitou a integração legal entre Educação Profissional e Básica, por meio da modalidade de Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, evidenciamos as concepções e fundamentos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos desse modelo formativo, mais especificamente sobre a *formação omnilateral, politécnica e de escola unitária*, baseados em Marx e Gramsci.

No terceiro capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos que possibilitaram o estudo sobre a organização curricular, assim como as práticas pedagógicas, a elaboração, desenvolvimento e aplicação de um produto educacional que criasse oportunidades para os docentes da EPT refletirem sobre o ensino integrado, objetivando a reflexão sobre o desenvolvimento de ações e metodologias que promovam, de fato, a integração numa perspectiva politécnica.

Por fim, no quarto capítulo apresentamos, como contribuições da pesquisa, dois artigos que foram produzidos. O primeiro artigo, intitulado "*O aspecto interdisciplinar para uma aprendizagem significativa possibilitados pelo currículo integrado*", foi apresentado no V Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e IV Workshop Nacional de Educação Profissional e Evasão Escolar, realizado no Instituto Federal do Maranhão (IFMA). O segundo artigo, "*Integração curricular e processos de hibridismo e recontextualização em documentos orientadores de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio*", foi submetido para a Revista Educitec, que em virtude de ainda estar em fase de análise e para garantir o caráter inédito, foi incluído apenas o resumo.

# CAPÍTULO 1

## **ESTRUTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

---

É apresentado, nesta seção, o contexto histórico da estruturação da educação brasileira, assim como uma discussão sobre a legislação pertinente à EPT. Em seguida, são abordadas, como possibilidades de superação da dualidade dessa estrutura, algumas perspectivas para uma educação politécnica como o aspecto integrador e interdisciplinar do currículo. Além disso, realiza-se um breve resgate histórico da origem da fragmentação do conhecimento.

### **1.1 HISTORICIDADE DA DUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

A divisão da estrutura educacional se estabelece a partir da divisão dos homens em classes, especificamente, nas comunidades escravista e feudal. Nas comunidades primitivas, os grupos se organizavam de forma diferente. Como aponta Saviani (2007, p. 154), “a educação identificava-se com a vida”, ou seja, através do processo de produção da existência, os homens aprendiam e ensinavam aos mais novos, “[...] educavam-se e educavam as novas gerações”.

A partir do processo de separação dos homens em classe, alguns passaram a viver do trabalho alheio sem produzir a própria existência, dispondo de tempo livre. Os que possuíam propriedades viviam da exploração do trabalho de outrem e tomavam o tempo disponível para frequentar a escola que, como explica Saviani (2007, p. 155), significa o lugar do ócio, destinado ao trabalho intelectual de quem possuía tempo vago. Por outro lado, os trabalhadores se educavam no processo de produção, no próprio trabalho, configurando, assim, a cisão na estrutura educacional: uma destinada à classe dominante e outra à dominada, consumando a divisão entre trabalho e educação.

Nesse sentido, a escola, no modo de produção capitalista, passou a ter a função de reproduzir as ideias da classe dominante. Com o impulso da industrialização e com a institucionalização da educação profissional, pautada em uma pedagogia tecnicista, buscou-se valorizar ainda mais a exploração do trabalhador. Sob uma perspectiva marxista dos processos de formação humana, não se pode esperar que fosse oferecida uma formação integral do homem

em um Estado dirigido pela classe burguesa, uma vez que se tem o interesse de que o operário continue operário e que o *status quo* de dominação da burguesia seja mantido.

## 1.2 LEGISLAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Na busca pela compreensão do sistema de ensino brasileiro e pela superação da dualidade no qual ele se constituiu, essa contextualização foi construída, baseada nas contradições e transformações das políticas públicas educacionais ao longo da história da educação no Brasil.

Até o século XIX, segundo a retrospectiva histórica da educação profissional feita por Moura (2007), não é possível observar iniciativas pertencentes ao campo da educação profissional. Conforme o autor, os primeiros indícios

Surgem a partir do século XIX, mais precisamente em 1809, com a promulgação de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criando o Colégio das Fábricas. [...] Em 1816, a criação da Escola de Belas Artes com o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios a serem realizados nas oficinas mecânicas; em 1861, a criação do Instituto Comercial no Rio de Janeiro, para ter pessoal capacitado para o preenchimento de cargos públicos nas secretarias de Estado; nos anos 1940 do século XIX, a construção de dez Casas de Educandos e Artífices em capitais brasileiras, sendo a primeira em Belém do Pará; em 1854, a criação de estabelecimentos especiais para menores abandonados, chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos que ensinavam as primeiras letras e encaminhavam os egressos para oficinas públicas e particulares, através do Juizado de Órfãos. (MOURA, 2007, p. 5-6)

Observa-se, portanto, que toda iniciativa de inserção da educação profissional no Brasil foi pautada numa perspectiva assistencialista, o que marcava ainda mais a separação na estrutura educacional, configurando a dualidade: uma educação destinada à classe trabalhadora ou a quem não tinha condições, e outra educação oferecida à classe dominante.

Em 1909, portanto, começa a história da RFEPT, quando, o então Presidente do Brasil, Nilo Peçanha, criou por meio do Decreto n.º 7.566, 19 (dezenove) Escolas de Aprendizagem Artífices destinadas ao ensino profissional primário e gratuito para os “desafortunados” (BRASIL, 2017a). Ou seja, uma educação exclusiva aos pobres, filhos das famílias mais carentes e voltada para o ensino industrial que, mais tarde, daria origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETS) (BRASIL, 2016). Apenas após 50 anos do surgimento da rede, no ano de 1959, essas instituições são transformadas em Escolas Técnicas Federais - autarquias com autonomia didática, administrativa e financeira (FERNANDES,

2009, p. 5). Entretanto, mesmo com a criação desse modelo de escola, a dualidade da educação básica brasileira não foi superada e chegou-se à década de 30 do século XX com dois modelos de educação, um destinado aos filhos das elites e outro à classe trabalhadora.

A criação dessas escolas possuía um caráter controlador, com o objetivo de afastar os alunos carentes da ociosidade que poderia levá-los ao crime, ao vício e a outras desavenças sociais, além de inculcar neles a cultura do trabalho. Segundo Kuenzer (2009, p. 27), “essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua”. Em uma sociedade fortemente agrária essas escolas surgiram para suprir a demanda por mão de obra especializada no início do século XX e atender às exigências políticas e econômicas da elite burguesa que detinha o poder. Dessa forma, quando a formação profissional aparece pela primeira vez, “ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho” (KUENZER, 2009, p. 27).

Nessa perspectiva, o modelo educacional também foi transformado no sentido de atender à demanda por mão de obra qualificada, requisitada pelo mercado de trabalho. Conforme Kuenzer (1995, p. 25), as formas de educação também foram revolucionadas, “à medida que a maquinaria substituiu o artesão, o aprendizado longo de um trabalho completo foi substituído por um aprendizado cada vez mais fragmentado e de uma tarefa parcial”.

Como exemplo dessas mudanças sociais e educacionais, pode-se constatar pela primeira vez o termo “pré-vocacional profissional” na Constituição de 1937.

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Como assevera Moura (2007, p. 8), o tipo de educação ofertada era determinado pela classe social na qual o indivíduo encontrava-se inserido, “escolas pobres para os pobres e destinavam-se a preparar os filhos dos operários ou de seus associados para os ofícios”; e um outro tipo de escola, a qual era destinada aos filhos da elite dominante, com o objetivo de prepará-los para os cargos políticos e administrativos do país.

Corroborar com esse pensamento de cisão Enguita (1989, p. 201), reiterando que

o papel mais importante da escola na reprodução da divisão do trabalho diz respeito a um aspecto mais preciso desta: a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual [...] esta cisão está claramente presente na organização curricular, mais concretamente na compartimentalização dos conhecimentos e habilidades em matérias.

O que se verifica é que esse processo de secção e falta de articulação entre as áreas do conhecimento provoca no estudante a imagem de que não há como conciliar trabalho manual e intelectual, uma vez que sua própria formação separou a teoria da prática: “Em lugar de uma formação e uma atividade integrais encontram-se diante da situação de ter que decidir entre uma teoria irrelevante e uma prática carente de significado” (ENGUITA, 1989, p. 202).

Portanto, o carácter dual da educação brasileira pode ser percebido já na origem da sua estruturação. No Brasil, desde os primórdios, “há uma escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita [...] para formar o “cidadão produtivo”, submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado” (FRIGOTTO, 2010, p. 27).

Desde a chegada dos portugueses nas terras brasileiras, havia vida já estruturada e que também já possuía sua própria forma de ensinar, ou seja, já existia um tipo de educação em que as novas gerações aprendiam com os mais velhos. Porém, a colonização do Brasil, conforme declara Saviani (2013, p. 39), “contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas”. Foram várias congregações religiosas, entre elas, franciscanos e beneditinos, todavia, os que mais se destacaram foram os jesuítas. Ainda segundo Saviani (2013, p. 41), eles puderam “proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização” (SAVIANI, 2013, p. 41).

Os princípios jesuítas de ensino que foram estendidos por todo o território conquistado pelos europeus, foram considerados como um sistema na “história da educação brasileira do período colonial” (SAVIANI, 2013, p. 41), no qual difundiu-se uma visão única de mundo e de homem, europeia e cristã, por meio de ideias pedagógicas tradicionais de ensino. Durante o período colonial, essas instituições jesuítas foram, segundo Manfredi (2002, p. 68), “os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as “escolas-oficinas” de formação de artesão e demais ofícios”. A autora certifica ainda que, além de terem sido responsáveis pela catequização e educação dos índios, os jesuítas também “construíram escolas para os colonizadores, particularmente para os setores da elite”. (MANFREDI, 2002, p. 69). Nesse sentido, Aranha (2006, p. 142) reitera que

as primeiras escolas reuniam os filhos dos índios e dos colonos, mas a tendência da educação jesuítica que se confirmou foi separar os “catequizados” e os “instruídos”. A ação sobre os indígenas resumiu-se então em cristianizar e pacificar, tornando-os dóceis para o trabalho nas aldeias. Com os filhos dos colonos, porém, a educação podia se estender além da escola elementar de ler e escrever [...].

O que se constata é que, ao longo dos anos, a divisão entre ensino básico e ensino profissional se fez presente na estrutura da educação do Brasil. Havia uma demarcação da trajetória educacional dos que desempenhariam as funções intelectuais ou instrumentais, marcados, principalmente, pelo modelo de desenvolvimento do país (KUENZER, 2009, p. 27). Conforme declara Saviani (2007, p. 155), “com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida. [...] a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso à classe dominada”. O autor considera, pois, que o desenvolvimento da sociedade em classes foi determinante para a consumação da separação entre educação e trabalho.

Assim, as transformações políticas e econômicas da sociedade brasileira das décadas de 30 e 40 do século XX originaram mudanças e movimentos também na educação, como por exemplo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que, segundo Saviani (2013, p. 253), configurou-se como documento de política educacional que defendia mais que uma Escola Nova, o “Manifesto” colocava em questão a defesa da escola pública. O conteúdo escrito no documento emergiu

Como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública abarcando desde a escola infantil até a formação dos grandes intelectuais pelo ensino universitário (SAVIANI, 2013, p. 253).

O problema desse movimento, segundo Moura (2007, p. 7-8), é que apesar de se definir como um movimento em prol de uma escola democrática com oportunidades para todos, “tanto no que dizia respeito a uma cultura geral, como na possibilidade de especializações”, ele propunha organizar a educação em duas categorias, configurando a permanência do caráter dual da educação brasileira, dividida mais uma vez “entre aqueles que pensam e aqueles que executam as atividades” (MOURA, 2007, p. 7-8).

O processo de industrialização também exigiu um novo perfil de profissionais para a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Nesse cenário, é possível perceber que as regras para o ensino profissional eram ditadas pelo e para o mercado de trabalho que buscava profissionais com qualificações específicas e formação técnica. Conforme afirma Manacorda

(2001, p. 271), “a revolução industrial muda também as condições e as exigências da formação humana”.

Afirma Costa (2013, p. 43), nesse sentido, que os fenômenos educacionais não devem ser analisados isoladamente. Segundo ele, “é necessário reconhecer sua imbricação com o conjunto das políticas de Estado, em particular sua intervenção na chamada área social.” Ou seja, uma educação voltada para as necessidades do capital. A expansão do capitalismo industrial é que criou a necessidade da universalização da escola, o que Manfredi (2002, p. 54) chama de “escola como agência social de preparação para a inserção no mundo do trabalho”.

Todo esse processo de transformação do trabalho humano deslocou para a fábrica os trabalhadores que antes dedicavam-se às oficinas artesanais. Nesse sentido, constata Manacorda (2001, p. 271) que esse indivíduo

Não possui mais nada: nem o lugar de trabalho, nem a matéria-prima, nem instrumentos de produção, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto de seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica [...] ele foi expropriado também de sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho; este pertence a outros e não lhe serve para mais nada e com ela perdeu, apesar de tê-lo defendido até o fim, aquele treinamento teórico-prático que, anteriormente, o levava ao domínio de todas as suas capacidades produtivas: o aprendizado.

Ou seja, o aprendizado que coincidia com o próprio trabalho não foi substituído, mas eliminado. Nesse sentido, como passaria a ser a formação desses trabalhadores? Inicialmente, de forma alguma. Negou-se o conhecimento construído socialmente e historicamente pelo próprio homem no processo de produção de sua existência. “Os trabalhadores perdem sua antiga instrução e na fábrica só adquirem ignorância” (MANACORDA, 2001, p. 271). Trata-se de uma concepção contrária ao ideário de formação integral no qual é propiciado aos indivíduos

tanto os conhecimentos provenientes da *societas rerum*, de modo a garantir os saberes científicos necessários para dominar e transformar a natureza, quanto os da *societas hominum*, promovendo uma consciência sobre seus direitos e deveres, introduzindo-os na sociedade política e civil (GRAMSCI, 1978 *apud* ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 52).

Ou seja, os estudantes trabalhadores não terão oportunidade de acesso aos fundamentos técnico-científicos, mas aprenderão apenas a realizar atividades fragmentadas e específicas, isto é, uma educação que propicia tão somente os requisitos mínimos para “manusear os parafusos da fábrica” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 52). Kuenzer (2010) corrobora com esse

entendimento ao proferir sobre o que ela chama de “pedagogia do trabalho”, a qual valoriza a ação de

Observar e repetir até memorizar as “boas práticas” dos trabalhadores mais experientes, bastando inserir, desde logo, o futuro trabalhador na situação concreta de trabalho, *mesmo sem que se aproprie de categorias teórico-metodológicas*, permitindo-lhe analisá-la e compreendê-la para poder intervir com competência (KUENZER, 2010, p. 267, grifo nosso).

Devido à nova demanda e, para atender às necessidades do processo de industrialização, foi criado em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). “Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente” (ROMANELLI, 1997, p. 155). Verifica-se, portanto, que a institucionalização da educação profissional nasce pautada numa pedagogia tecnicista e destinada à classe trabalhadora, reforçando o caráter dual da educação brasileira, uma vez que os princípios dessa pedagogia são a “racionalidade, eficiência e produtividade”, buscando a “obtenção do máximo resultado com o mínimo de dispêndio” (SAVIANI, 2013, p. 438).

Ocorre uma importante alteração dessa realidade em 1961 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 4.024 (BRASIL, 1961), na qual é reconhecida legalmente pela primeira vez a

Integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos (KUENZER, 2009, p. 29).

Entretanto, essa expectativa de superação da dualidade não se efetivou na prática e continua existindo dois modelos de formação humana para dois tipos distintos de clientela, num movimento de reprodução da divisão do trabalho. Kuenzer (2009, p. 29) pondera que

Embora se constitua em inequívoco avanço, a equivalência não supera a dualidade estrutural, uma vez que continuam a existir dois ramos distintos de ensino, [...] de modo a formar trabalhadores instrumentais e intelectuais através de diferentes projetos pedagógicos (KUENZER, 2009, p. 29).

Anísio Teixeira, um dos representantes do movimento da escola nova desde 1920, avalia a LDB de 1961 como uma vitória em relação à autonomia dos estados e a diversificação e descentralização do ensino, embora não tenha configurado grandes avanços devido às concessões feitas à iniciativa privada. Decisão, inclusive, contrária às petições dos Pioneiros da

Educação Nova que consistia em reorganizar o sistema educacional e construir um sólido sistema de ensino público (SAVIANI, 2013, p. 307).

Ele considera, ainda, parte dessa vitória “o tratamento igualitário conferido aos diversos ramos do ensino médio”, caráter que aboliu a discriminação contra o ensino profissional. “A equivalência plena foi, enfim, garantida com a aprovação da LDB de 1961” (SAVIANI, 2013, p. 308). Com essas medidas, os estudantes dos diversos ramos de ensino, secundário ou profissional, poderiam acessar qualquer carreira do nível superior, configurando-se, segundo Ramos (2014, p. 15), como “a equivalência entre cursos propedêuticos e os de formação profissional”.

Assim, em 1971, houve mais uma tentativa de superação da dualidade educacional por meio da Lei n.º 5.692 que estabeleceu a profissionalização compulsória no Ensino Médio, oferecendo, na teoria, uma única trajetória a todos (BRASIL, 1971). Essa reforma foi realizada, segundo Aranha (2006, p. 318), durante o período mais violento da ditadura, no governo Médici. Para Moura (2007, p. 11-12), sem dúvida, esse projeto apresenta-se como uma tentativa de rompimento da estrutura dual da educação, uma vez que “apontam para a elevação do grau de escolarização mínima da população”, pois a criação da escola única profissionalizante, conforme Aranha (2006, p. 318), “representou a tentativa de extinguir a separação entre escola secundária e técnica, uma vez que terminado o ensino médio, o aluno teria uma profissão”.

Aranha (2006, p. 319) elenca algumas vantagens aparentes: a) extensão da obrigatoriedade do 1º grau (1ª a 8ª séries); b) escola única: superação da seletividade com a eliminação do dualismo educacional, uma vez que já não existia a segmentação entre o ensino médio secundário e técnico; c) profissionalização de nível médio para todos: superação do ensino secundário propedêutico; d) integração geral do sistema educacional do nível primário ao superior (continuidade); e) cooperação das empresas na educação.

Contudo, a realidade dessa proposta foi construída de forma distinta e percebeu-se grandes prejuízos com essa nova estruturação curricular. Por exemplo, algumas disciplinas desapareceram, como Filosofia no 2º grau, ou foram aglutinadas, como História e Geografia, que constituíram a disciplina de Estudos Sociais no 1º grau (ARANHA, 2006, p. 318). Além disso, a autora faz várias críticas à reestruturação de 1971, asseverando que “a reforma não só foi um fracasso como provocou prejuízos inestimáveis”, conforme elencaremos a seguir.

Concordamos com Aranha (2006, p. 319) ao afirmar que “a obrigatoriedade de oito anos, tornou-se morta”, pois não foram investidos recursos materiais e humanos suficientes à demanda, para que se alcançassem resultados positivos. Ademais, faltavam professores

especializados e as escolas não tinham condições de oferecer infraestrutura adequada aos cursos, com oficinas, laboratórios e materiais. Nesse contexto de inadequada preparação para o trabalho, “era lançado no mercado um “exército de reserva” de mão de obra desqualificada e barata, o que fez manter nossa dependência para com os países desenvolvidos” (ARANHA, 2006, p. 319). Manfredi (2002, p. 105) salienta que esse era um momento em que o País objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, “delegou ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho”, justificando a ideia de profissionalização universal e compulsória.

Na prática, a lei restringia-se apenas às escolas públicas, pois as instituições particulares continuavam voltando suas aulas para a formação geral e preparação do vestibular. Moura (2007, p. 12-13) afirma que “a compulsoriedade se restringiu ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino dos estados e no federal” e com grandes problemas, tais como “a falta de um adequado financiamento e de formação de professores” e a diminuição da carga horária das disciplinas da formação geral em prol da formação profissional, o que caracteriza mais uma vez, o interesse na formação apenas para atender às necessidades do mercado. Este argumento é corroborado por Aranha (2006, p. 320) ao declarar que foi mantida a seletividade para as universidades de maneira ainda mais grave, dado que “a elite, bem preparada, ocupava as vagas das melhores universidades”. Ou seja, a reforma não conseguiu extinguir a dualidade educacional, mas consolidou ainda mais a oferta de uma formação para os pobres e outra para a elite.

A autora comenta ainda sobre o caráter tecnocrático da reforma na qual, segundo ela, “os valores da eficiência e da produtividade se sobrepunham aos pedagógicos”. Certifica, além do mais, que não existiu uma neutralidade técnica que garantisse uma administração e planejamento despolitizado. A nova estrutura educacional e curricular “camuflava e fortalecia estruturas de poder, substituindo a participação democrática – fundamental em qualquer projeto humano, sobretudo pedagógico – pela decisão de poucos” (ARANHA, 2006, p. 320).

É *mister* registrar que concepções e práticas escolares dualistas foram se cristalizando com os mecanismos legais e as estruturas de formação humana construídas ao longo das décadas de 1940 a 1970.

De um lado, a concepção de educação escolar acadêmico-generalista, na qual “os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos, à medida que progrediam nos seus estudos”; e de outro, a Educação Profissional, na qual, “o aluno recebia um conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento

teórico, científico e humanístico que lhe desse condições de prosseguir nos estudos ou mesmo de se qualificar em outros domínios (ALVES, 1997, p. 71 *apud* MANFREDI, 2002, p. 102-103).

Ou seja, como já foi esclarecido, trata-se de negar ao indivíduo conhecimentos construídos socialmente e historicamente, em que o acesso deveria ser facilitado. Uma sociedade com uma estrutura educacional excludente, uma vez que, segundo Frigotto (2013, p. 77), a estrutura de exploração capitalista ainda não foi superada.

Não houve, pois, o desaparecimento das relações capitalistas, da existência de classes, da alienação e exploração, na forma que o modo de produção capitalista assume hoje. Ainda segundo Frigotto (2013, p. 74),

o ideário neoliberal, sob as categorias de qualidade total, formação abstrata e polivalente, flexibilidade, participação, autonomia e descentralização, está impondo uma atomização e fragmentação do sistema educacional e do processo de conhecimento escolar.

O autor continua afirmando que,

a recomposição econômica do capitalismo, só pode dar-se mediante a exclusão das maiorias do direito à vida digna pela ampliação do desemprego estrutural, pela criação de desertos econômicos e do retorno aos processos de marginalização (FRIGOTTO, 2013, p. 78).

Assim, parte-se para a análise no campo educacional. Frigotto (2013, p. 80) alerta para o fato de que “tanto as análises e concepções educativas fundadas em uma expectativa marxista quanto as políticas de democratização e equalização têm se desenvolvido permanentemente na contramão”. Como exemplo, tem-se as reformas de 1942 que obedeceram às transformações ocorridas no mundo do trabalho, determinadas pelo desenvolvimento industrial (KUENZER, 2009, p. 28). Tem-se a reforma de 1971, que instituiu a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário a fim de transformar o modelo humanístico/científico num científico/tecnológico (MANFREDI, 2002, p. 105). Além de várias outras reformas educacionais que se justificavam, segundo Frigotto (2013, p. 80), pela égide do economicismo incorporado na educação pela teoria do capital humano<sup>1</sup> e que se configuram como conjuntos

---

<sup>1</sup> A Teoria do Capital Humano (TCH) incentiva investimento na educação como uma forma de retorno para o capital. Nessa teoria, a educação é “fundamental para criar e aumentar o capital humano” (SILVA e LENARDÃO, 2010, p. 518). Há um grande interesse da burguesia pela manutenção de mecanismos de controle dos trabalhadores, e pelo incentivo de práticas que extraiam o máximo de trabalho dos indivíduos, pelo mais baixo salário possível. O principal problema é que a noção de capital humano, segundo Frigotto (2015, p. 217), “sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria; de trabalho, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de

de medidas que buscavam “adequar a educação ao projeto conservador e autoritário das elites brasileiras”.

Frigotto (2013, p. 80) pondera ainda sobre as teses de democratização e igualdades apregoadas pela Constituição de 1988, que, segundo ironiza Francisco Oliveira, ao invés de caminharmos rumo à superação da dualidade educacional, fomos surpreendidos pela onda neoliberal. Ou seja, os autores ponderam sobre a promulgação de uma “nova-velha” Constituição, no qual, foi elaborada uma LDB para a educação com “proposta feita pelo alto, na base de retalhos, que acoberta os velhos interesses e vícios das elites conservadoras”.

Sobre o desenvolvimento de políticas educacionais contraditórias à expectativa marxista de formação humana integral, tem-se também as transformações no campo educacional firmadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, em que o aspecto dual da educação brasileira é fortalecido e “o interesse voltado para uma pedagogia das competências e da empregabilidade” (SOARES, 2015, p.27). No entendimento de Neves (2005, p. 105),

as reformas educacionais brasileiras já implementadas ou em processo de implantação visam, do ponto de vista técnico, à formação de um homem empreendedor e, do ponto de vista ético-político, à formação de um homem colaborador, características essenciais do intelectual urbano na atualidade, nos marcos da hegemonia burguesa. Esse intelectual urbano de novo tipo a ser formado pelo sistema educacional sob a hegemonia burguesa na atualidade deverá apresentar uma nova capacitação técnica, que implique uma maior submissão da escola aos interesses e necessidades empresariais e uma nova capacidade dirigente, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de dominação vigentes.

É nesse cenário que a LDB n.º 9.394 (BRASIL, 1996) estabelece a estrutura da educação em duas etapas: a Educação Básica e a Educação Superior. A Educação Profissional ficou separada, sem necessariamente, estabelecer vínculo com os demais níveis (BRASIL, 1996).

No debate ocorrido durante a implementação da nova LDB, o qual foi protagonizado pelos que lutavam por uma educação pública de qualidade, gratuita e laica, independentemente, da origem socioeconômica, e os que defendiam a privatização do ensino como mecanismo de prestação de serviços. Prevaleceu, conforme assevera Moura (2007, p. 15), a “lógica de mercado”, que garantiu a livre oferta de todos os níveis de educação pela iniciativa privada com a justificativa de que o Estado gasta muito e não oferta uma educação de qualidade.

---

trabalho humana (emprego); de sociedade, ao tomá-la como um contínuo dos mais pobres aos mais ricos, ignorando a estrutura desigual e antagônica das classes sociais; de classe social, tomando-a por fatores isolados e independentes na compreensão da sociedade e, finalmente, de educação, de um direto social e subjetivo a uma concepção mercantil de formação humana.”

E é com o estabelecimento do Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997) que o ensino médio foi, oficialmente, separado da educação profissional. “O ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas: concomitante e subsequente” (MOURA, 2007, p 16-17) e é resultado de uma “política discriminatória e dual, no qual reestabeleceu o dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica de forma autoritária” (SOARES, 2015, p. 27).

### **1.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO E PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DA DÉCADA DE 90: UM CAMPO DE CONFLITOS**

#### **1.3.1 O Decreto n.º 2.208/1997**

As políticas educacionais relativas à educação profissional nos anos de 1990 passaram por grandes transformações. Estabeleceu-se a LDB n.º 9.394 (BRASIL, 1996), regulamentando-a com o Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997), que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

Por meio desses instrumentos legais, foi implantada a Reforma da Educação Profissional, com o objetivo de separar o Ensino Médio da Educação Profissional (MELO, 2015, p. 26), a qual determinou que a educação profissional tivesse sua “organização curricular própria e independente do ensino médio” (VIAMONTE, 2011, p. 38). Assim, o ensino médio se tornou espaço exclusivo de disciplinas propedêuticas, desarticulado do ensino profissional, que assumiu caráter somente técnico. Ou seja, a retomada do histórico aspecto dual da educação brasileira.

As reformas educacionais dos anos 90 estabeleceram definições contrárias às concepções de formação integral em debate durante anos. Como observa Ramos (2011, p. 772), “se realizou uma verdadeira reforma curricular”. Nesse sentido, a principal preocupação relativa à dicotomia estabelecida pela Lei n.º 9394 (BRASIL, 1996) e o Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997) é que esses dispositivos empreenderam o caráter dual da educação brasileira, ao estabelecer que o ensino médio formaria para a vida e a educação profissional de nível técnico funcionaria com uma organização curricular própria e independente do ensino médio (RAMOS, 2011, p. 772).

O contexto político-histórico em que se deu a publicação do Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997) foi marcado pelas políticas neoliberais<sup>2</sup> (SOARES, 2015, p. 30). Oliveira (2014, p.36) afirma que o modelo neoliberal utiliza a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Dessa forma, são realizadas alterações no currículo com o objetivo de preparar o aluno para o mercado de trabalho, como também prepará-lo para aceitar os princípios da cartilha neoliberal (SILVA, 1995, p.12). Ainda segundo Oliveira (2014, p.36), "o modelo neoliberal se expressa como um projeto de construção e difusão de um novo senso comum que fornece coerência e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante."

Assim, o histórico debate sobre a relação trabalho e educação sob a ótica capitalista resume-se a considerar o trabalho como um

propulsor da riqueza material, não sob uma perspectiva inclusiva e humanizadora, mas em função de elementos que garantam a sobrevivência e manutenção desse sistema econômico, no que ele tem de mais perverso e alienador (VIAMONTE, 2011, p. 35).

O modelo de formação neoliberal promove a negação de conhecimentos científicos e tecnológicos aos trabalhadores. Conquistados social e historicamente, a educação é vista como o "elemento fundamental para a formação do "capital humano", adequado ao novo cenário produtivo" (VIAMONTE, 2011, p. 33). Assim, no entendimento de Araújo e Rodrigues (2010, p. 52), "o ideário consiste em continuar perpetuando a divisão social e técnica do trabalho, essencial para a própria sobrevivência do capital, capaz de garantir uma mão de obra sempre disponível para os desígnios do capitalismo".

Essa política de educação profissional, segundo Viamonte (2011, p. 36), desvia

a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego, [...] justificando, dentre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação.

---

<sup>2</sup> O pilar implícito e político-ideológico do pensamento neoliberal é a tentativa de alçar o mercado ao grau máximo de regulação da vida social, a uma totalização supra classista (Bakhtin, 1995) invasora, não só das relações econômicas, mas das relações políticas e culturais: A característica mais importante do neoliberalismo em relação a outras propostas neoliberais é a ampliação do raio de ação da lógica de mercado. Enquanto nas concessões liberal-sociais se reconhece a desigualdade derivada do modo de produção capitalista e, portanto, se aceita a intervenção do Estado para diminuir as polarizações, o neoliberalismo rechaça qualquer ação estatal que vá além da de ser um "árbitro imparcial" das disputas. A ideia do Estado Mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, não reduzidas somente ao aspecto econômico (BIANCHETTI, 2001, p.88).

Dessa forma, o estado estabelece o ressurgimento da velha dualidade, ato que podemos chamar de “o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo”, expressão usada por Araújo e Rodrigues (2010). Isto é, reafirma-se novamente a oferta de uma formação propedêutica como via preferencial para ingresso no nível superior e a formação técnica profissional como via preferencial de acesso ao mundo do trabalho, oferecendo duas possibilidades de formação, uma educação que prepara para a vida e outra para o trabalho, predeterminando o futuro dos filhos da elite e da classe trabalhadora (VIAMONTE, 2011, p. 38).

### **1.3.2 O Decreto n.º 5.154/2004**

Certo era que se fazia necessário um novo entendimento a respeito dos equivocados conceitos trazidos pelo Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997) que promoveu um retrocesso para a educação profissional e para o ensino médio. Nesse sentido, o Programa Educacional do Governo iniciado em 01 de janeiro de 2003, de Luís Inácio Lula da Silva, trouxe novas esperanças para o rompimento da dualidade historicamente estabelecida na educação brasileira.

Em 2004, o Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997) foi revogado com a publicação do Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004), implantado sob a “égide do direito à educação para todos”, principalmente, para os trabalhadores brasileiros (SOARES, 2015, p. 29). Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1089), a revogação do Decreto n.º 2.208/97 restabeleceu a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico. Esse documento, que revoga o Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997), passa, portanto, a ser o principal instrumento de regulação da educação profissional (BIANCHI, 2014, p. 17).

Todavia, apesar de se esperar políticas que promovessem a efetiva integração entre ensino profissional técnico ao ensino médio, o que ocorreu foi, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1091), a fragmentação iniciada, internamente, no próprio Ministério da Educação (MEC). Assim, enfrentou-se uma nova e complicada conjuntura: a reestruturação do MEC colocou a política do ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de educação profissional. Constatou-se, portanto, que a política de integração não seria prioridade e que não estavam claras as concepções das equipes dessas secretarias sobre o tema (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1091).

Dessa forma, apesar de Bezerra (2013, p. 50) afirmar que o Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004) “resgata a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de forma

integrada”, o que se observa é uma tomada de decisões contraditória, especificamente, relativa ao estabelecimento de uma diretriz curricular nacional incoerente com as concepções de integração curricular e educação politécnica.

Bezerra (2013, p. 52-53) pondera que “a dualidade histórica entre formação geral e formação técnica não foi resolvida com o decreto em tela” e continua afirmando que “a integração entre educação profissional técnica e ensino médio é concebida, nos documentos legais, desintegrada”. Nesse sentido, além de uma proposta de diretrizes curriculares nacionais que oportunizasse a integração curricular, seria necessário que esses direcionamentos se estendessem também às redes públicas que oferecem nível médio de ensino como a rede estadual. Entretanto, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1091) atentam para o fato de que

[...] um plano de implementação dessa modalidade previria um acompanhamento com discussão, avaliação e sistematização das experiências a partir do que se reuniriam elementos políticos e pedagógicos, além de força social, que fundamentariam um projeto de revisão da LDB e a necessária proposição de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e a educação profissional, construídas de forma efetivamente democrática e participativa com os educadores.

Nessa perspectiva, educadores e pesquisadores mobilizaram-se por uma política nacional que propusesse diretrizes curriculares ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela luta por concepções de formação integrada. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1093) afirmam que o MEC “declinou de exercê-la” e delegou ao CNE a função que seria sua. O CNE, por sua vez, redigiu e o ministro da Educação homologou os seguintes documentos:

- a) Parecer n.º 39 (BRASIL, 2004a) a Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação; e,
- b) Resolução n.º 01 (BRASIL, 2005), que atualizaram as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes.

Entretanto, apesar de tais instrumentos legais atualizarem as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes às disposições do Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004), eles são estabelecidos nos termos adequados à manutenção das mesmas concepções que orientaram a reforma realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997) (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1093).

O objetivo da histórica luta por uma formação integrada não era o da manutenção de diretrizes estabelecidas na contramão dessas concepções, mas sim, o estabelecimento de “novas diretrizes que deveriam ser exaradas, posteriormente, mediante debate com os sistemas e as instituições de ensino e ampla participação docente” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS,

2005, p. 1094). Como por exemplo, a forma de oferta simultânea da educação profissional técnica e do ensino médio como cursos independentes, em vez de se estabelecer um “curso único, com matrícula e conclusão únicas”. Estabelece-se, assim, a dicotomia dentro do próprio currículo, pois “o parecer considera que os conteúdos do ensino médio e os da educação profissional de nível técnico são de “naturezas diversas” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1095).

Para Kuenzer (2010, p. 259), “essa diretriz põe por terra a possibilidade de integração, embora se mantenha a vinculação formal”. Observa, ainda, que o documento “ampliou o leque de alternativas com o médio integrado sem que nenhuma das possibilidades anteriores que favoreceram ações privadas de formação precarizada com recursos públicos, fosse revogada”. (KUENZER, 2010, p. 264). Este processo é o que a autora chama de “acomodação conservadora”, na medida em que se ausenta a oferta de um ensino médio integrado de qualidade, a alocação de recursos para o seu financiamento ou, ainda, de formação docente adequada.

Destarte, o que se percebe é que apesar de o Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004) ser estabelecido com a justificativa da necessidade de uma “nova” organização educacional pela perspectiva de formação integrada, a permanência de instrumentos, como por exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, denuncia a manutenção de uma política educacional já conhecida.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1095) “reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais”. Corrobora Ferreira e Garcia (2012, p. 153), confirmando que o decreto não “conseguiu estabelecer grandes mudanças no cenário já desenhado, fazendo entender que a força de uma legislação está na vontade política de um governo”. Apesar disso, Ramos (2014, p. 10) ressalta que o conteúdo do Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004) tem possibilitado “perspectivas para a política de educação profissional, especialmente em relação à possibilidade de integração com o ensino médio”.

### **1.3.3 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Lei n.º 11.892/2008**

A RFEPT afirmou-se como política pública brasileira relevante para a capacitação profissional aos cidadãos, com o objetivo de equacionar as demandas do setor produtivo, científico e tecnológico (SOARES, 2018, p. 55). Foi instituída pela Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008), que criou os IFETs. Um dos objetivos estabelecidos foi a oferta, com a garantia mínima

de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas, para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados. Nota-se a intenção de superação da dualidade estrutural da educação, uma vez que, por meio da modalidade integrada, busca-se oportunizar aos jovens estudantes uma formação completa e integral (BRASIL, 2008).

Assim, em 29 de dezembro de 2008, os CEFETs, as Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), escolas agrotécnicas, escolas técnicas federais e escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para constituir os IFETs (BRASIL, 2016), formando a RFEPT.

A educação profissional em sua origem foi marcada pelo caráter assistencialista e foi considerada, no seu início, como instrumento de política voltado para as “classes desprovidas”. Entretanto, atualmente, a Rede Federal se configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas (BRASIL, 2016).

Essa nova normativa tem como finalidade, conforme o art. 6º da Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008), inciso I:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Dentre os objetivos dos Institutos Federais (IFs) estão:

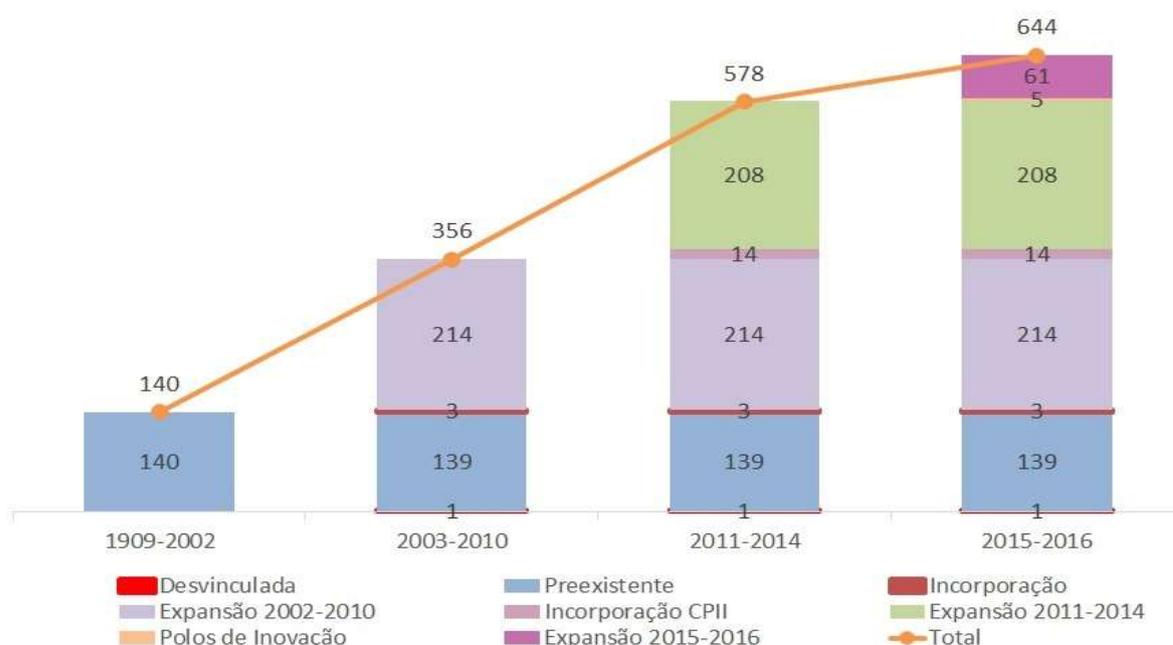
- a) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados;
- b) ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- c) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- d) desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- e) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e ministrar em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, cursos de bacharelado e engenharia, cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado (BRASIL, 2008, p. [5]).

Assim, os IFs constituem-se como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de EPT nas diferentes

modalidades de ensino, possuindo como diferencial a equiparação às universidades federais, conforme verificado no art. 2º da Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008).

A RFEPT é constituída, atualmente, por 38 (trinta e oito) IFs, além dos 02 (dois) CEFETs, das 25 (vinte e cinco) escolas vinculadas a universidade, o Colégio Pedro II e 1 (uma) Universidade Tecnológica, distribuídos em todos os estados, os quais oferecem cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas. Nesse processo de educação profissional, somam-se 644 (seiscentos e quarenta e quatro) *campi* em funcionamento (BRASIL, 2018).

**Figura 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades**



Fonte: BRASIL (2016)

### 1.3.3.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Dentre estas instituições, encontra-se o IFTO, criado pelo art. 5º da Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008), mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016).

Atualmente, o IFTO é composto por uma Reitoria, localizada em Palmas, 8 (oito) *Campi* (Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional), e 3 (três) *campi* avançados nas cidades de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016). Os

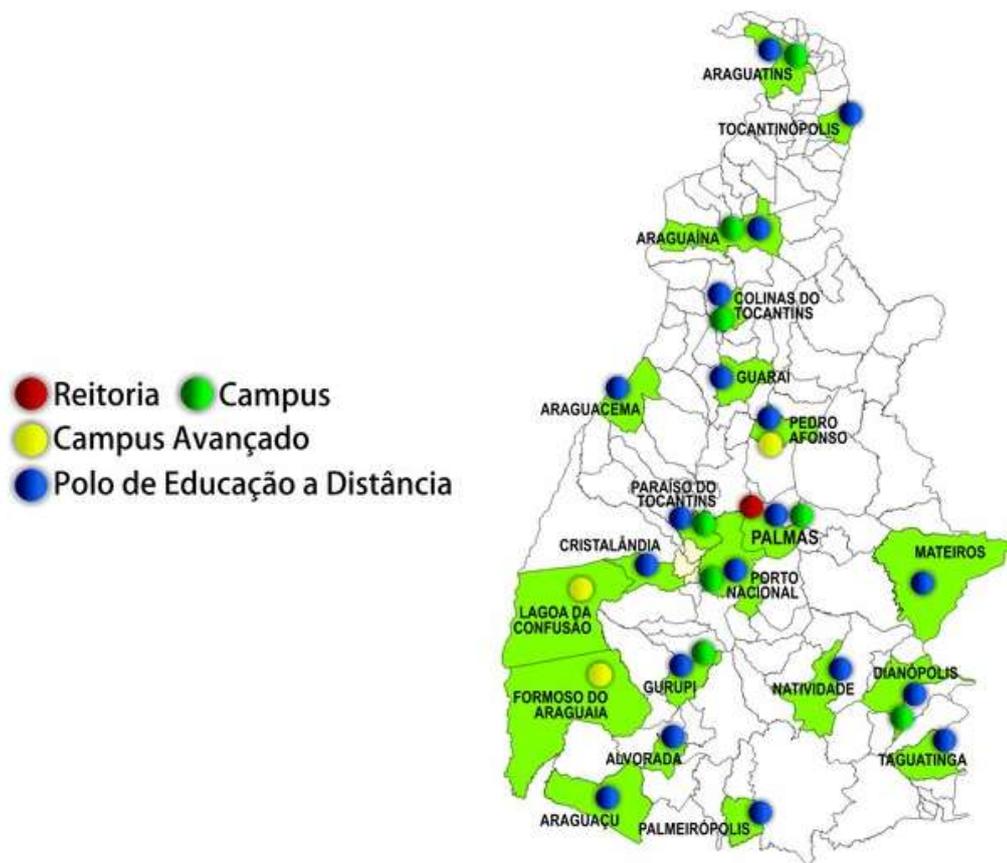
polos de Educação a Distância estão localizados em Alvorada, Araguacema, Araguaçu, Araguaína, Mateiros, Palmas, Taguatinga e Tocantinópolis (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2017).

**Figura 2 – Unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**



Fonte: Instituto Federal do Tocantins (2019)

**Figura 3 – Distribuição territorial dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**



Fonte: Instituto Federal do Tocantins (2019)

O IFTO forma profissionais que atendem tanto às metas de desenvolvimento do país quanto às demandas da sociedade, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico ao Estado, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão voltados para os Arranjos Produtivos Locais (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016a).

**Figura 4 – Slogan do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**



Fonte: BRASIL (2019)

### 1.3.3.2 O *Campus* de Paraíso do Tocantins

O *Campus* Paraíso do Tocantins foi implantado em 2007, na Fase I do Projeto de Expansão da RFEPT. A unidade era a antiga UNED da Escola Técnica Federal de Palmas, a qual foi originada da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso (CEP) (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2012).

A instituição de ensino fica localizada no Distrito Agroindustrial da cidade de Paraíso do Tocantins/TO, a 70 quilômetros da capital Palmas e dispõe de uma área de 19,73 hectares. Possui salas de aula, biblioteca, auditório, laboratórios de informática, de saneamento, de bioquímica, de análise de alimentos, unidades produção e de processamento de alimentos, além dos ambientes administrativos (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2012a).

O *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO conta com servidores compromissados com os princípios da tríade ensino, pesquisa e extensão, e oferta, atualmente, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente, Agroindústria e Informática; os cursos Superiores de Licenciatura em Matemática e Química; os cursos de Bacharelado em Administração e Sistemas de Informação e os Tecnólogos em Gestão da Tecnologia da Informação e em Alimentos (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016b). Além disso, oferece o curso Técnico de Nível Médio Subsequente a distância em Meio Ambiente (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2017).

De acordo com os PPCs do EMI, o *Campus* Paraíso do Tocantins vem buscando formar não só profissionais qualificados para o mundo do trabalho, como também cidadãos preparados para a vida social e política, além de contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos de Paraíso do Tocantins e municípios circunvizinhos (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2013).

Atualmente, o *Campus* atende, aproximadamente, 1.008 (mil e oito) discentes, distribuídos nos Cursos Técnicos em Meio Ambiente, Agroindústria e Informática Integrados ao Ensino Médio, que somam 288 (duzentos e oitenta e oito) discentes. No ensino superior, são 569 (quinhentos e sessenta e nove) alunos, distribuídos nos cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Sistemas de Informação, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática e 151 (cento e cinquenta e um) alunos nos cursos Técnicos Subsequentes em

Serviços Públicos e Meio Ambiente a distância. (VILARINS, 2018)<sup>3</sup>. Os estudantes recebem atendimento biopsicossocial, com acompanhamento de profissionais nas áreas de psicologia, serviço social, ambulatório médico e assistência estudantil (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, 2016).

**Tabela 1 - Distribuição de discentes nos cursos ofertados pelo *Campus Paraíso* do Tocantins/IFTO**

<b>CURSO</b>	<b>QUANTIDADE DE DISCENTES</b>
Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	132
Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	81
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	75
Bacharelado em Administração	144
Bacharelado em Sistemas de Informação	111
Tecnologia em Alimentos	82
Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	8
Licenciatura em Química	115
Licenciatura em Matemática	109
Técnico subsequente em Meio Ambiente	151
<b>Total</b>	<b>1008</b>

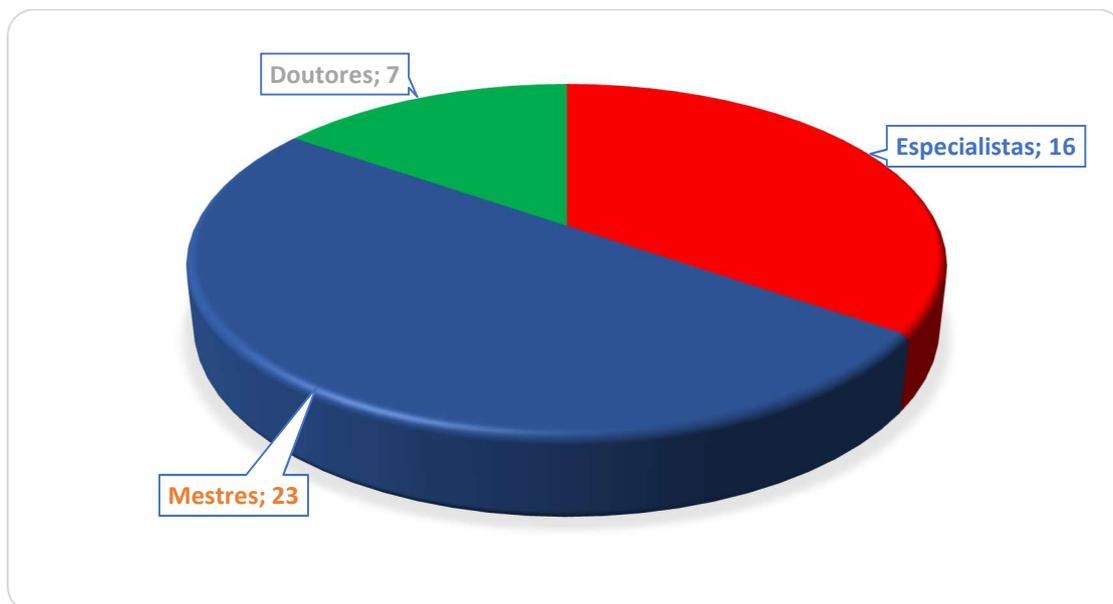
Fonte: Elaborado a partir de Vilarins (2018).

O perfil do corpo docente dos Cursos do EMI do *Campus Paraíso* do Tocantins/IFTO é composto por 46 (quarenta e seis) docentes capacitados com títulos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Contabiliza-se 16 (dezesesseis) especialistas, 23 (vinte e três) mestres e 07 (sete) doutores (ANDRADE, 2018)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> VILARINS, Tatiane Ribeiro de Almeida. **Dados solicitados**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por profnataliaborba@gmail.com em 6 set. 2018.

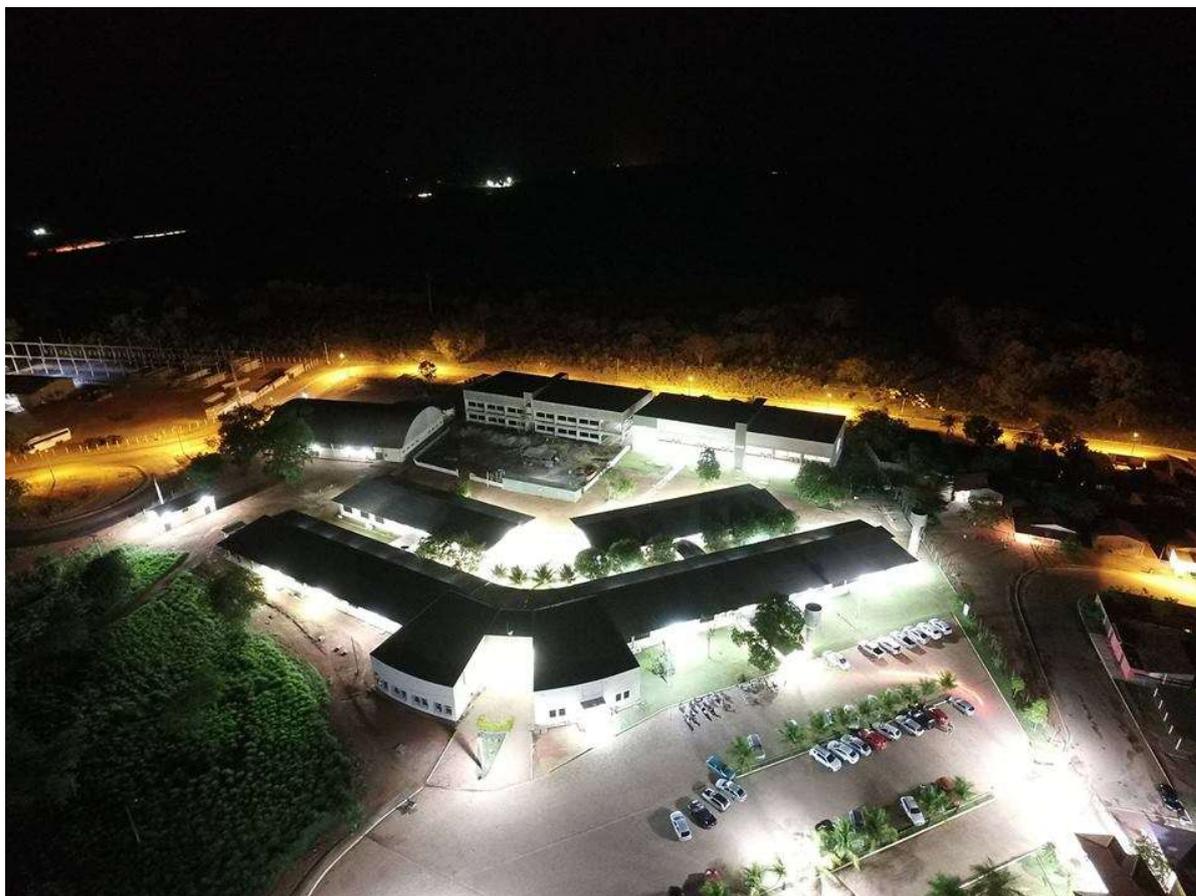
<sup>4</sup> ANDRADE, Nayara. **Dados solicitados**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por profnataliaborba@gmail.com em 18 jul. 2018.

**Gráfico 1 – Titulação dos docentes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO**



Fonte: Elaborado a partir de dados de Andrade (2018).

**Fotografia 1 – Foto aérea do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO**



Fonte: Diniz (2016).

### 1.3.4 A reforma do ensino médio: Lei n.º 13.415/2017

E chega-se ao ano de 2017, novamente com uma “nova-velha” política. O estabelecimento da Lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017) que, segundo Moura (2017, p. 119), é embasada pela suposta “ineficiência e falta de flexibilidade” das redes de educação pública, atacando o ensino médio das redes estaduais e da RFEPT.

As mudanças estabelecidas pela lei referem-se à carga horária e à organização curricular. Com relação à carga horária, a Lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017) determina a ampliação progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas. No que se refere à organização curricular, obedece-se ao princípio da flexibilidade (KUENZER, 2017, p. 334). De acordo com o art. 3º, fica estabelecido que apenas Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa continuem sendo disciplinas obrigatórias (BRASIL, 2017). Determina ainda que as disciplinas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, passem a ser ofertadas como componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento curricular elaborado pelo MEC que não estabelece conteúdos de ensino, mas sim, objetivos e direitos de aprendizagem, remetendo à pedagogia do desenvolvimento de habilidades e competências.

Sobre a reorganização curricular, resultado da reforma do ensino médio, fica definido que terá uma carga horária destinada a um, dentre os cinco itinerários formativos determinados pela lei, e que esses itinerários serão ofertados de acordo com as possibilidades dos sistemas de ensino, limitando, com isso, a escolha dos alunos às contingências (ANDRÉ, 2018, p. 135). Ou seja, o aluno terá de cursar um, dentre os itinerários formativos ofertados pelo sistema ensino.

A organização curricular determinada pela Lei n.º 13.415, de 16 fevereiro de (BRASIL, 2017), altera a LDB n.º 9.394 (BRASIL, 1996) e hierarquiza disciplinas impondo ao estudante a escolha precoce de uma área específica do conhecimento sem que tenha condições ou maturidade para defini-la. Além disso, em concordância com Kuenzer (2017, p. 336), “a fragmentação passa a substituir a proposta de diretrizes anterior, cujo eixo era a integralidade da pessoa humana e, portanto, sua formação integral”, e há uma volta ao que antes era determinado pelo referido Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997). Assim, a lei de 2017 é, ainda, segundo Kuenzer (2017, p. 339), “autoritária tanto na forma quanto no conteúdo, orientado pela flexibilização; seu eixo é a distribuição desigual e diferenciada, tanto da educação escolar quanto da formação profissional [...]”. Isto é, configura-se como o fortalecimento do caráter dual da educação brasileira.

A Lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017) preconiza a flexibilização do currículo, que possibilitaria a escolha, pelo aluno, das áreas do conhecimento nos quais julgam “mais interessantes”, por meio do itinerário formativo (GARCIA; CZERNISZ, 2017, p. 572), o que fragiliza o ensino médio, a última etapa da educação básica. Acredita-se, conforme elucidado por Moura e Lima Filho (2017, p. 123), que “o ensino médio integrado (EMI) é a concepção mais consistente na perspectiva da formação humana integral”. Ou seja, é no ensino médio que a consciência crítica do cidadão é formada.

Ainda segundo determinado pela Lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017), não é obrigatória a oferta de todos os itinerários formativos por uma mesma escola. “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017). O problema é que, em muitas cidades brasileiras muitas escolas funcionam com dificuldade. Dessa maneira, Kuenzer (2017, p. 336) ressalta que “a tendência será reduzir a oferta, privilegiando as áreas que dependem menos de docentes qualificados e de recursos materiais e tecnologias mais sofisticadas”.

Pode-se perceber que esta lei colabora propositalmente para ocultar dois problemas do sistema de ensino brasileiro: um deles é a falta de professores para várias disciplinas e a dificuldade para resolver a precariedade das condições materiais das escolas, no que se refere a infraestrutura e laboratórios, bibliotecas, equipamentos de informática, acesso à internet e construção de espaços para atividades culturais e esportivas, conforme assegura Kuenzer (2017, p. 336).

A reforma é contrária às lutas da classe trabalhadora e, segundo Motta e Frigotto (2017, p. 365), tem como objetivo “administrar a questão social e criar as condições favoráveis para a expansão do capital [...] condenando gerações ao trabalho simples”. Ou seja, prioriza-se uma escola pública sem qualidade e o aumento de escolas privadas, deixando de lado a política de conciliação de classes do governo Lula e Dilma e beneficiando apenas a classe dominante que tem condições financeiras de manter seus filhos em escolas privadas e de qualidade para seguirem no ensino superior. Desse modo, pode-se entender que a Reforma do Ensino Médio aponta para uma possibilidade de “desescolarização da sociedade” (ANDRÉ, 2018, p. 139) e, ainda, trata-se de “uma reforma contra os filhos da classe trabalhadora, negando-lhes o conhecimento necessário ao trabalho complexo e à autonomia de pensamento para lutar por seus direitos” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 357).

Assim, na perspectiva de superação do caráter dual da estrutura do ensino médio no Brasil, Motta e Frigotto (2017, p. 357) consideram que a “história de luta foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais”. Ou seja, trata-se de um retrocesso real e irreversível.

Motta e Frigotto (2017, p. 367-368) ponderam esse processo como um “tríplice retrocesso”, o retorno na pior forma da

- a) Reforma Capanema no contexto da ditadura Vargas, onde o ensino secundário industrial, comercial e agrícola não tinha equivalência para o ingresso no Ensino Superior;
- b) Lei n.º 5.692/1971, reforma da educação dos tempos da ditadura empresarial militar com uma profissionalização precária frente às realidades dos estados. Não será questão de “livre escolha”, como propalam os reformadores, mas compulsória, pois será o caminho de cumprir com a carga horária obrigatória e, quando houver, a ampliação do que denomina de escola de tempo integral em condições infraestruturais precarizadas. Nessas condições dadas, cada escola vai ofertar a educação profissional que couber em seu orçamento;
- c) [...] Retoma, de forma pior, o Decreto n.º 2.208/1996, que já aprofundava a dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica. O anúncio do MedioTec pelo MEC indica, de forma clara, a incorporação do Pronatec no Ensino Médio regular. Uma comprovação inequívoca de que se trata de uma contrarreforma destinada aos filhos da classe trabalhadora. Também uma confissão explícita de que o MEC assume, de fato, uma divisão classista da educação.

A oferta do Ensino Médio Integrado, no qual se busca uma formação omnilateral do homem, será reduzida e centralizada na rede federal e em algumas estaduais, acredita Moura e Lima Filho (2017, p. 123). Entretanto, ressaltamos a importância da manutenção e ampliação dessas instituições, visto que, além de aumentar o acesso à educação, é ofertada uma educação de qualidade, com currículo integrado, na perspectiva do fortalecimento da formação humana politécnica. A referida lei vai de encontro às lutas históricas pela superação do caráter dual da educação brasileira e ainda, segundo o autor, agrava ainda mais a fragmentação, a hierarquização social e a qualidade do Ensino Médio. A “nova” organização proposta é velha na política educacional brasileira e reforça a dualidade educacional e social que caracteriza historicamente o país, potencializando a subtração de direitos da classe trabalhadora (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p. 120).

A integração curricular é o melhor caminho para o modelo de formação integral e omnilateral, pois possibilita a contextualização do conhecimento, oportunizando ao estudante uma visão total dos fenômenos decorrentes de sua realidade e fomenta sua autonomia na tomada de decisões. Corrobora com o pensamento totalizante do conhecimento, o estudioso Piaget

(1979, p.155-156), o qual defende que a realidade não deve ser dividida em “compartimentos impermeáveis ou plataformas superpostas; pelo contrário, vemo-nos compelidos a buscar interações e mecanismos comuns”. Ou seja, a busca pela integração entre as diversas áreas do conhecimento em prol da reconstrução da realidade e da compreensão global do conhecimento.

É no mesmo sentido desta noção de integração que Ramos (2008, p. 20) afirma que essa organização “coloca as disciplinas e cursos isolados numa perspectiva relacional, de tal modo que o abrandamento dos enquadramentos e das classificações do conhecimento escolar promove maior iniciativa de professores e alunos”. E continua afirmando que

sob essa perspectiva, os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem (RAMOS, 2008, p. 20).

Trata-se, portanto, de uma inter-relação entre as diversas áreas do conhecimento que favorecem a comunicação entre as distintas disciplinas e a contextualização dos conteúdos, facilitando ao aluno a compreensão total, sócio-histórica e política da realidade em que estão inseridos, podendo agir e atuar sobre ela.

Destarte, numa perspectiva de integração interdisciplinar pode-se perceber que é determinante para uma formação crítica e autônoma do estudante que o processo de ensino-aprendizagem seja desenvolvido, conforme afirma Ramos (2012, p.117), “de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender”.

Ainda sobre a Lei n.º 13.415(BRASIL, 2017), segundo Garcia e Czernisz (2017, p. 571), não se devia usar o termo reforma, referindo-se à lei, mas sim “‘contrarreforma do ensino médio’ já que o termo reforma, de acordo com seus estudos, pertence ao campo da esquerda”. Segundo as autoras, o termo “reforma” deveria possibilitar conquistas sociais aos jovens brasileiros e não retrocessos e perdas. Ainda, “a concepção de formação humana remete a uma educação de qualidade para todos, criando as condições para a sua materialidade e, portanto, combatendo as desigualdades” (GARCIA; CZERNISZ, 2017, p. 579), ou seja, uma formação que não se volte aos interesses do capital, garantindo o direito a uma formação omnilateral a todo e qualquer jovem independente de classe social.

Aos estudantes filhos de trabalhadores, assim como em 1909, 1971 e 1996, será disponibilizado conhecimento mínimo, fragmentado e descontextualizado. Trata-se, como asseveram Garcia e Czernisz (2017, p. 580), da “minimização do conhecimento” por meio de itinerários formativos prescritos. E asseguram ainda que “a reforma minimiza, fragmenta a

formação dos jovens, não garante a formação integral, a básica, e, portanto, nem o acesso ao conhecimento que possibilite a sua autonomia intelectual”.

O que vemos é que tanto o Decreto n.º 2.208(BRASIL, 1997) quanto a Lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017) configuram um retrocesso histórico para o processo de superação da dualidade da educação brasileira e educação integral, unitária e politécnica. Nesse sentido, a aligeirada reforma pelo qual vivenciamos, trata-se, segundo Motta e Frigotto (2017, p. 369), de uma “violência cínica de interdição do futuro dos filhos da classe trabalhadora por meio da oficialização da dualidade intensificada do Ensino Médio e de uma escola esvaziada”.

## CAPÍTULO 2

### **ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR**

---

Compreende-se que uma educação politécnica<sup>5</sup>, que tem em si uma escola unitária<sup>6</sup> e universal, propicia a superação da dualidade entre a formação profissional e propedêutica, abordada no capítulo anterior. Nesse embate de interesses e concepções socioeducacionais, a modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio<sup>7</sup> foi estabelecida e possibilitada pelo Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004). Conforme elucidado no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007, p. 24), trata-se de uma modalidade que

garanta a integralidade da educação básica, ou seja, que contemple o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões.

Esse tipo de ensino que adota, em um mesmo currículo, a formação básica e profissional, trabalha ainda, com a integração de todas as dimensões da vida no processo formativo: ciência, trabalho e a cultura (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31) - adotando-os como eixos estruturantes.

Apoiados por autores que discutem essa temática, destacamos, nesta seção, alguns elementos dessa concepção e abordamos o currículo integrado como o instrumento de materialização desse projeto.

#### **2.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Compreendido o processo histórico e político que possibilitou a integração legal entre Educação Profissional e Básica por meio da modalidade de Ensino Técnico integrado ao Ensino

---

<sup>5</sup> Para Saviani (2007, p. 162), o conceito de politecnicidade implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo.

<sup>6</sup> A concepção da escola unitária aqui defendida expressa, conforme Ramos (2008, p. 2), o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade e o acesso à cultura.

Médio, evidenciamos, a seguir, concepções e fundamentos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos desse modelo formativo, mais especificamente sobre a *formação omnilateral, politécnica e de escola unitária*, baseados em Marx e Gramsci, com vistas a “superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p. 84).

Para formar o indivíduo na sua integralidade, é necessário compreender o **sentido do trabalho como princípio educativo**, para que sejam desenvolvidas capacidades e potencialidades que promovam sua atuação tanto profissional como na dinâmica da sociedade, de forma autônoma, consciente e crítica (RAMOS, 2014, p. 91-92, grifo nosso).

Em seguida, abordamos o conceito de currículo e a partir desses fundamentos discutiremos o conceito de currículo integrado para os Cursos do EMI, buscando compreender o sentido da integração e sua efetivação nas práticas pedagógicas.

Ramos (2014, p. 38) alerta para o fato de que é nessa última etapa da educação básica que os estudantes definem suas opções profissionais. Dessa forma, a formação que lhes é oferecida deve promover condições, para que sejam capazes de optar tanto pela inserção na vida profissional, quanto pelo prosseguimento dos estudos no ensino superior. De forma que, ainda segundo a autora, possam garantir o seu lugar na sociedade como população economicamente ativa.

Nessa perspectiva, recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho é papel do ensino médio, ao passo em que estimula os alunos não somente a “saber fazer”, como o mero adestramento em técnicas produtivas, mas instiga a compreensão dos fundamentos das diversas técnicas utilizadas na produção de forma, que compreendam como a ciência se transforma em potência material no processo de produção. Trata-se de um ensino que forma politécnicos e não apenas técnicos especializados (RAMOS, 2014, p. 38).

Compreende-se que o saber possui autonomia em relação ao processo de trabalho, do qual se isola um fragmento dessa realidade de modo a originar a teoria e a ciência. Saviani (2007, p. 160) debate no mesmo sentido, afirmando que o “papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho”, de forma que o estudante tenha uma visão totalizante e uma compreensão global dos fenômenos sócio-históricos e econômicos.

Um ensino que atenda a essas concepções pode ser possibilitado pela proposição de um currículo integrado, ao conjugar uma relação entre partes e totalidade (SCHNEIDER, 2013, p. 65), desafio histórico para a superação da dualidade da educação brasileira.

E por fim, abordaremos o *aspecto interdisciplinar* para a compreensão da totalidade. Esse aspecto se relaciona, estreitamente, com o currículo integrado, que contribui para uma aprendizagem significativa e, ao ser assumido nesse processo, propiciará a formação de sujeitos autônomos que

possam compreender-se no mundo e dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras (RAMOS, 2014, p. 85).

### **2.1.1 Formação humana: omnilateralidade, politecnicidade e escola unitária**

A organização dual em que é estruturada a educação nas sociedades capitalistas promove o desenvolvimento das capacidades humanas de forma desigual e excludente, conforme elucidada Bezerra (2013, p. 36), contribuindo para a ampliação do processo de exploração e dominação.

Nesse contexto, o papel da escola, para atender à lógica do capital, torna-se o de formar mão de obra barata e alienada, uma vez que a instituição escolar não busca promover condições para que o aluno tenha uma compreensão global da realidade em que estão inseridos, mas vai ao encontro apenas de um interesse: o do capital, configurando a unilateralidade (BEZERRA, 2013, p. 37). Essa concepção crítica e consciente da função civilizadora do capital é chamada por Marx de “pedagogia social” (MANACORDA, 2001, p. 296).

Ao contrário dessa concepção escolar unilateral, a educação proposta por Marx (1866 *apud* Manacorda, 2001, p. 297), é delineada como:

- a) instrução intelectual;
- b) educação física;
- c) treinamento tecnológico que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que contemporaneamente introduza à criança e ao adolescente no uso prático e na capacidade de manusear os instrumentos elementares de todos os ofícios.

Reitera ainda, que a união entre trabalho produtivo remunerado, instrução intelectual, exercício físico e treinamento politécnico elevaria a classe operária acima das classes superiores e médias.

É possível compreender que, a partir de uma educação com essas concepções, o homem teria uma formação completa, integral, em que desenvolveria suas capacidades numa

perspectiva global. A esse respeito, Manacorda (2001, p. 297) explica que a defesa era pela unidade entre instrução e trabalho para todos, que não orientasse uns para uma profissão e outros para outra, mas sim que oferecesse para “todos, indistintamente, tanto um conhecimento das ciências, como as capacidades práticas em todas as atividades produtivas”, visando “uma formação de homens total e omnilateralmente desenvolvidos”.

Nesse sentido, de acordo com Sousa Júnior (2008, p. 286), o homem omnilateral

não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades- as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre.

Ou seja, a partir de uma formação completa, o homem desenvolveria capacidades para construir uma realidade social nova, mais justa e igualitária.

Ramos (2008, p. 3) apresenta o sentido filosófico da integração que aborda uma concepção de formação integral humana, omnilateral. Segundo a autora, essa integração implica na relação das “dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social”.

No ensino médio integrado, a educação geral torna-se parte inseparável da educação profissional, na medida em que incorpora a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, tornando-o íntegro e também, capaz de atuar como dirigente na sociedade. Segundo essa autora, trata-se de uma formação que não divide o trabalho da educação, ao contrário, ao estudante é garantido “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2012, p. 85).

A concepção marxista de educação é, portanto, politécnica. Saviani (2007, p. 161) conceitua politecnia “como o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”. Nesse caso, o estudante tem acesso e compreende não apenas a técnica, mas os fundamentos científicos que caracterizam a produção humana. Uma educação desse tipo, para Frigotto (2012, p. 74), promove o desenvolvimento de

fundamentos das diferentes ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida. [...] Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica.

Com uma formação politécnica, percebe-se que o indivíduo não será apenas inserido no mercado de trabalho, mas também terá condições de se inserir

dentro de um projeto de desenvolvimento social de ampliação dos processos de socialização, não se restringindo ao imediatismo do mercado de trabalho. Ela guarda relação com as potencialidades libertadoras do desenvolvimento das forças produtivas assim como com a negação destas potencialidades pelo capitalismo (MACHADO, 1992, p. 19-22).

Assim, é a partir de concepções marxistas que Antonio Gramsci, intelectual italiano e opositor do fascismo, escreveu na prisão seus *Cadernos do Cárcere*. Neles, o autor faz uma reflexão político-pedagógica sobre a crise da organização escolar em busca de um novo princípio educativo e de uma nova escola (MANACORDA, 2001, p. 332). Dessa forma, faz uma proposta de escola denominada de escola unitária, defendendo que

O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos (GRAMSCI, 1982, p. 124).

Destarte, essa escola proporcionaria o desenvolvimento de capacidades que contribuiriam para que o estudante conseguisse decidir seu futuro, seja na vida prático-produtiva, seja no prosseguimento dos estudos no nível superior. Porém, ele reitera que essa decisão deveria ser realizada com responsabilidade, de forma autônoma e não por uma imposição do Estado às novas gerações. Assim, nessa configuração de estrutura educacional,

a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se tende a criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessária à posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização comercial etc) (GRAMSCI, 1982, p. 124).

Segundo Gramsci, a aprendizagem ocorreria notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, aprendendo e descobrindo as coisas por si mesmo, sem sugestão e ajudas exteriores. A função do professor, nesse cenário, seria apenas de guia, o que indicaria que, de qualquer modo, o indivíduo tivesse entrado na fase da maturidade intelectual na qual se poderia descobrir novas verdades (GRAMSCI, 1982, p. 112).

Por fim, é possível observar na defesa da escola unitária, a importância do rompimento com o modelo dual de educação, significando:

o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes novo conteúdo (GRAMSCI, 1982, p. 125).

É em oposição a essa escola defendida por Gramsci que prioriza uma cultura humanística e formativa que a escola atual é consolidada, sendo caracterizada por enorme distanciamento que deve ser combatido e que é razão de tantas disputas e embates políticos e teóricos para superar um modelo de educação conservadora e excludente (BIANCHI, 2014, p. 84).

### **2.1.2 A indissociabilidade entre o trabalho, ciência, tecnologia e cultura**

Uma formação politécnica, omnilateral e uma escola unitária são possíveis por meio do implemento de práticas pedagógicas e organização curricular integradoras que buscam a interrelação das diversas áreas do conhecimento, assim como dos elementos gerais e específicos. Dessa forma, busca-se formar o indivíduo não apenas para executar função específica, mas para ser um cidadão crítico que tome decisões diante das oportunidades de seu futuro e que compreenda os fundamentos técnico-científicos das diversas técnicas. Deste modo, é necessária a discussão e reformulação dos currículos, principalmente dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Portanto, ter-se-ia uma formação integral, em que se aprende o domínio das técnicas, além de se compreender e de ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade no processo de produção da existência, possibilitando a esses trabalhadores atuarem também como dirigentes na sociedade, superando a dualidade estrutural em que a realidade educacional foi estabelecida.

Para isso, é fundamental tomar o trabalho como princípio educativo, pois ele orienta uma educação que considera o ser humano no processo de formação e produção de sua existência, crendo no desenvolvimento não apenas de suas capacidades produtivas, mas também científicas, culturais e tecnológicas (RAMOS, 2014, p. 92).

Compõem ainda o núcleo básico do currículo integrado, a concepção de ciência e cultura que, numa perspectiva relacional e de integração, promove a formação plena do educando por

meio de construções intelectuais elevadas. Mas também, a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção desse conhecimento (RAMOS, 2014, p. 92).

Nesse sentido, Ramos (2011, p. 9) conceitua ciência como os

Conhecimentos produzidos, sistematizados e legitimados socialmente ao longo da história, como resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. [...] a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.

Os conhecimentos que caracterizam um determinado tempo histórico ou um grupo social são compostos por marcas das “razões, dos problemas, das necessidades e das possibilidades que motivaram o avanço do conhecimento numa sociedade”. Dessa maneira, a cultura, terceira concepção que constitui a parte do núcleo básico do currículo integrado, é conceituada como as “diferentes formas de criação da sociedade, seus valores, suas normas de conduta, suas obras” (RAMOS, 2011, p. 9).

A esse respeito, Moreira e Silva (2009, p. 27) afirmam que

em uma sociedade dividida, a cultura é o terreno por excelência onde se dá a luta pela manutenção ou superação das divisões sociais. O currículo educacional, por sua vez, é o terreno privilegiado de manifestações desse conflito.

O currículo é visto, portanto, como um “campo em que se tentará impor tanto a definição particular de cultura da classe ou grupo dominante quanto o conteúdo dessa cultura” (MOREIRA; SILVA, 2009, p. 27).

Assim, o caminho para se superar a dualidade educacional é a educação politécnica com escola unitária e formação omnilateral, possibilitadas pela integração curricular. Para Ramos (2017, p. 29), “superar-se-ia a formação, estritamente, técnica para os trabalhadores e a acadêmica para as elites. Ao invés de uma formação restrita a um ramo profissional, esta teria o caráter omnilateral”. A formação omnilateral está focada no desenvolvimento completo e autonomia do estudante, de modo a torná-lo capaz de atuar como agente transformador de suas condições econômicas, sociais, culturais e políticas. Uma vez que se compreenderia que os conhecimentos produzidos pela humanidade, através do trabalho produtivo e intelectual, devem ser usados para a melhoria da qualidade de vida de todos e não ser disponibilizados e restringidos apenas à classe dominante.

Através da integração curricular e práticas pedagógicas integradoras seria possibilitada a compreensão global dos fatos e o estudante teria uma visão total do contexto sócio-histórico e político de sua vida, podendo desenvolver habilidades nas diversas áreas do conhecimento.

Entretanto, o que de fato é o currículo e como ele deve ser organizado dentro de instituições escolares para atender a integração mencionada na Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008)?

A missão e objetivos da instituição escolar estão contidas no currículo e de acordo com Sacristán (2000, p. 16)

As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socialização são realizadas através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. Tudo isso se produz ao mesmo tempo: conteúdos (culturais ou intelectuais e formativos), códigos pedagógicos e ações práticas através dos quais se expressam e modelam conteúdos e formas.

São estabelecidos, no currículo escolar, os conteúdos a serem ensinados e aprendidos pelos estudantes, assim como o que foi discutido e planejado pelos professores, escola e sistemas educacionais e o modo de avaliação utilizada. É importante observar e analisar os conhecimentos escolares, procedimentos pedagógicos, valores da escola e identidade da comunidade escolar, a fim de alcançar objetivos traçados por meio do processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, “em torno das diferentes disciplinas ensinadas e aprendidas no colégio, novas regras são estabelecidas, comportamentos determinados, normas organizadas, valores aferidos e elementos de diferentes culturas postos em contato” (LOPES; MACEDO, 2010, p. 163).

O currículo configura-se, segundo as Diretrizes Curriculares Básicas (BRASIL, 2013, p. 66), como

o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.

É, portanto, instrumento que contribui para a construção de identidades socioeconômicas, políticas e culturais dos estudantes, ao definir práticas que propiciam a produção e a reconstrução da realidade social em que estão inseridos.

Entretanto, Moreira e Silva (2009, p. 8) alertam para o fato de que o currículo não é “um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social”. E continua assegurando que ele está “implicado em relações de poder e que transmite visões sociais particulares e interessadas” (MOREIRA; SILVA, 2009, p. 8) e, conseqüentemente, produzirá

identidades individuais e sociais particulares. Trata-se, pois, de um documento que possui história e está vinculado a formas específicas de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA 2009, p. 8). Assim, segundo os autores, por conter o que é considerado como conhecimento válido e importante, “expressa os interesses dos grupos e classes colocados em vantagem em relação de poder”, acautelando que compreendê-lo não significa lutar por uma situação de não-poder, mas lutar para que as relações de poder sejam transformadas (MOREIRA; SILVA 2009, p. 29-30).

Nota-se que o processo de construção do currículo envolve muito mais que seleção de saberes e definição de práticas enquanto documentos escritos. As políticas curriculares abrangem processos de reflexão e planejamento sobre a realidade escolar, bem como quais conteúdos serão ensinados, quais experiências de aprendizagem se espera que o estudante viva e que transformações e valores se deseja discutir, a elaboração dos planos pedagógicos em conjunto com docentes e gestão, e a definição dos objetivos que se pretende alcançar através do processo de ensino.

A Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008) instituiu a RFEPT e criou os IFETs. Além disso, estabelece como um dos objetivos ofertar, garantindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas, a educação profissional técnica de nível médio, **prioritariamente, na forma de cursos integrados** (BRASIL, 2008). Nesse cenário, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a organização curricular “fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos” (BRASIL, 2013, p. 44).

Diante disso, pudemos perceber que fica assegurado ao trabalhador jovem ou adulto a possibilidade de reconhecimento dos saberes construídos em sua trajetória de vida. Ou seja, considera-se o trabalho na EPT como princípio educativo que não separa o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, reconhecendo igualmente os valores educativos escolares e do próprio ambiente de trabalho.

Dessa forma, observando o Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004) e o art. 7º, inciso I da Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008), constata-se que, para que as expectativas e objetivos da referida lei fossem alcançados, seria necessário que esse currículo fosse integrado. Assim, segundo afirma Ciavatta (2012, p. 84), “queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho”.

Ou seja, é necessário que os elementos curriculares das disciplinas gerais e específicas dialoguem entre si de forma a oportunizar a compressão das partes no seu todo, de compreender

as diversas situações de trabalho, produtivas e intelectuais. Por meio dessa perspectiva interdisciplinar e de contextualização dos conteúdos proposta pelo decreto de 2004 e pela lei que estabelece a RFEPT e cria os IFETs, ocorreu a integração efetiva da educação básica à educação profissional.

Ramos (2017, p. 30) sintetiza essa ideia, ressaltando que uma formação com currículo integrado possibilita a disponibilização de todo tipo de conhecimento ao estudante e que, dessa forma, as definições de futuro para os jovens não seriam antecipadas. Ao contrário, em uma educação que considera o trabalho, a ciência e a cultura como dimensões fundamentais da vida, como diria Gramsci (1982, p. 112), a “aprendizagem deve ocorrer notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente [...]”, isto é, suas escolhas profissionais seriam feitas após o estudante ter sido levado a um grau de maturidade intelectual. É preciso, ainda segundo Ramos (2017, p. 31),

que esses conteúdos adquiram concreticidade pela relação com as necessidades e os problemas que a sociedade reconheceu e/ou se colocou, os quais levaram ao desenvolvimento das ciências em um determinado sentido, produzindo-se, assim, novos modos de vida e nova cultura.

É importante a verificação das práticas e organização curricular de Cursos do EMI ao Técnico ofertados pelos IFs, para romper com a dualidade estrutural da educação brasileira, a fim de se alcançar uma formação plena e integral do ser humano. Esse modelo formativo traz a noção de um currículo integrado, que rompe com os interesses do mercado de trabalho, ao proporcionar uma compreensão mais global, assim como a apreensão da totalidade dos conhecimentos, pois é interdisciplinar, relacionando e integrando conteúdos e disciplinas com a realidade.

Desse modo, a organização de um currículo integrado, conforme afirma Ramos (2012, p.116), “desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender”. Essa configuração diversificada de currículo contribuirá para a integração entre as dimensões da ciência, do trabalho, da cultura e da tecnologia para a formação integral dos educandos e segundo Ramos (2008, p. 4) “compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo”.

### 2.1.3 O trabalho como princípio educativo

A partir das concepções de formação humana omnilateral, politécnica, escola unitária e da educação integrada, as quais integram o trabalho, a ciência e a cultura, pretende-se compreender o sentido do trabalho, considerando-o como princípio educativo. Para tanto, é necessário entender a relação entre trabalho e educação assim como o “caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (CIAVATTA, 2008, p. 408).

Saviani (2007, p. 154) pondera que o homem se firma como ser social a partir do momento que se

destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades.

Então, continua assegurando que o “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desta forma, o trabalho adquire dois sentidos: ontológico e histórico. Um compreendido como a utilização dos bens da natureza para produzir os meios de sobrevivência e conhecimento (CIAVATTA, 2008, p. 408); e o outro, como prática econômica, respectivamente. O trabalho, no seu sentido ontológico, “é a ação humana de interação com a realidade para a satisfação de necessidades e produção de liberdade” e opõe-se ao sentido econômico que se configura pela “forma histórica das relações sociais sob um modo de produção específico” (RAMOS, 2008, p. 3-4) ou ainda, “é onde se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva” (RAMOS, 2014, p. 91).

Dessa forma, sob a concepção de formação humana integral, o trabalho não deve se reduzir apenas à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Entretanto, no modo de produção capitalista ou em outras formas históricas e sociais de dominação, como por exemplo a servil, a escravista ou a assalariada, o trabalho recebe apenas um significado puramente econômico (FRIGOTTO, 2012, p. 59).

Na sociedade moderna, a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização (RAMOS, 2014, p. 90). Especificamente, no modo de produção capitalista, o “trabalho se dá pela venda e compra da força de trabalho”, o que justifica a preparação para

o exercício do trabalho e do caráter dual da educação, em que se tem uma formação profissional para o trabalho manual e uma formação propedêutica para o trabalho intelectual (RAMOS, 2008, p. 4).

Ora, se a ciência nada mais é do que “os conhecimentos produzidos pela humanidade em processo mediados pelo trabalho, pela ação humana”, qual o motivo de se separar o trabalho da ciência? Se o ser humano foi produzindo conhecimento à medida que foi interagindo com a realidade e com a natureza, por meio do próprio trabalho, por que negar esse conhecimento a alguns e outros não? Por que somente uma parte dos indivíduos deve ter direito de acesso aos conhecimentos produzidos pela própria humanidade? (RAMOS, 2008, p. 4). Por qual motivo é oferecida uma educação que forma para o trabalho manual aos filhos dos trabalhadores e aos filhos da elite é oferecida uma formação para o trabalho intelectual?

Saviani (2007, p. 155) evidencia que a “divisão dos homens em classes provoca uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho”. Ou seja, sob o entendimento marxista dos processos de formação humana, a educação se torna um mecanismo de controle para manter o *status quo* de dominação da burguesia, sem nenhum interesse em oferecer uma escola pública de qualidade, universal, gratuita e obrigatória.

Essa perspectiva contraria a concepção de unidade entre trabalho e educação, declarada por Ramos (2008, p. 4), que defende que a ação humana é uma ação produtora de conhecimento. Frigotto (2012, p. 60) corrobora com essa afirmação e destaca a centralidade do trabalho que “possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades”. Ou seja, considera o trabalho como princípio educativo.

Sob a percepção de Frigotto (2012, p. 60), o trabalho como princípio formativo

deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. [...] a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que explorem e vivem do trabalho dos outros.

Dessa forma, o trabalho como princípio educativo é um princípio ético-político (FRIGOTTO, 2012, p. 60). Ramos (2014, p. 91) defende que o projeto unitário de educação profissional tem o trabalho como o primeiro fundamento da educação como prática social e não omite as singularidades de grupos sociais, mas se constitui como síntese do diverso.

O trabalho, no entendimento de Ramos (2011, p. 9), é um princípio ao mesmo tempo que organiza a base unitária do ensino médio, ele é uma

condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive. É princípio educativo, ainda, porque leva os estudantes a compreenderem que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura e que o exercício pleno dessas potencialidades exige superar a exploração de uns pelos outros.

Portanto, uma base unitária organizada, a partir do trabalho como princípio educativo, considera seus dois sentidos, tanto ontológico quanto histórico. Isto é, proporciona tanto a “compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos”, como também “coloca exigências específicas para o processo educacional, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo”, o qual “fundamenta e justifica a formação específica para o exercício de profissões, essas entendidas como uma forma contratual socialmente reconhecida, do processo de compra e venda da força de trabalho” (RAMOS, 2014, 91-92). Desse modo, é justificado o caráter relacional de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio e a indissociabilidade entre a formação geral e a específica, ao passo em que

pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos (RAMOS, 2014, p. 92).

Ou seja, uma educação pautada nesse princípio rompe com o caráter dual da educação, enquanto forma um homem integral que desenvolverá capacidades para atuar tanto no processo produtivo quanto em sociedade, de forma autônoma e crítica. Conforme Ciavatta (2012, p. 93), trata-se do sentido transcendente da educação, como “capacidade de conhecer e de atuar, de transformar e de ressignificar a realidade”.

## CAPÍTULO 3

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

Neste capítulo, expomos os procedimentos metodológicos que possibilitaram o estudo sobre a organização curricular, assim como as práticas pedagógicas, a elaboração, desenvolvimento e aplicação de um produto educacional que criasse oportunidades para os docentes da EPT refletirem sobre o ensino integrado, objetivando a reflexão sobre o desenvolvimento de ações e metodologias que promovam, de fato, a integração numa perspectiva politécnica.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O percurso metodológico adotado nessa pesquisa está centrado numa abordagem crítico-dialética, visto que concebemos a educação como processo omnilateral, que supera a perspectiva unilateral de formação para o trabalho. Conforme alerta Frigotto (2008, p. 76, grifo do autor), a escolha do método de análise, na perspectiva crítico-dialética, não significa a escolha de uma ferramenta asséptica, “uma espécie de *metrologia* dos fenômenos sociais”. Nessa perspectiva de análise, o método vincula-se a “uma concepção de realidade de mundo e de vida no seu conjunto” (FRIGOTTO, 2008, p. 77). Considerando o homem um indivíduo inserido no conjunto das relações sociais, a dialética situa-se, assim, no plano de sua realidade, “no plano histórico sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTTO, 2008, p. 75).

O método utilizado nesta pesquisa é o materialismo histórico-dialético, que, segundo Leite (2018, p. 52) “é um método de interpretação da realidade considerado como a teoria do conhecimento do marxismo originário”. Alves (2010, p. 1), elucida que o materialismo histórico-dialético tem como objeto as “transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção” e que o “modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual”. Dessa forma, compreende-se que se trata de um método que busca compreender e analisar a história, as lutas sociais e o desenvolvimento econômico e político. Portanto, Alves (2010, p. 3) assevera

que “Marx parte da idéia de que em toda a história o homem não é uma imanência única: na idade antiga ou ele era escravo ou cidadão; na idade média era servo ou senhor; na idade moderna é proletário ou patrão, ou seja, ou ele detém os meios de produção ou vende sua força de trabalho.”

A abordagem investigativa utilizada nesta pesquisa foi o da pesquisa quanti-qualitativa. O fato de reconhecer as limitações da pesquisa qualitativa e, considerando que a inserção direta do pesquisador pudesse comprometer a objetividade científica de sua análise, foram tomados todos os cuidados necessários para que essa limitação interferisse o mínimo possível no processo interpretativo.

Das duas formas de abordagem de pesquisa, optou-se pela quanti-qualitativa. Segundo Godoy (1995, p. 58), esse tipo procura “compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”. Ainda sobre o uso da abordagem qualitativa, Oliveira (2011, p. 24) afirma que se procura “captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências”.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) corroboram com esse entendimento ao afirmarem que o uso dessa abordagem propicia o “aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização [...]”. Ou seja, busca-se compreender os sujeitos no seu contexto histórico-social e cultural através da coleta de dados da realidade, assim como esses sujeitos enfrentam tais questões. Nos estudos com uma abordagem qualitativa, ainda segundo as autoras, há uma preocupação com “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Dessa forma, Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) citam características da pesquisa qualitativa relacionadas abaixo:

- a) objetivação do fenômeno;
- b) hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar;
- c) precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno;
- d) observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural;
- e) respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos;
- f) busca de resultados os mais fidedignos possíveis;
- g) oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Para responder aos objetivos propostos utilizamos a perspectiva metodológica sugerida por Bourdieu (1996, 1996a) que enfatiza as relações entre objetivismo e subjetivismo, pensamento e realidade, ideologia e vida material, enquanto dualidades que têm marcado a análise das “representações sociais” e a multiplicidade de significados e interpretações advindos desta perspectiva.

Segundo Minayo (1995, p. 89), nas Ciências Sociais, as representações sociais “são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Do ponto de vista teórico-metodológico, esta perspectiva permite perceber a relação entre os discursos e as ações dos agentes sociais envolvidos com a problemática.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, nessa pesquisa, foram utilizados: o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo, a qual se deu pela aplicação de questionários e por fim, a elaboração de um produto educacional.

### **3.1.1 Estudo de caso**

Pela necessidade de compreensão da realidade, realizou-se um estudo de caso único, averiguando e diagnosticando características para testar as hipóteses e elaborar teorias acerca das práticas pedagógicas e da organização curricular. Esse tipo de pesquisa se “concentra no estudo de um caso particular” (SEVERINO, 2007, p. 121). Trata-se de estudo que busca organizar dados e reunir as informações coletadas, fazendo o levantamento detalhado de todos os seus aspectos com a finalidade de descrever o fenômeno pela definição de teorias. Segundo Yin (2001, p. 21), esse tipo de pesquisa “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”. Para o autor, o estudo de caso é caracterizado pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p. 57-58).

O estudo de caso possibilitou analisar como é a organização curricular e as práticas pedagógicas, assim como qual o olhar docente sobre os PPCs do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO e, também, como a oferta dessa modalidade de ensino atende o que é proposto pela Lei n.º 11.892 (BRASIL, 2008), numa perspectiva interdisciplinar e de integração curricular.

Triviños (1994, p. 133-136) destaca que o Estudo de Caso é uma categoria de pesquisa que nos permite analisar uma unidade em profundidade, bem como explorar o fenômeno em toda a sua complexidade, como foi o caso desta pesquisa, sendo seu maior ou menor aprofundamento determinado pelos enfoques teóricos adotados pelo investigador.

### **3.1.2 Pesquisa bibliográfica**

Essa pesquisa foi fundamentada na prerrogativa de que os documentos e as práticas pedagógicas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos IFETs não condizem com os documentos de criação e princípios norteadores do EMI, ofertados por essas instituições, numa perspectiva interdisciplinar e integradora. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de averiguar os PPCs e a organização curricular pertinente à EPT, mais especificamente, dos Cursos do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO.

Esse levantamento foi uma etapa fundamental, uma vez que colocou os pesquisadores em contato com materiais já publicados e explorados, pois “qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica, para se ter um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto” (PARRA FILHO; SANTOS, 1998, p. 97). Lakatos e Marconi (2001, p. 44) também argumentam que “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”, no qual buscará meios para analisar, estudar, explorar e resolver os problemas identificados. Assim, o conhecimento que precedeu esse estudo de caso esteve baseado em bibliografias já divulgadas, constatando quais pesquisas já foram realizadas sobre o assunto.

Oliveira (2004, p. 119) corrobora com essa assertiva afirmando que “a Pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”, isto é, trata-se da busca por informações que fundamentam a existência ou não de uma determinada suposição.

Todavia, há de se ressaltar que a pesquisa bibliográfica não é mera cópia. Trata-se de um estudo sistemático de fontes, análise e comparação de conteúdos. Por conseguinte, esse levantamento “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2006, P. 71).

### 3.1.3 Pesquisa documental

É necessário o delineamento da pesquisa para coleta dos dados. Para isso, nos valem das fontes de papel através da pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental. Nesse sentido, foi realizada uma análise dos documentos referentes aos PPCs do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO e de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações e teses que conceituam a EPT e o EMI, assim como as que versam sobre integração curricular e interdisciplinaridade.

Documentos institucionais também foram consultados e analisados, a fim de se estabelecer características integradoras na organização curricular do curso. Vale ressaltar que a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica quanto à natureza das fontes de ambas as pesquisas (GIL, 2008a). Nessa tipologia, entende-se por documento, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 56), “qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação”. Foram examinados, portanto, os PPCs do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO pois, ainda segundo o autor, “todo documento deve passar por uma avaliação crítica por parte do pesquisador, que levará em consideração seus aspectos internos e externos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56).

### 3.1.4 Pesquisa de campo

Além das técnicas mencionadas, foi aplicado um questionário para a coleta de dados, a partir de pesquisa de campo, com a finalidade de se obter informações e respostas para a hipótese estudada.

Para a elaboração e aplicação do questionário, a partir dessa técnica, observamos os objetivos preestabelecidos nessa pesquisa, a fim de se obter informações suficientes para a análise do problema. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 186), esse procedimento de pesquisa consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente. Ainda assim, segundo os autores, ela não deve ser confundida com a simples coleta de dados, mas, sim, como o aprofundamento das questões propostas (GIL, 2008).

As pesquisas de campo, segundo Gil (2008, p. 187), é dividida em três grandes grupos: quantitativo-descritivos, exploratórios e experimentais, com as respectivas subdivisões. Assim, esse estudo se pautou na pesquisa de campo do tipo quantitativo-descritivo que, segundo Gil (2008, p. 187), consiste em “investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o

delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos”. Esse tipo de pesquisa de campo ainda se subdivide em estudos de verificação de hipótese, estudos de avaliação de programa, de descrição de população e de relações de variáveis.

Nesse sentido, usamos o estudo de verificação de hipóteses, no qual consiste em pesquisas quantitativo-descritivas com hipóteses explícitas (GIL, 2008a). Para verificação, foi aplicado um questionário aos docentes envolvidos aos Cursos do EMI.

### 3.2 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional proposto por essa pesquisa busca fomentar os debates a respeito da integração que se deseja entre o ensino médio e o ensino técnico, além de criar possibilidades para possíveis mudanças a serem aplicadas na organização curricular e na prática pedagógica dos cursos técnicos integrados de nível médio e, a médio prazo, suscitar mudanças no currículo desses cursos.

Utilizou-se Ausubel *apud* Moreira (1999, p. 154) como referencial teórico, ao passo em que trabalha com a distinção da aprendizagem como processo que pode ser mecânico ou significativo. A aprendizagem mecânica é recebida por meio da repetição e o conteúdo aprendido é armazenado isoladamente, ou seja, não se relaciona com os outros conhecimentos do indivíduo. Já a aprendizagem significativa é bem mais ampla, uma vez que o novo conteúdo se relaciona com os conhecimentos prévios do indivíduo. Esta modalidade de aprendizagem é construída baseada no interesse do estudante em aprender, uma vez que o conteúdo é significativo para sua vida.

Para possibilitar a aprendizagem significativa, é necessário que o docente proponha atividades instigantes que despertem no estudante a disposição para aprender. Outra característica importante, na proposição desta modalidade de aprendizagem, é a consideração dos conhecimentos prévios dos alunos, de modo que possa sempre existir relação entre o que o aluno já conhece e o conteúdo a ser ensinado. Estes conhecimentos prévios, “subsunoçores”, deverão se relacionar com os novos conceitos seja por combinação, associação ou mesmo representação, levando o discente a um processo denominado reconciliação integrativa de subsunoçores e a um estado cognitivo mais desenvolvido. Este processo pode ser realizado por recepção ou descoberta, desde que seja de maneira não arbitrária, mantendo uma relação substantiva com os conceitos prévios do indivíduo. (AUSUBEL *apud* MOREIRA, 1999, p. 155) Para o autor, aprender significa reorganizar ideias existentes, melhorá-las e, com isso,

relacionar conceitos pré-existentes a novos conhecimentos. A história do sujeito deve ser levada em conta e, principalmente, este sujeito tem que estar disposto a aprender.

A pedagogia de Ausubel se relaciona de maneira positiva com os anseios da sociedade da informação ora formada, uma vez que procura se aproximar da realidade do discente, considerando suas expectativas e deixando-o preparado para propor mudanças em sua realidade. As teorias de Ausubel, para o ensino, fazem do professor um propositor de situações que favoreçam a aprendizagem, ou seja, o docente deve levar em conta o contexto no qual o estudante está inserido e a utilidade das informações recebidas pelos mesmos (MOREIRA, 1999).

A aprendizagem significativa envolve, principalmente, o interesse do educando. De nada vale uma aula diferenciada, com uso de recursos audiovisuais, por exemplo, se o tema não for interessante para o estudante. Muitas vezes, ouve-se na escola os seguintes questionamentos: "*Como fulano passou de ano?*", "*Fulano não sabe ler, nem interpretar.*", "*Nossa, quantos erros de ortografia!*". A resposta a essas perguntas é que os alunos estudaram isso e muito mais, mas de maneira mecânica. Portanto, não houve aprendizagem significativa que deixasse marcas em sua vida.

Assim, essa pesquisa propôs, como produto educacional, a realização de um seminário para promover a discussão e reflexão sobre o currículo integrado, com apresentação de experiências com projetos integradores realizados no âmbito do IFTO com os estudantes dos cursos do EMI; uma mesa-redonda sobre o processo de implantação do currículo integrado em outros IFs e, por fim, a construção e discussão de uma minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para a integração curricular do IFTO, conforme Apêndice 3. O seminário foi pensado, primeiramente, para o grupo de docentes (formação geral e específica) que atuam nos cursos técnicos integrados e, posteriormente, estendido a todos os servidores e comunidade externa. Em virtude de uma parceria estabelecida com a Pró-reitoria de Ensino (PROEN) do IFTO, o evento pôde ser oferecido em âmbito institucional.

### **3.2.1 O Seminário do Currículo Integrado**

A proposta desse produto partiu da questão central dessa pesquisa, que é a busca de uma efetiva integração entre o ensino médio e o ensino técnico. Partiu-se também do princípio da construção de uma educação em que os estudantes se transformem em pessoas mais críticas e agentes de transformação para melhorar o mundo em que vivem. Além disso, o direito ao

conhecimento é fundamento para o estudante se apropriar da realidade, compreendendo-a, a fim de produzir possibilidades para lutar pelas relações sociais e de trabalho dentro da ordem capitalista, enquanto sujeito trabalhador.

Por outro lado, compreendemos que tal proposta só teria êxito com a participação e envolvimento de outros agentes educacionais que atuassem nos cursos: diretoria/gerência de ensino, coordenação de curso, Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), assistência estudantil, técnico-administrativos que trabalham junto ao ensino e outros. Por ser um trabalho coletivo, cooperativo e colaborativo, ele só seria efetivado se tivesse um caráter de unidade e não de fragmentação e divisão.

Assim, buscamos parcerias para que o evento fosse composto pelos diversos públicos, tais como gestores, técnicos administrativos em educação e docentes de diversas áreas. Para tanto, realizamos a primeira reunião com a equipe da PROEN, mais especificamente, a Diretoria de Ensino Básico e Técnico (DIREBT) e a Diretoria de Gestão Educacional (DGE), as quais se comprometeram com o evento e sugeriram a elaboração, em conjunto com o evento, das Diretrizes Curriculares Institucionais do IFTO para a integração curricular.

A realização do evento foi resultado de parceria estabelecida entre a PROEN e o *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO. Os trabalhos contaram com o apoio da DIREBT e da DGE. A Pró-reitora de Ensino, Nayara Pajeú (2019), sobre o seminário, destacou que

Iremos intensificar o debate sobre o currículo integrado na instituição, e o seminário é um momento importante para que os servidores possam se inserir e conhecer mais não só o que se tem de pesquisa a respeito, o que fundamenta toda a discussão, mas também as práticas exitosas em torno desse formato de currículo. Convidamos os servidores para esse interessante momento de formação continuada que estamos propondo. A Pró-reitoria de Ensino contempla em seu planejamento investir e provocar que as unidades invistam nessas ações porque acredita na formação continuada como precioso espaço para (re)pensarmos e avaliarmos os serviços ofertados pelo nosso IFTO (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019a).

Solicitamos, ainda, uma intérprete de Libras de outro *Campus* para auxiliar nos trabalhos no dia do evento, conforme Anexo 3, visto que não possuíamos o referido profissional em nossa instituição e queríamos que todos pudessem participar.

Para compor a comissão, designando os servidores e estudantes colaboradores para a organização e execução do evento, foi emitida a Portaria multicampi n.º 365/2019/REI/IFTO de 22 de março de 2019, conforme Anexo 2. Os integrantes foram recrutados pela presidente

da comissão e, com determinação, comprometimento e união, realizaram as atividades. As funções foram distribuídas por coordenações e, a cada integrante, foram designadas a suas atribuições, conforme planilha (APÊNDICE 7), em que era possível a inclusão de informações e observações, pelos colaboradores, relacionadas à realização das respectivas atividades. A equipe trabalhou arduamente e se dedicou para responder com êxito às demandas e para sanar as dificuldades que surgiam, sempre muito motivados para o sucesso do evento. Todos os colaboradores, participantes e palestrantes puderam emitir certificados pelo “sistemas integrados” do IFTO.

Com o tema "Integração curricular nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFTO: da teoria à práxis", o IFTO promoveu, nos dias 11 e 12 de abril de 2019, no auditório do *Campus Paraíso do Tocantins/IFTO*, o Seminário do Currículo Integrado (SCI). O evento foi resultado da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do *Campus Morrinhos/IF Goiano*. Foi uma iniciativa pioneira no âmbito do IFTO e representou um marco nas discussões sobre o currículo integrado para a instituição e um capítulo importante na história da construção identitária do IFTO e da EPT no Tocantins.

Na conjuntura fluida da educação nacional, na atualidade, entendemos que é imprescindível buscar aportes metodológicos que transcendam muros, fronteiras e concepções, sempre que se fizer necessário para promover o direito à educação indistintamente a todos os cidadãos.

Tendo em vista os contraditórios entendimentos em torno dessa temática, consideramos de extrema importância discuti-la, impreterivelmente, em todas as instâncias institucionais, para lançar luz e prover o conhecimento sobre a integração curricular destinados à EPT em nosso contexto.

A partir da proposição deste evento, presumimos que fosse oportuno aproveitar o atual “jogo das cadeiras” do processo de recomposição educacional em curso, para puxar a cadeira onde a educação e seus sistemas de ensino estão assentados por mais de um século e, então, ensaiar alternativas para que a educação profissional atue com autonomia de princípios em todas as instâncias sociais, promovendo transformações teórico e práticas que protagonizem suas capacidades transformadoras dentro de um contexto global.

Nesse sentido, o SCI que começou a ser idealizado localmente, a partir da pesquisa de mestrado do ProfEPT, envolveu colaboradores de distintas instituições e funções, diferentes formações acadêmicas, culminando, por fim, em um espaço de congraçamento, de discussões,

de reflexão, de intercâmbios e formação humana, ao se objetivar como evento técnico-científico que buscou promover a atualização, desenvolvimento e avanço teórico-pedagógicos compatíveis com as demandas curriculares do nosso contexto. Para isso, foi criado um espaço para interação e compartilhamento de conhecimentos desse campo entre estudantes, professores e pesquisadores, propiciando formas de registros de memória para disseminação de resultados a uma esfera pública maior.

Além disso, buscou-se levantar e conhecer práticas exitosas de projetos integradores no âmbito do IFTO. Por fim, foi realizada a construção, discussão e leitura de propostas para a minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para a integração curricular do IFTO, segundo Apêndice 3. Para corresponder esse objetivo, o seminário foi organizado de maneira a disponibilizar ao público participante informações sobre currículo integrado, oportunizando, por meio de palestras com especialistas no assunto e servidores da RFEPT que tiveram experiências exitosas na implantação do currículo integrado.

O público inscrito foi diversificado, uma vez que foi aberto para servidores, discentes do ProfEPT, pesquisadores e estudantes do IFTO e de outras instituições. Durante os dois dias de realização do seminário, estiveram presentes representantes do SENAI/TO, da Delegacia Regional de Ensino de Paraíso do Tocantins, da Reitoria do IFTO, além da participação de representantes de diferentes *Campi* do IFTO, dos discentes do ProfEPT do IFTO, e estudantes de outras instituições de ensino que se interessaram pela temática. As inscrições foram realizadas pelo “Sistemas Integrados”, disponibilizado no *site* do IFTO, por meio do endereço <https://si.ifto.edu.br/>. Além da possibilidade de participação presencial, as pessoas que se interessaram podiam se inscrever para participar do evento via *online* com emissão de certificado. O Seminário foi transmitido ao vivo e a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do *Campus* Paraíso do Tocantins disponibilizou, nos dias do evento, o *link* de transmissão para todos os interessados. Solicitamos autorização antecipada aos palestrantes, juntamente com as cartas-convites (APÊNDICE 8), via *e-mail*, para a transmissão e solicitamos, na data do evento.

A divulgação do seminário foi feita pelos Setores de Comunicação do *Campus* Paraíso do Tocantins e da Reitoria do IFTO, por meio de notícias publicadas no *site* e enviadas para a lista de *e-mail* da instituição, além da confecção e remessa de convites oficiais, emitidos pelo Reitor. Ademais, foram encaminhados cartazes aos *Campi* para fixação em seus respectivos murais, conforme Apêndice 4. A divulgação prévia sobre a data, local, programação e inscrições do evento foi anunciada com o título “IFTO promove seminário sobre organização curricular de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio” (INSTITUTO FEDERAL DE

EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019b). Além disso, foi realizada uma chamada para a submissão de práticas exitosas para a integração curricular no âmbito do IFTO, denominada “I Seminário do Currículo Integrado do IFTO conta com palestras, mesas-redondas e debates” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019a). A cobertura do evento foi noticiada por publicação no *site* intitulada “Início do I Seminário do Currículo Integrado é marcado por diálogos e trocas de experiências” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

Foi distribuído, no ato do credenciamento, um kit contendo o material para o seminário, no qual foram disponibilizadas pastas da instituição, canetas personalizadas, blocos de notas, crachás personalizados para identificação do participante, o folder com a programação (APÊNDICE 5) e o formulário de avaliação (APÊNDICE 9).

#### 3.2.1.1 Submissão de experiências exitosas

Os servidores do IFTO apresentaram experiências exitosas para a integração curricular. As inscrições para a apresentação das experiências foram efetuadas no ato do credenciamento, nos dias 11 e 12 de abril, por ordem de chegada e até o limite de vagas<sup>8</sup>, devido à disponibilidade de horário. Na ocasião, os expositores tiveram 10 minutos para elucidarem sobre a solução proposta para a integração curricular, os envolvidos no processo, a metodologia adotada e os resultados da experiência. Posteriormente, as experiências foram comentadas pelos participantes que tiveram espaço para uma rodada de perguntas aos expositores.

#### 3.2.1.2 Programação e síntese das atividades realizadas

A programação contou com solenidade de abertura, momento cultural, conferência, palestras e mostra de experiências exitosas. Além disso, foi ornamentado um belíssimo palco, com disposição de poltronas confortáveis, mesa aparadora, painel com banner (APÊNDICE 6), refletores, tapete e plantas, que integraram a decoração do ambiente.

Na ocasião da abertura do evento, dirigentes do IFTO recepcionaram o público, desejando-lhes boas-vindas e êxito ao evento. O Reitor Antônio da Luz Júnior parabenizou e desejou boas-vindas a todos os presentes e afirmou “Me deixa muito feliz, satisfeito e esperançoso ver a quantidade de servidores que chegaram até aqui e se colocaram à disposição

---

<sup>8</sup> Foram ofertadas 05 (cinco) vagas para exposição das experiências exitosas, no âmbito do IFTO.

para discutir e refletir essa temática e, a partir disso, implementar ações concretas na nossa instituição” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

Antônio da Luz enfatizou a importância da participação de todos nos diálogos e ações, especialmente, no que se refere à construção da minuta. Enfatizou que

O objeto concreto ao final desse evento é uma minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para integração curricular no IFTO. Observem a importância do que vai ser construído aqui. Reforço o chamamento para o comprometimento e responsabilidade de todos nós, não apenas dos gestores, mas de toda a comunidade, nesse processo de transformação da nossa instituição (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

O diretor-geral da unidade, Flávio Eliziário, cumprimentou todos os participantes, convidados e a organização pela condução das atividades, parabenizando-os. Ele afirmou que

Grande é a nossa responsabilidade de abrir um leque de discussões para que essa e as novas gerações possam realmente ter uma educação de qualidade. Não apenas no discurso, mas especialmente na nossa prática cotidiana nas atividades educacionais. Que todos possam aproveitar cada momento aqui compartilhado neste evento (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

Também, durante a abertura do Seminário, a Pró-reitora de Ensino, Nayara Pajeú, cumprimentou e parabenizou a equipe da Pró-reitoria envolvida, bem como os demais membros da comissão organizadora. Nayara ressaltou o interesse e disponibilidade da PROEN em apoiar iniciativas semelhantes. Ela disse:

Temos a satisfação de estarmos aqui hoje. Esse tipo de evento, de formação e capacitação, será motivado e implementado pela PROEN em todas as nossas unidades [...] A partir de todas as discussões feitas ao longo desses dois dias, que nós estejamos à disposição do IFTO para todas as ações que viermos promover. Fazer o currículo integrado com resultados práticos na vida do nosso estudante (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

O coordenador de Ensino da unidade, Fábio Vidal, saudou toda a equipe organizadora pela realização do evento e ressaltou a iniciativa e declarou:

É um momento de grande importância para todos nós. Os cursos do ensino médio integrado sempre foram um desafio para os Institutos Federais. É a hora de rediscutir a legislação e analisarmos como melhor vamos trabalhar frente às novas diretrizes. Parabéns a todos os que se dispuseram a vir discutir

conosco esse momento de construção (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

### Fotografia 2 - Mesa de abertura



Fonte: Instituto Federal de Educação do Tocantins (2019c).

Na solenidade de abertura, contamos, especialmente, com apresentações culturais de estudantes da unidade de Paraíso do Tocantins que, mesmo não sendo dia letivo, se motivaram e se comprometeram a participar do momento sob a coordenação do professor Roberto Sales, enriquecendo o evento com arte e cultura, além de trazer alegria e emoção à cerimônia.

### Fotografia 3 - Apresentação cultural



Fonte: Marques (2019).

Como presidente da comissão organizadora e idealizadora do evento, recepcionei os presentes e agradei a participação de todos os convidados e envolvidos na realização do seminário, informando que a iniciativa era resultado da pesquisa de mestrado. Afirmei que

Estamos honrados e felizes com a presença de todos. Esperamos que esses dois dias, além de contribuir para discussões e reflexões, possibilite conhecermos experiências exitosas para a integração curricular e, para que também possamos, ao final, construir coletivamente uma minuta das diretrizes curriculares. Que seja um momento de grande avanço para a educação profissional e tecnológica (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

Fotografia 4 - Presidente da comissão



Fonte: Marques (2019).

O primeiro dia de programação contou com a Conferência: “Currículo Integrado: Possibilidades e desafios da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio”, proferida pela pesquisadora e professora Doutora Marise Nogueira Ramos, que possui experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Profissional, atuando,

principalmente, nos seguintes temas: educação profissional em saúde, educação profissional integrada ao ensino médio, ensino médio, ensino técnico, reformas educacionais, saberes profissionais.

Marise Ramos ressaltou a importância de oportunidades como a realizada e evidenciou que

é um momento fundamental porque nós estamos vivendo perspectivas de definições da política educacional. Então, quando o IFTO afirma que o currículo integrado faz parte do seu projeto político pedagógico e se propõe a discutir isso com os professores e formar os professores para que essa compreensão se consolide e se construa então possibilidades da integração curricular, fortalece a concepção de que aos Institutos se pautam pela formação integral dos sujeitos e não somente para a formação técnica ou para o mercado de trabalho. É um exemplo que o IFTO dá para toda a Rede Federal, para o MEC. É uma mensagem que o IFTO passa de que é preciso fortalecer o projeto pela educação de qualidade nesse país (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2019c).

A mediação da conferência ficou a cargo do Diretor de Ensino Básico e Técnico do IFTO, o Professor Mestre Stefan de Oliveira Rosa.

#### Fotografia 5 - Conferência



Fonte: Instituto Federal do Tocantins (2019c)

O período vespertino foi marcado pelas experiências de currículos integrados implantados em outros IFs, por meio da Mesa-redonda: “Desafios e experiências na implantação de um currículo integrado”, finalizada por uma roda de pergunta. Professores do IF Goiano e Instituto Federal do Paraná (IFPR) apresentaram relatos de ações já executadas e compartilharam enfrentamentos e conquistas já vivenciadas em seus territórios de atuação. A mesa-redonda foi mediada pelo Coordenador do ProfEPT do *Campus* Palmas/IFTO, o Professor Doutor Jair José Maldaner.

Vários professores do IF Goiano compartilharam suas experiências. Dentre eles, Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira, orientadora da pesquisa que resultou no seminário e professora do *Campus* Avançado Ipameri/IF Goiano, onde também exerce a função de Coordenadora de Ensino. Ainda, o professor Berto Rodrigo Marinho da Luz, atualmente é professor do *Campus* Avançado de Hidrolândia/IF Goiano e tem experiência na área de Matemática no ensino fundamental II, ensino médio e ensino superior, com ênfase no ensino da Matemática.

Também somou com sua experiência a pedagoga Simônia Peres da Silva, Doutora e Mestre em Educação. Pedagoga do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, lotada na PROEN. Atua como pesquisadora e professora no ensino superior nas áreas de políticas educacionais, currículo, gestão da escola e didática. Completou a mesa-redonda com a experiência do IFPR, o professor Rodolfo Fiorucci, atualmente é Professor e Diretor do *Campus* Jacarezinho/IFPR.

## Fotografia 6 - Mesa-redonda



Fonte: Marques (2019).

No período matutino do dia 12 de abril, aconteceu a palestra: “A experiência do currículo por unidades curriculares”, ministrada pelo professor Doutor Rodolfo Fiorucci. O professor compartilhou a experiência do desenvolvimento de um currículo baseado em unidades curriculares, o qual, segundo ele, “ao transformar o modo de oferta e prática dos conteúdos e objetivos, vê-se importante avanço no que tange à integração curricular entre núcleo básico e técnico [...]”. (FIORUCCI; CORRÊA, 2018, p. 11). O professor considera, ainda, que “esse modelo é muito mais integrado [...] Hoje as áreas conversam” (FIORUCCI *apud* BARACHO, 2017, p. [2]). Ele falou sobre as dificuldades e resistências no processo de modificação curricular e da necessidade de pensar o currículo integrado como uma possibilidade para a inovação curricular, alcançando uma educação plena, cidadã, crítica e emancipadora.

## Fotografia 7- Palestra



Fonte: Marques (2019).

Além disso, foi dedicado um momento para as apresentações das práticas exitosas para a integração curricular, com a participação de docentes, técnicos administrativos, representantes ProfEPT e Comissão de Elaboração das Diretrizes Curriculares Institucionais. Os projetos apresentados foram:

- 1) Roteiro cultural do Rio de Janeiro, pela Profa. Me. Walena de Almeida Marçal Magalhães (*Campus Palmas/IFTO*);
- 2) SPANGLISH, pela Professora Graziani Franca Claudino de Anicezio (*Campus Paraíso do Tocantins/IFTO*);
- 3) As feiras científica e tecnológica como proposta integradora para o currículo, apresentada pelo professor Prof. Samuel Nepomuceno Ferreira (*Campus Araguaína/IFTO*);
- 4) Núcleo de Arte e Cultura (NAC), pelos professores Prof. Marcia Sepúlvida do Vale e Roberto Lima Sales (*Campus Paraíso do Tocantins/IFTO*);
- 5) Spangles, apresentado pela professora Cirlene Custodio Carvalho (*Campus Araguatins/IFTO*).

Ao final do evento, foi realizada a construção da minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para a integração curricular no âmbito IFTO, composta por sugestões dos participantes. Na oportunidade, o público teve um momento disponível para arguição e acesso à ferramenta “*padlet*”, por meio de *link* disponibilizado pela organização, o que tornou o momento muito mais interativo e produtivo. Posteriormente, houve a leitura e discussão da minuta composta pelas contribuições do auditório.

Essa minuta, após reuniões da Comissão-geral para elaboração das Diretrizes Curriculares Institucionais, compôs a minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais do IFTO que foi disponibilizada para contribuições da comunidade e que esperamos contribuir para as práticas pedagógicas e administrativas do IFTO. Deseja-se que as ações e os documentos, tais como projetos pedagógicos de cursos, sejam integradores, atendendo às concepções e princípios para uma formação integral e emancipadora.

A programação dos dois dias foi finalizada com *coffee break* que possibilitou a interação dos participantes e palestrantes.

### 3.2.1.3 Balanço avaliativo do Seminário

Foi realizada uma avaliação no período do evento, por meio de um formulário avaliativo impresso (Apêndice 9), que possibilitou analisar o impacto e a opinião dos participantes acerca do evento. A totalidade dos respondentes (100%) afirmaram que indicariam o evento a outras pessoas. Seguem alguns comentários:

*“Diante da necessidade da comunidade acadêmica entender os desafios e possibilidades do currículo integrado [sic] o evento se fez imperativo, e espero que tenha outras edições”.*

*“São profissionais com amplos conhecimentos acerca do tema em questão e que contribuiu muito para reflexões que poderão auxiliar nas discussões nos demais campi”.*

*“[...] precisamos inquietar a comunidade escolar a ser mais dinâmica e menos engessada, limitada em seus currículos e aberta a todos”.*

*“Tema extremamente pertinente a realidade da instituição”.*

*“Possibilidade de encaminhar ações a serem executadas nos campi [sic] visando a implantação do currículo integrado no ensino médio”.*

*“Discussão muito importante e necessária ao campo de atuação do IF”.*

*“Foi muito proveitoso! Será muito útil para a definição do meu produto”.*

*“O evento é bem amplo, interessante e pertinente para o momento atual”.*

*“Trata-se de uma grande oportunidade de se debater questões relacionadas ao ensino médio integrado e como aperfeiçoá-lo”.*

*“É essencial compreender as bases/diretrizes que sustentam e norteiam as propostas/valores de um currículo integrado, visto que este objetiva a formação de um sujeito*

*reflexivo e atuante, não apenas a nível de prática profissional, mas também a nível sócio-político”.*

*“Porque podemos levar além das teorias embasadoras do Currículo Integrado, temos o contato com práticas exitosas que caíam nessa direção. E porque nos põe em reflexão diante do cenário político”.*

*“Um tema atual, necessário e provocador”.*

*“Indicaria a todos os coordenadores de curso do IFTO, pois estes são de suma importância na articulação, na efetivação de um currículo integrado no dia a dia de sala de aula”.*

*“Excelente assunto. Pertinente ao IFTO”.*

*“Representa a oportunidade de compartilhar experiências diferentes”.*

*“Evento muito bem organizado, cumpriu toda a programação prevista dentro do horário”.*

*“Informações muito relevantes, trocas de experiências e clareza na transmissão de conhecimentos, além de que o tema é de interesse de professores, alunos e comunidade”.*

Outro participante considerou muito importante o evento. Segundo ele, indicaria a outras pessoas “para aprimorar os conhecimentos e poder compartilhar experiências com outros colegas dos IFS”.

*“Existem muitos servidores do IFTO que necessitam de capacitação e reflexões acerca da efetivação do currículo e ensino integrado”.*

*“Indicaria, pois o assunto abordado na palestra foi de suma importância. Os palestrantes repassaram as informações muito bem, a organização do evento muito boa”.*

*“O evento é de grande valia para todos envolvidos no sistema educacional (pais, alunos, técnico, professores, gestores), pois conhecer a formação integral é fundamental para conhecer o papel dos IF’s na sociedade. Pois queremos uma sociedade construída por indivíduo autônomo, criativos e capazes de ser protagonista da sua própria história”.*

*“É fundamental essas discussões. Precisamos pensar também na formação dos licenciandos (futuros professores). Julgo também que é discutir como fazer, como será feita a integração do currículo”.*

*“Os eventos relacionados a temática EPT são importantes para fomentar ações nos campi do IFTO”.*

Outro considerou como ponto positivo as apresentações culturais realizadas pelos alunos e palestras realizadas por profissionais que conhecem a realidade dos IFs. Por outro lado,

também foram dadas sugestões de melhoria do evento como a instalação de placas para orientação dos participantes nas dependências do *Campus*, a otimização dos equipamentos de som do auditório e a informatização do formulário avaliativo.

Em relação à divulgação do evento, a maior parte dos respondentes consideraram entre bom e excelente.

Também questionamos a respeito da programação, organização, tema(s) abordado(s), conhecimento dos palestrantes em relação aos temas das atividades, adequação da carga horária de cada atividade, relevância das informações transmitidas e adequação das instalações à realização do evento. A grande maioria julgou entre bom e excelente todos os aspectos destacados.

Houve grande mobilização na Instituição, o que nos deixou muito felizes. Muitos nos parabenizaram pela organização e iniciativa do evento, como se pode observar nas assertivas abaixo:

*“Parabéns à comissão organizadora do evento. As discussões foram valiosas”.*

*“Evento bastante organizado e com temática atual e relevante para os participantes”.*

*“A dinâmica, a organização e os palestrantes, todos show!”*

*“Satisfatório”.*

Outro considerou a *“organização impecável. Promoveu um importante momento para discutir o EMI”.*

*“Organização excelente, conteúdo muito relevante ao tema”.*

*“Parabéns pela iniciativa e organização do evento”.*

*“Ótimas instalações. Evento muito bem organizado”.*

*“Realizar mais vezes esse tipo de evento e divulgar nacionalmente, pois um momento como este precisa ser visto e discutido por todos”.*

*“A ideia do evento foi fantástica. O evento está muito bem organizado”.*

*“Evento satisfatório. Possivelmente terá novas edições e influenciará as práticas pedagógicas no IFTO”.*

*“Ter mais evento”.*

Podemos considerar que houve grande impacto institucional com a realização do evento como produto educacional. O primordial foram as discussões e reflexões acerca da temática que resultaram na minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para o IFTO para a integração curricular. Sem dúvida, frutos serão colhidos por meio dessa importante iniciativa.

### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na metodologia de pesquisa, considerou-se o alerta de Bourdieu (2001) acerca dos resultados de pesquisas que se baseiam em dados revelados por entrevistados e não por meio de observação direta. Para o autor, as pessoas tendem a se aproximar, pelo menos por meio do discurso, da prática reconhecida como legítima, ou seja, práticas que se aproximam da cultura dominante. Devido a isso, foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados: o questionário e a análise dos documentos oficiais.

Após compreendermos o processo de construção do currículo integrado, foi realizada uma análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, buscando relacionar a teoria e identificar características integradoras e interdisciplinares entre os elementos curriculares.

O questionário foi aplicado aos docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de maneira individual e operacionalizado pelo *google forms* (formulário *on-line*). A finalidade foi verificar a percepção e o envolvimento que os docentes possuem em relação a esse processo de construção curricular, visando compreender como eles identificam as características integradoras na matriz curricular dos cursos; averiguar se a prática pedagógica coincide com a perspectiva interdisciplinar, estabelecidas ou não pelo PPC e, por fim, investigar o papel da gestão frente ao desafio da efetivação de um currículo integrado.

Foi enviado um e-mail com o detalhamento da pesquisa e *link* para acesso do questionário aos participantes, assim como para o seu recrutamento. Ao clicar no *link*, o participante era direcionado à página do *google forms*, que continha o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 2). Após a leitura das informações contidas no TCLE e antes de responder ao questionário, o participante assinalava a opção “aceito participar”, correspondente à assinatura do TCLE, que também estava disponível para impressão, caso desejado pelo docente. Dessa forma, foi declarado o consentimento e compreensão dos objetivos e forma de realização da pesquisa, assim como os benefícios envolvidos.

Destarte, foi solicitada autorização ao Comitê de Ética em Pesquisa para aplicação de um questionário semiestruturado. Ressaltamos, ainda, que a participação para responder ao questionário foi voluntária e que os sujeitos que aceitaram participar do estudo assinaram o TCLE, por meio da opção “aceito participar”

O TCLE é o documento que esclarece as informações referentes à pesquisa que se pretende realizar, permitindo ao participante decidir, sem constrangimento, sobre sua

participação. Trata-se de um instrumento pelo qual o pesquisador convida o participante a realizar a pesquisa. O objetivo do TCLE, segundo Guilhem e Diniz (2008, p. 49), é informar e proteger o participante, assim como expressar outros princípios éticos, tais como a promessa de sigilo e as regras de privacidade ou confidencialidade dos dados. Destarte, ressalta-se que o participante, ao assinalar a opção “aceito participar”, antes de seguir para o questionário, manifestava a concordância à realização da pesquisa. As respostas obtidas foram tabuladas e analisadas posteriormente.

As perguntas foram divididas em seções, no sentido de averiguar a compreensão dos sujeitos acerca do processo de construção do currículo integrado para a EPT.

Quanto ao questionário, não pretendíamos coletar uma verdade absoluta, mas, sim, objetivávamos buscar, nas práticas discursivas, o processo, o movimento, o sentido, tornando o questionário espaço para a manifestação de possíveis versões de realidade. Os questionários são fundamentais, quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.

Ainda em relação aos questionários, foi solicitada uma autorização aos sujeitos por meio do *google forms* (formulário *on-line*), plataforma na qual o questionário foi realizado. Também foi informado aos participantes que eles não seriam identificados. Na transcrição dos dados dos questionários, foram atribuídos códigos relativos à área de atuação dos sujeitos.

Além do estudo da literatura especializada, consideramos fundamental a observação e análise dos documentos oficiais (resoluções, decretos, leis, pareceres), que dispõem acerca da educação brasileira, particularmente, ao que concerne ao EMI ofertado pelos IFETs.

### **3.3.1 Análise dos dados coletados**

A tabulação das respostas, obtidas por meio do questionário, foi realizada com o auxílio de *software* Microsoft Excel e armazenada em meio eletrônico (arquivos de computador). Assim, usamos, quando necessário, gráficos e tabelas para a apresentação dos resultados.

Foram selecionados, como amostra, somente os docentes das áreas gerais e específicas envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos dos Cursos do EMI ofertados pela unidade do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO. Conforme lista consultada na Coordenação de Ensino Médio Integrado, atualmente, a equipe que possui ligação aos referidos cursos técnicos integrados é constituída por 44 (quarenta e quatro) docentes das áreas geral e específica, os

quais foram pesquisados. Considerando um erro amostral de 7% e nível de confiança de 90%, foram necessários 34 (trinta e quatro) participantes para a realização da pesquisa.

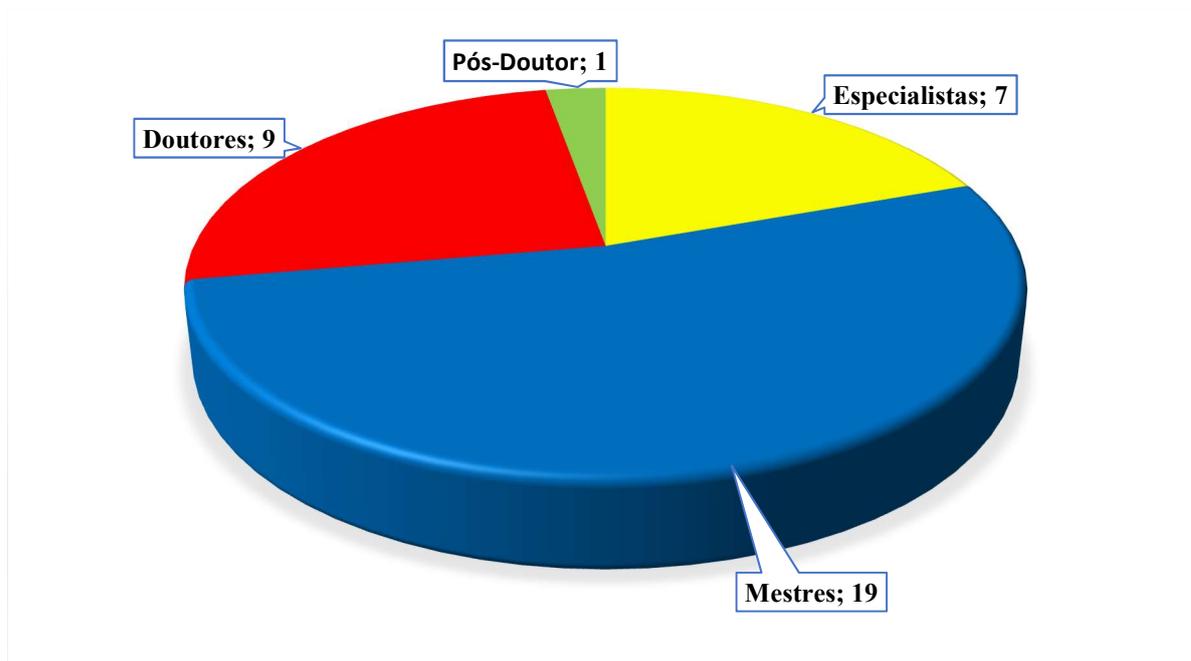
O questionário foi organizado em seções de perguntas, considerando o perfil profissional; o conhecimento e a participação no curso; conhecimento acerca da concepção sobre o EMI; conhecimento a respeito da concepção curricular; por fim, indagamos sobre a integração curricular, conforme Apêndice 1.

A grande maioria dos docentes pesquisados dos Cursos do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO estavam lotados, exclusivamente, em atividades de docência. Apenas 8,6% possuem cargos administrativos, mas também ministram aulas nos referidos cursos. Essa informação demonstra que a maior parte dos profissionais pesquisados possuem parte significativa de suas cargas-horárias em atividades pedagógicas e não administrativas e burocráticas, o que nos faz depreender que possuem tempo para gerir processos pedagógicos para a integração curricular, uma vez que, necessariamente, precisam desses momentos para planejarem e executarem suas práticas em conjunto e em trabalhos coletivos.

Sobre esse aspecto, Oliveira (2013, p. 93) assegura que “a literatura que discute integração curricular é clara – não há como integrar processos pedagógicos sem discussão teórica e metodológica e sem tempo para reflexão, planejamento e ação coletiva”. Entretanto, os dados revelam que apenas 17,1% atuam somente nos Cursos do EMI, enquanto 82,9% atuam também em cursos superiores da instituição, configurando uma limitação, ao passo em que o envolvimento e a integração dos profissionais ficam prejudicado.

Em relação ao nível de formação dos 34 (trinta e quatro) docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que participaram efetivamente da pesquisa, cerca de 85,3% possuem Pós-graduação *stricto sensu*, 20,6% possuem título de Pós-graduação em nível de especialização. Dessa forma é possível identificar em relação à formação dos docentes EBTT a seguinte estrutura: 07 (sete) especialistas, 19 (dezenove) Mestres, 09 (nove) Doutores e 01 (um) Pós-Doutor.

**Gráfico 2 – Nível de formação docente**

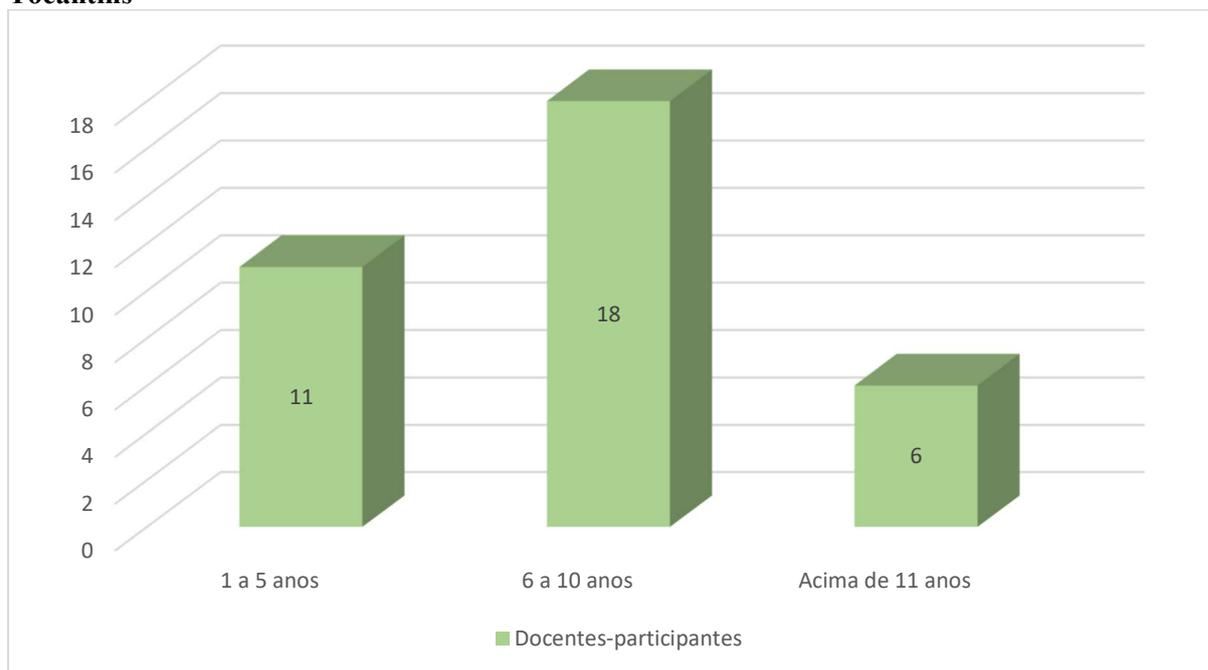


Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

Foi possível identificar que a maioria dos docentes possuem um elevado nível de especialização. Entretanto, quando nos dedicamos a estudar uma determinada área, como especialistas, estudamos um campo cada vez mais específico, o que pode, segundo Santomé (1998, p. 48) até prejudicar o aspecto interdisciplinar e integrador, na medida que se domina “[...] muito de um campo científico cada vez menor, delimitado”.

Associado ao nível de titulação, está o tempo de magistério geral e no IFTO: 32% dos participantes trabalham no IFTO por no mínimo 5 (cinco) anos; 51% estão na instituição por mais de 6 (seis) e menos de 10 (dez) anos; 17% dos docentes-participantes ingressaram no Instituto há mais de 11 (onze) anos.

**Gráfico 3 – Tempo de magistério no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**



Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

Observamos, pois, que 68% dos participantes trabalham no IFTO por mais de 6 (seis) anos. Isso nos faz inferir que a maior parte dos sujeitos conhecem e compreendem as concepções e princípios norteadores do EMI, dado que já possuem muito tempo na instituição e já passaram por capacitações e experiências que possibilitam tal clareza e percepção.

Em relação à área de atuação docente, percebemos equilíbrio em termos quantitativos entre professores de disciplinas da formação geral e profissional. Sob a perspectiva das concepções de integração curricular, verificamos que é atendido ao que é proposto, pois não há disparidades profundas que prejudiquem a integração ou priorize áreas do conhecimento. Segundo os resultados da pesquisa, 60% dos profissionais atuam com disciplinas da formação geral, enquanto 54,3% trabalham com a formação profissional.

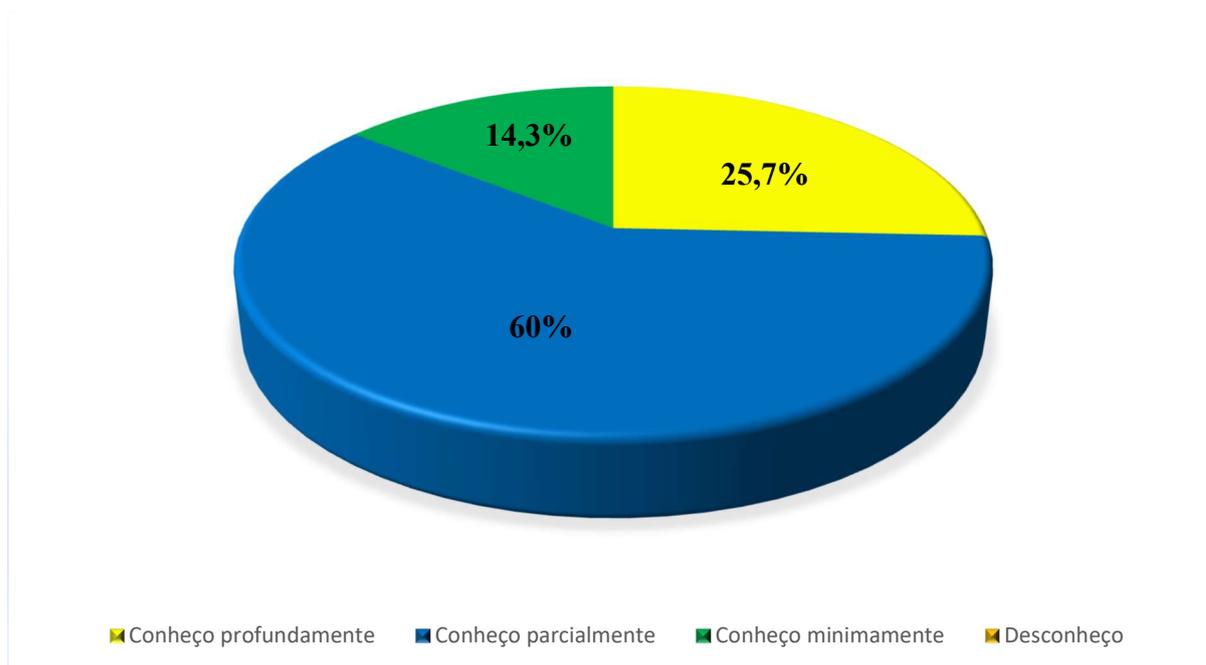
Entretanto, o que se enfatiza, nesse caso, não é a segmentação das áreas geral e específica, mas sim o rompimento dessa barreira. É necessário estudar um processo de produção, conforme orienta Ramos (2012, p. 121), “como parte de uma realidade mais completa [...], em múltiplas dimensões, tais como econômica, produtiva, social, política, cultural e técnica”. Nesse sentido, ainda segundo Ramos (2012), no currículo integrado nenhum conhecimento é só geral, nem somente específico.

Em relação ao tópico conhecimento e participação na construção dos PPCs, 94,3% dos respondentes informam que os conhecem, enquanto apenas 2,9% afirmam desconhecer. Esse

indicador revela que os docentes têm acesso ao documento, entretanto, isso não significa que o assumem como prática. Podemos inferir que os professores, certamente, compreendem a proposta do EMI e que os princípios da integração curricular não lhes são estranhos.

Outro dado importante no âmbito dessa análise, diz respeito ao nível de conhecimento dos professores em relação à concepção de EMI expressa no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio: 25,7% disseram conhecer profundamente, 60% parcialmente, 14,3% conhecem minimamente.

**Gráfico 4 – Nível de conhecimento da proposta do Ensino Médio Integrado**



Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

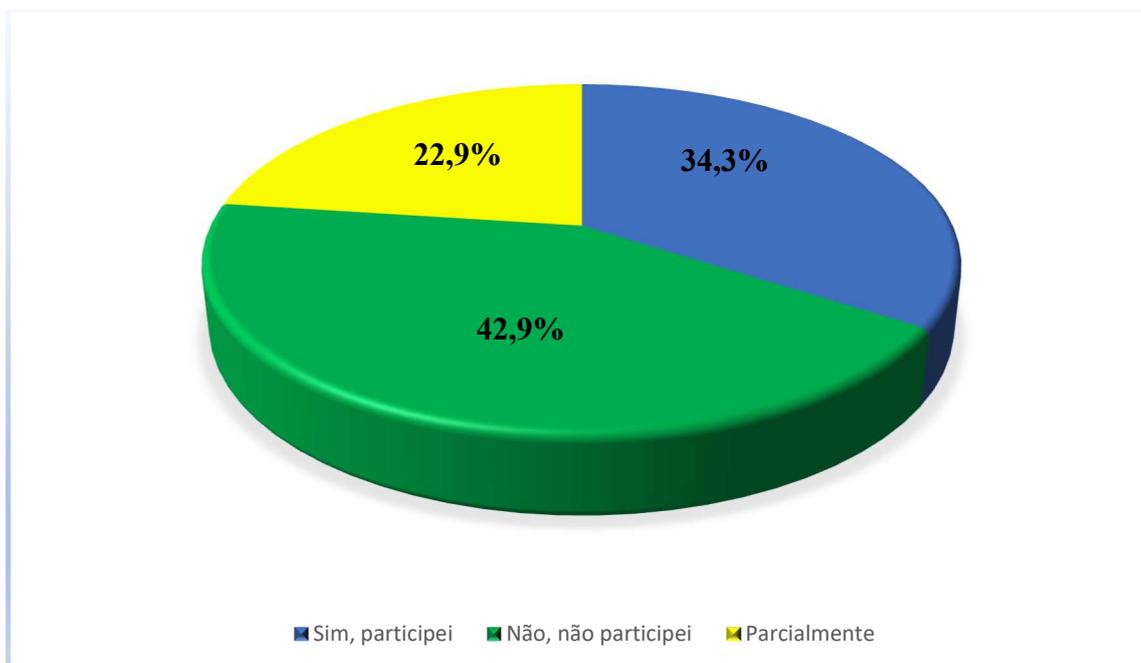
Ou seja, é possível inferir que o acesso aos documentos não efetiva uma segurança e compreensão em relação aos princípios abordados. Apesar de a grande maioria dos participantes informarem ter acesso e alguma participação na elaboração dos PPCs, não é possível verificar domínio no que tange à concepção de EMI.

Perguntamos ainda aos docentes sobre a:

- a) Participação na construção do Projeto de Criação e/ou Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio;
- b) Se participavam de reuniões/atividades relacionadas aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio;
- c) Se participavam da elaboração da ementa das disciplinas no PPC do EMI.

Os indicadores apontam para a compreensão de que os docentes conhecem e participam de algum tipo de atividade relacionada aos PPCs, conforme é possível verificar nos gráficos abaixo. Todavia, isso não é o suficiente para a compreensão dos princípios e concepções que norteiam o EMI.

**Gráfico 5 - Participação na construção do Projeto de Criação e/ou Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio**



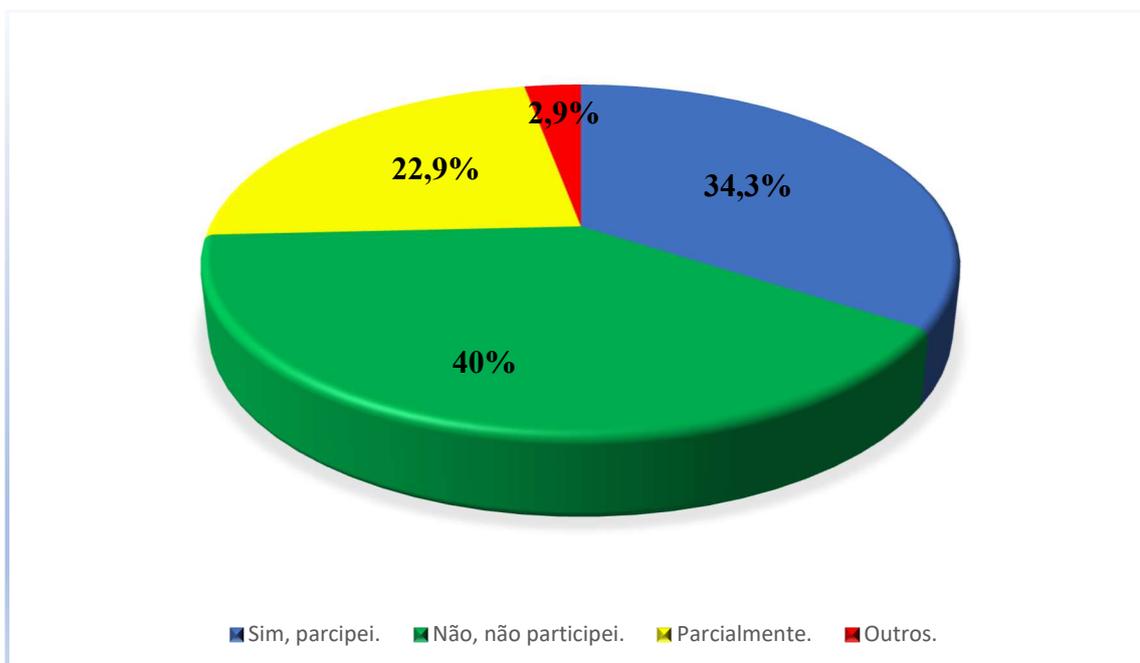
Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

**Gráfico 6 - Participação em reuniões/atividades relacionadas aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio**



Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

**Gráfico 7 - Participação na elaboração da ementa das disciplinas no Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio**



Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

Consideramos a integração entre os eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia e o conceito de politecnia como essenciais no entendimento da proposta de EMI. A integração curricular e o rompimento da fragmentação disciplinar e educacional, certamente, será facilitada na medida que esses conceitos são compreendidos e colocados em prática. Dessa forma, indagamos aos sujeitos da pesquisa acerca do entendimento que possuem em relação a esse aspecto. Além disso, compreendemos que possuem forte implicação no que se refere às históricas dicotomias que fragmentam a formação geral e a profissional. No entendimento de Frigotto (2012, p. 76)

o ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte.

Em relação à presença dos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia nos PPCs, os sujeitos da pesquisa parecem ter opiniões discordantes. Dos respondentes, 51,4% consideram que os eixos integram o curso parcialmente, enquanto 34,3% julgam que todos os eixos estão presentes no curso de maneira integral. Já 11,5% estão entre os que consideram que o curso ignora os eixos em sua concepção e os que julgam que é possível perceber minimamente a presença dos eixos no curso. No ano de 2007, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/MEC publicou o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007) no qual traz um panorama da educação profissional e do ensino médio, além da intenção de uma política educacional na perspectiva integrada entre essas etapas de ensino e das concepções e princípios dessa proposta. A simples leitura e reflexão desse e outros documentos podem possibilitar uma maior compreensão dos fundamentos propostos pelo EMI assim como manter a coerência nas práticas docentes.

Questionamos os sujeitos, mais especificadamente, em relação à compreensão de um dos princípios do Ensino Médio Integrado presente nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da instituição: o trabalho como princípio educativo. Para isso, conforme abordado no capítulo anterior, é necessário compreender a relação entre trabalho e educação, assim como o “caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (CIAVATTA, 2008, p. 408).

Saviani (2007, p. 154) é sensato ao ponderar que o homem surge no momento em que se

destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades.

O autor assegura que é o ato de agir sobre a natureza, transformando-a em função das necessidades humanas, que configura o que conhecemos com o nome de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154).

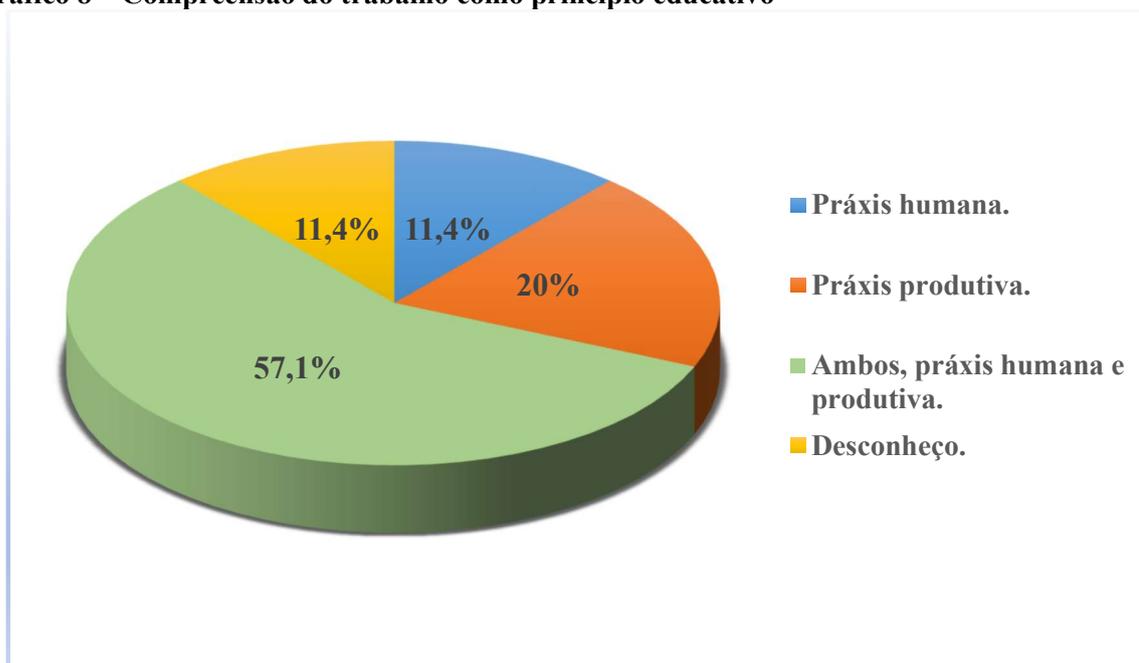
Todavia, o trabalho adquire dois sentidos independentes: ontológico e histórico. Um compreendido como a utilização dos bens da natureza para produzir os meios de sobrevivência e conhecimento (CIAVATTA, 2008, p. 408); e o outro como prática econômica, respectivamente.

A esse respeito, Ramos (2008, p. 3-4) esclarece o seu duplo sentido, que devem ambos estar presentes no projeto unitário de ensino médio: ontológico e histórico. O trabalho no seu sentido ontológico “é a ação humana de interação com a realidade para a satisfação de necessidades e produção de liberdade” e opõe-se ao sentido econômico que se configura pela “forma histórica das relações sociais sob um modo de produção específico” (RAMOS, 2008, p. 3-4), ou ainda, “é onde se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva” (RAMOS, 2014, p. 91).

Dessa forma, sob a concepção de formação humana integral, o trabalho não deve se reduzir apenas à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Entretanto, no modo de produção capitalista ou em outras formas históricas e sociais de dominação, como por exemplo a servil, a escravista ou a assalariada, o trabalho recebe apenas um significado, puramente econômico. (FRIGOTTO, 2012, p. 59)

De acordo com a pesquisa realizada, 11,4% dos docentes compreendem essa perspectiva apenas como *práxis* humana, a qual diz respeito à forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza. Já 20% entendem o princípio no segundo sentido, simplesmente como *práxis* produtiva, em que expressa a forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo. Traz-nos esperança verificar que 57,1% dos docentes percebem o trabalho como princípio educativo no seu duplo sentido, pois cabe ressaltar que na histórica dualidade da estrutura educacional brasileira, sempre se pautou por uma concepção vinculada ao mercado de trabalho, ou seja, somente no seu sentido histórico.

**Gráfico 8 – Compreensão do trabalho como princípio educativo**



Fonte: a partir dos dados da pesquisa (2019).

Seguimos nossa pesquisa indagando aos sujeitos acerca da concepção politécnica de educação no currículo dos Cursos do EMI do *locus* pesquisado. Saviani (2007, p. 161) conceitua politecnia “como o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”. Nesse caso, o estudante tem acesso e compreende não apenas a técnica, mas os fundamentos científicos que caracterizam a produção humana. Uma educação desse tipo, para Frigotto (2012, p. 74), promove o desenvolvimento de

fundamentos das diferentes ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida. [...] Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica.

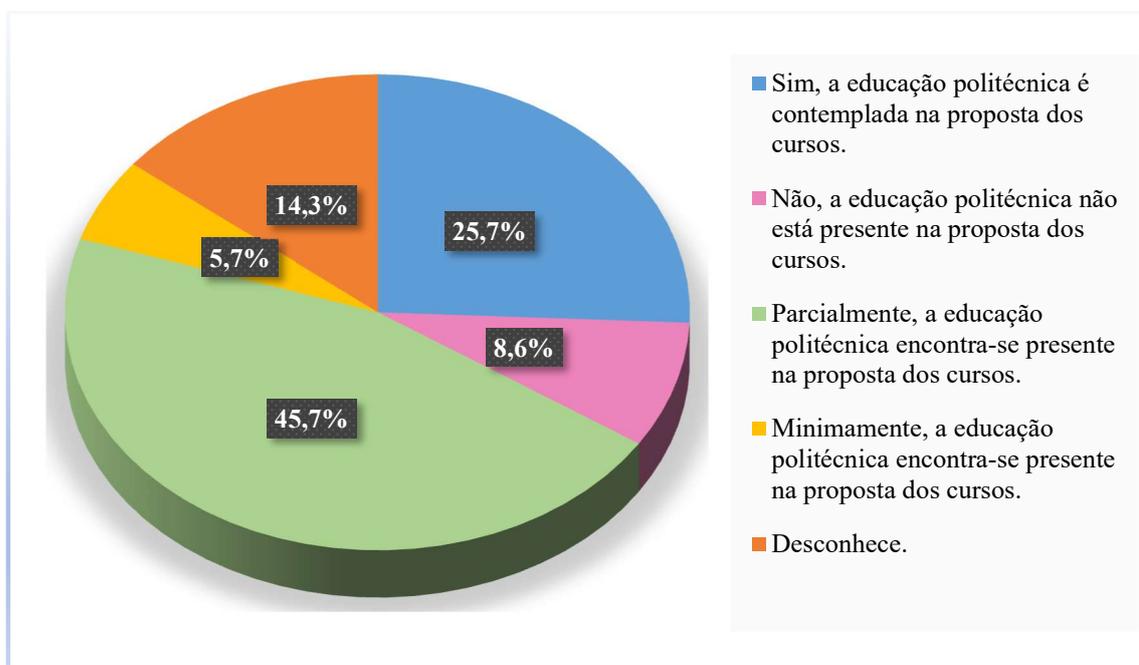
Com uma formação politécnica, percebe-se que o indivíduo não apenas será inserido no mercado de trabalho, mas terá condições de se inserir também

dentro de um projeto de desenvolvimento social de ampliação dos processos de socialização, não se restringindo ao imediatismo do mercado de trabalho. Ela guarda relação com as potencialidades libertadoras do desenvolvimento das forças produtivas assim como com a negação destas potencialidades pelo capitalismo (MACHADO, 1992, p. 19-22).

Constatamos que, aproximadamente, 9% dos docentes afirmam que essa perspectiva não está contemplada na formação, 25,7% consideram que a educação politécnica é

contemplada nos cursos, 5,7% declararam que a politécnica encontra-se minimamente, enquanto 45,7% dos docentes consideram que ela tem presença parcial na proposta dos cursos.

**Gráfico 9 – Presença da educação politécnica na proposta dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio**



Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

É possível supor, a partir desses dados, que existe uma contradição entre a compreensão do EMI e os documentos que orientam suas práticas. Ora, se em questões anteriores os docentes afirmam compreender os princípios e concepções da proposta do EMI, há um consenso dos sujeitos agentes que nos currículos dos PPCs, documentos oficiais norteadores das práticas pedagógicas, as propostas dos cursos da instituição caminham para uma formação parcialmente integral, visto que a grande maioria considera que a educação politécnica se encontra parcial ou ausente nas propostas dos cursos.

Face à realidade e às possibilidades da educação profissional tal como existe em nosso sistema educacional, recorreremos à Ciavatta (2005, p. 14) que apresenta alguns pressupostos para sua realização como formação integrada e humanizadora. Então, buscamos verificar a ordem de prioridade para os docentes dessas perspectivas nos cursos.

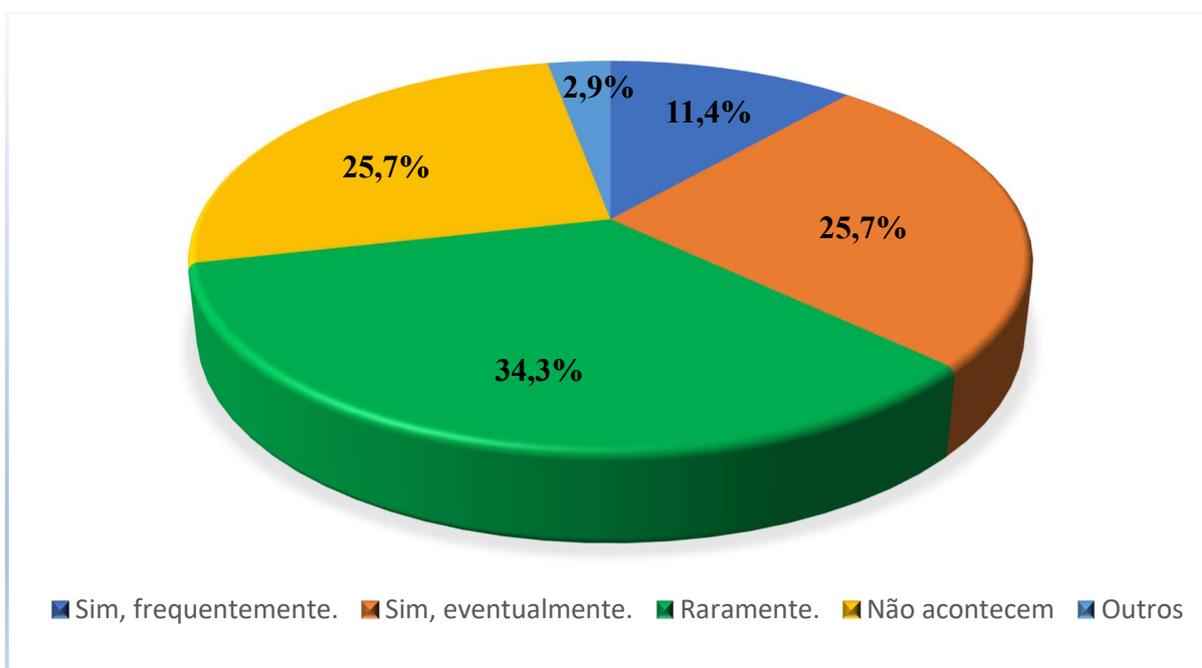
O pressuposto considerado mais importante pelos docentes foi a necessidade de manter na legislação a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional - legislação permanente, garantia orçamentária e continuidade. A segunda condição, eleita pelos docentes, foi a adesão de gestores e professores responsáveis pela formação geral e pela

formação específica. E a terceira foi a garantia de investimento na educação – bons serviços sociais para a oferta pública e gratuita. As outras opções aparecem com pouca incidência. Ciavatta (2005, p. 10) assevera que a formação integrada

exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação propedêutica que treinam para o vestibular. Ambas são práticas operacionais e mecanicistas e não de formação humana no seu sentido pleno.

Ainda sobre a concepção do EMI, questionamos os profissionais quanto à existência ou não de formação pedagógica na Instituição em que espaços de estudo, discussão e palestras são oportunizados. Preocupamo-nos por identificar que mais de 50% dos docentes responderam que os encontros raramente ou nunca acontecem na instituição. Segundo o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007, p. 33), esse é um aspecto que deve ser considerado, para que uma política seja consolidada. É imprescindível, pois, “uma mudança na cultura pedagógica que rompa com os conhecimentos fragmentados. A formação continuada para professores, gestores e técnicos tem um papel estratégico na consolidação dessa política” (BRASIL, 2007, p. 33).

**Gráfico 10 – Frequência de formação continuada sobre o Ensino Médio Integrado**



Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

Frente às possibilidades e aos desafios na elaboração de um currículo integrado, perguntamos qual(is) alternativa(s) está(avam) de acordo com o desenvolvimento de um currículo integrado na organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da instituição pesquisada. Aproximadamente, 50% dos respondentes consideraram que há possibilidades e limitações para desenvolver o currículo integrado e cerca de 30% afirmaram que as propostas dos cursos levam em conta o currículo integrado.

Outra informação importante no âmbito dessa análise, refere-se à quarta seção de perguntas relativas à concepção curricular, construída com o intuito de constatar como os profissionais que atuam no EMI compreendem esse aspecto. Evidenciamos nessa etapa questões relacionadas à organização curricular e às concepções teóricas que sustentam o currículo, acerca do planejamento e elaboração dos planos de ensino e a respeito dos espaços oportunizados para esse processo. Concordamos com Sacristán (2000, p. 16) quando afirma que

o currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar.

Ou seja, nessa etapa de pesquisa, analisamos a compreensão dos docentes acerca de currículos concretos, examinando-os no contexto em que se configuram e em que se expressam suas práticas educativas. Relacionar essas visões à proposta de EMI é muito importante, uma vez que a natureza estrutural do currículo está entranhado de disputas históricas que estão dispostas nas fronteiras de uma educação puramente propedêutica e da Educação Profissional.

Assim, indagamos aos profissionais sobre a distribuição da carga horária na matriz, quanto à duração do curso; em relação ao tempo de integralização e quanto à carga horária total do curso, indicadas nos PPCs. No tocante à primeira questão, 42,9% dos docentes avaliam sua distribuição em conformidade com as cargas horárias mínimas para o ensino médio e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o que demonstra que há, na matriz curricular, uma clara separação entre formação geral e a profissionalizante. Essa divisão bem demarcada, do ponto de vista da integração, conforme assegura Oliveira (2013, p. 102) “dificulta a existência de um currículo integrado, pois, enquanto houver territórios com espaços identificados (de um lado Ensino Médio e de outro, a parte profissionalizante), reduzem-se as condições que promovam

a integração curricular”. No EMI, o que se busca é a superação dessa histórica dicotomia entre educação geral e profissional.

Segundo os dados obtidos por meio da pesquisa, a grande maioria dos profissionais considerou suficiente a carga horária total e o tempo de integralização dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Concordamos com Sacristán (2000) em relação ao planejamento das aulas dos docentes em relação a um importante e decisivo aspecto para a efetivação de práticas integradoras. O autor afirma que os professores têm dois referenciais imediatos, quando preparam suas práticas, isto é, seus planos ou programações. São eles: “os meios que o currículo lhe apresenta com algum grau de elaboração, para que seja levado à prática, e as condições imediatas de seu contexto” (SACRISTÁN, 2000, p. 122). Dessa forma, questionamos os profissionais sobre a elaboração de seus planos de ensino.

Um dado preocupante foi em relação ao indicador de espaços oportunizados pela instituição para encontros com a finalidade de socializar, planejar e/ou discutir as práticas integradoras, entre gestores, docentes e técnicos administrativos envolvidos aos processos administrativos e pedagógicos dos Cursos do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO. Apenas 54,3% dos respondentes consideraram que são promovidos momentos para as discussões e mesmo assim, 25% consideram que esses encontros acontecem entre professores da mesma área de conhecimento. Já 37,1% declararam que as ocasiões não acontecem e 8,6% informam que acontecem raramente, às vezes ou que o espaço é oportunizado, porém não utilizado.

Oliveira (2013, p. 105) assevera que “para a realização de trabalhos integrados, é importante que a instituição oportunize espaços e estimule essa prática”. Ressaltamos a importância de incentivar os sujeitos agentes por meio de programas de capacitação e socialização de práticas que desenvolvam a integração curricular. Para Matos e Paiva (2007), essa organização curricular é defendida em contraposição à fragmentação e à compartimentação do conhecimento.

Nesse sentido, o quinto indicador dessa análise diz respeito à **integração curricular**. Questionamos os professores acerca da proposta curricular dos cursos ofertados pela Instituição, levando em consideração a organização curricular.

Aproximadamente, 50% dos profissionais julgam que as propostas visam à articulação de diferentes saberes disciplinares para o desenvolvimento de habilidades e comportamentos e à aquisição de certas tecnologias, conforme as competências esperadas. Já 25,7% consideram

que o processo de ensino deve transmitir aos alunos a lógica do conhecimento de referência, seus conceitos e princípios, pensados a partir das possibilidades de integração de conceitos, estruturas, formas e domínios do conhecimento de referência. Por outro lado, 8,6% não consideram nenhuma das alternativas apresentadas e outros 8,6% afirmam desconhecer. Outros 2,9% declaram que a base de organização do conhecimento escolar não viria de princípios lógicos, mas de princípios psicológicos centrados no entendimento do educando, pensada a partir de princípios derivados das experiências e interesses dos alunos. É possível perceber, por meio desses dados, que a grande maioria dos docentes considera que há um avanço em direção à integração.

Com relação à organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e ao aspecto interdisciplinar e da integração, perguntamos se a matriz curricular, a metodologia e as práticas profissionais favorecem, desfavorecem ou se eram indiferentes. Concordamos que o conhecimento só pode ser compreendido pelo estudante, quando associado ao contexto social e humano no qual ele está inserido. Nesse sentido, Thiesen (2013, p. 598) defende que

O conhecimento, que na origem de sua constituição é interdisciplinar, vai, de alguma forma, sendo cindido desde sua externalização e atinge maior fragmentação quando selecionado, disciplinarizado e recontextualizado em situações de prescrição e prática no âmbito do currículo escolar.

A esse respeito, os dados apontam para o fato de que não há uma direção que identifique o projeto de integração, uma vez que 20% dos participantes consideram que a organização favorece a interdisciplinaridade. Outros 20% afirmam que a forma como o currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO está organizado desfavorece a interdisciplinaridade e outros 20% julgam que a estrutura é indiferente. Segundo eles, a matriz apenas organiza, mas a integração é realizada colaborativamente entre professores e alunos. Os dados revelam ainda que 17,1% acreditam ser indiferente a forma como currículo está disposto, sendo os docentes responsáveis por fazer a integração. Além desses, 11,4% dos respondentes também consideram essa disposição indiferente, porém afirmando que a matriz organiza, mas a integração é realizada de acordo com a similaridade de conteúdos em cada disciplina. Concordamos com Thiesen (2013, p. 600) ao afirmar que existe uma aproximação entre integração e interdisciplinaridade e "uma estratégia educativa, uma perspectiva metodológica, uma atitude ou postura unificadora frente aos desafios da fragmentação, a nosso ver, são possibilidades" dessa proximidade.

Santomé (1998, p. 68) assegura que "conforme o grau de integração das diferentes disciplinas reagrupadas em um determinado momento, podemos estabelecer diferentes níveis

de interdisciplinaridade". No que tange ao aspecto interdisciplinar, questionamos os docentes a respeito dos níveis de classificação desse indicador.

Conforme a distinção formulada por Erich Jantsch (1979 *apud* Santomé, 1998, p. 70) são cinco os tipos de classificação de níveis de interdisciplinariedade, no qual faremos a relação com os dados coletados por meio da pesquisa.

Conforme os dados tabulados, a maior parte dos participantes, cerca de 37%, consideram que o nível de interdisciplinaridade presente nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO é o da *multidisciplinariedade*, na qual a comunicação entre as diversas disciplinas fica reduzida a um mínimo. Essa realidade configura-se como a mera justaposição de diferentes matérias oferecidas, simultaneamente, mas que nunca explicitam, de fato e claramente, as possíveis relações existentes entre elas. Santomé (1998, p. 71) alerta para o fato de que os alunos não transferem espontaneamente para o resto das matérias aquilo que aprendem em uma disciplina isoladamente, tão pouco conseguem utilizar o conhecimento em situações reais, o que tornaria o conhecimento ainda mais valioso. “A informação assim adquirida tem muitas possibilidades de permanecer em compartimentos incomunicados”, assim como lhe foi repassada.

Aproximadamente, 18% dos pesquisados julgam que a interdisciplinaridade presente nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da instituição é configurada como uma justaposição de disciplinas mais ou menos próximas, dentro de um mesmo setor de conhecimento, o que Jantsch (1979 *apud* Santomé, 1998, p. 70) nomeia de *pluridisciplinariedade*. Segundo o autor, nessa perspectiva, é possível que o aluno realize mais facilmente operações de transferência de conteúdo e de procedimentos. Todavia, a intercomunicação se limita a situações e fenômenos com certa semelhança. Dessa forma, os estudantes têm mais possibilidades de enfrentar situações mais próximas à vida cotidiana (SANTOMÉ, 1998, p. 72).

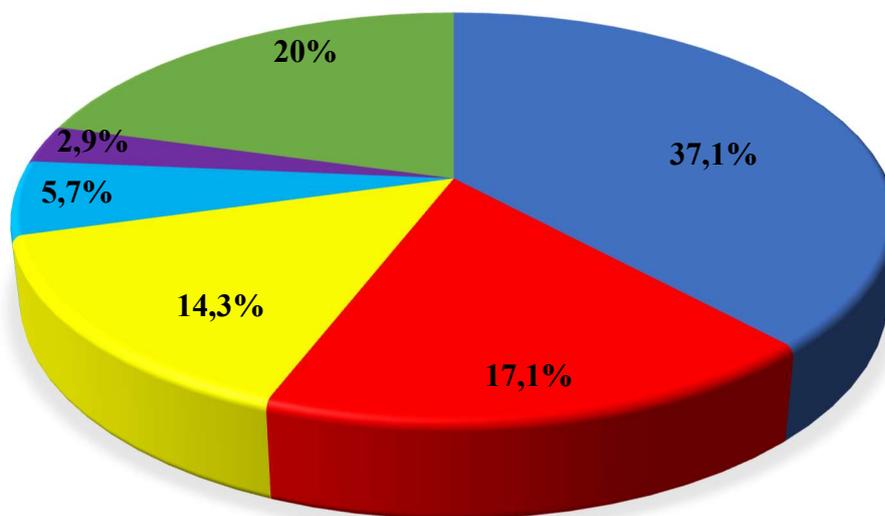
A terceira classificação de Jantsch (1979 *apud* Santomé, 1998, p. 72) refere-se à *disciplinaridade cruzada*, na qual há um desequilíbrio na possibilidade de comunicação dado que uma das disciplinas dominará as outras, como uma abordagem baseada em postura de forças. O autor esclarece que se trata da imposição de uma espécie de monopólio das explicações de fenômenos sociais e naturais de algumas disciplinas em relação às outras, reduzindo todas as análises efetuadas e as propostas de intervenção às provenientes de suas próprias especialidades. Constatamos que é assim que 14,3% dos profissionais julgam as propostas dos cursos do EMI da instituição, relativas aos níveis de interdisciplinaridade.

Todavia, os documentos deveriam aprofundar a orientação para o caminho da pluralidade das disciplinas, pois isso, conforme assegura Santomé (1998, p. 73) em sua análise, é “consequência da diversidade de abordagens dos fenômenos e situações da realidade, sendo que nenhuma delas pode absorver as demais”.

É assustador verificar que, em relação à interdisciplinariedade, pouco mais de 5% considera que os PPCs dos cursos analisados estabelecem uma interação entre duas ou mais disciplinas. Esse aspecto, segundo Santomé (1998, p. 73) implicaria em “intercomunicação e enriquecimento recíproco”. Essa perspectiva é crucial para a integração curricular, pois se estabelece um equilíbrio de forças, entre as diferentes matérias ocorrem intercâmbios mútuos e recíprocas integrações. Certifica o autor que, com uma aprendizagem mais interdisciplinar, os estudantes estarão mais propensos a “enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar problemas novos” (SANTOMÉ, 1998, p. 74).

Em relação à quinta classificação de Jantsch (1979 *apud* Santomé, 1998, p. 74), a *transdisciplinariedade*, na qual desaparecem os limites entre as diversas disciplinas e se constitui um sistema total que ultrapassa o plano das relações e interações entre tais disciplinas. Identificamos apenas 01 (um) respondente que a considera presente nos cursos examinados. Além disso, cerca de 20% não consideraram nenhuma das alternativas apresentadas, mas também não identificaram outras opções.

**Gráfico 11 – Presença dos níveis de interdisciplinaridade nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus Paraíso* do Tocantins/IFTO.**



- Mera justaposição de disciplinas diferentes, oferecidas de maneira simultânea, com a intenção de esclarecer alguns dos seus elementos comuns. Por exemplo, o agrupamento das disciplinas de história, física e pintura, porém sem estabelecer claramente os nex
- Justaposição de disciplinas mais ou menos próximas, dentro de um mesmo setor de conhecimento. Por exemplo, física e química, biologia e matemática, sociologia e história.
- A possibilidade de comunicação está desequilibrada, pois uma das disciplinas terá domínio sobre as outras. Por exemplo, quando o uso de métodos de pesquisa próprios de uma matéria é transferido mecanicamente para outras.
- Estabelece uma interação entre duas ou mais disciplinas, o que resultará em intercomunicação e enriquecimento recíproco. Entre as diferentes matérias, existe um equilíbrio de forças nas relações estabelecidas.
- Desaparecem os limites entre as diversas disciplinas e se constitui um sistema total que ultrapassa o plano das relações e interações entre tais disciplinas.
- Nenhuma das alternativas citadas.

Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

Sobre o aspecto da integração de conhecimentos no currículo, o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio afirma que

[...] depende de uma postura epistemológica, cada qual de seu lugar, mas construindo permanentemente relações com o outro. O professor de Química, de Matemática, de História, de Língua Portuguesa etc. podem tentar pensar em sua atuação não somente como professores da formação geral, mas também da formação profissional, desde que se conceba o processo de produção das respectivas áreas profissionais na perspectiva da totalidade (BRASIL, 2007, p. 52-53).

Nesse sentido, o trabalho coletivo é um fator determinante para a efetivação de um currículo integrado na prática. Assim, questionamos os docentes sobre suas atividades conjuntas de planejamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores de Cursos do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO. Aproximadamente, 15% dos pesquisados afirmaram que planejam atividades conjuntamente com outros colegas sempre ou quase sempre e apenas 2,9% declararam que trabalham com docentes da mesma disciplina. Já 28,6% alegaram que, apesar de não estar previsto no plano de ensino, eles têm o hábito de planejar e trabalhar associadamente. A maior parte dos participantes, cerca de 43%, asseguram que essa prática compartilhada é realizada algumas vezes. Apesar de as práticas compartilhadas serem consideradas essenciais para os trabalhos integrados, segundo os dados da pesquisa, ela ainda é insuficiente. Há a necessidade de investimentos nas relações interpessoais para implicar em trabalhos mais unificados. Sobre o trabalho por parcerias, Sacristán (2000, p. 198) evidencia que

o enfoque coletivo da profissionalização docente para desenvolver um currículo coerente para os alunos é uma necessidade urgente entre nós. O isolamento nas aulas supõe a falta de questionamento das estruturas e decisões que dependem de instâncias coletivas [...].

Sobre esse aspecto, Sacristán (2000) dedica um capítulo de sua obra para discutir o currículo moldado pelo professor. Sair dos limites estabelecidos pelos documentos e pelo próprio individualismo, constituem-se como atitudes necessárias no âmbito da integração curricular, na medida em que, nesse modelo, trabalha-se por meio de atividades compartilhadas e integradoras. Todavia, o autor faz um alerta, afirmando que uma grande maioria dos professores aprende rápido e com certa facilidade, a conviver com uma estrutura pré-definida e até a assimilá-la como o “meio natural”. (SACRISTÁN, 2000, p. 167). Além do mais, o autor afirma que

[...] Os limites da atuação nem sempre são evidentes para os que agem dentro do quadro dado. Certamente muitos professores os conhecem e procuram

forçá-los à medida que impedem a realização de outro modelo de educação mais aceitável. Mas muitos outros convivem bem com eles porque os interiorizaram (SACRISTÁN, 2000, p. 168).

Avançando na análise, questionamos os docentes acerca de sua opinião a respeito de quais conjuntos de disciplinas do curso melhor contribuem para a integração curricular na proposta do ensino médio integrado.

**Gráfico 12 – Conjunto de disciplinas que os docentes consideram que mais contribui para a integração curricular.**



Fonte: A partir dos dados da pesquisa (2019).

Ramos (2012, p. 122) alerta para o fato de que a mera sobreposição de disciplinas da formação geral e específica não pode ser considerada como integração. A esse respeito, os profissionais concordam, em sua maioria, que para existir integração, é necessário integrar

todas as disciplinas da educação básica, ou seja, ensino médio e formação técnica. Como vemos, apesar da discussão sobre a concepção de currículo predominante nos cursos ainda não ser suficiente, existe uma intenção de trabalho coletivo e de compreensão da proposta do ensino médio integrado. Entretanto, ainda é necessária muita disposição para alterar as práticas pedagógicas, nas quais o estudante compreenda que todo conhecimento foi e é produzido em um contexto, seja político, social, econômico, que o organiza, condiciona ou ainda o modifica em prol de seus próprios interesses.

Sem essa forma de ensinar, os estudantes sequer compreendem o motivo de estarem estudando tais disciplinas e conteúdos, além de não conseguirem entender, analisar, refletir e agir sobre a realidade cotidiana e problemática em que se encontram inseridos. Santomé (1998, p. 105, grifo nosso) denomina que, nesses casos, ocorre “um conhecimento acadêmico, no qual a realidade cotidiana aparece desfigurada, com base em informações e saberes **aparentemente** sem qualquer ideologia e descontextualizados da realidade”, que não é utilizado pelos alunos para nenhuma finalidade, a não ser para passar de ano. Dessa forma, os estudantes não relacionam o conhecimento com sua experiência cotidiana, transformando o processo de ensino-aprendizagem em um processo de mera memorização de informações para serem aplicados nos exames e provas aos quais os estudantes são submetidos. Então, Santomé finaliza, assegurando que

[...] este conhecimento acadêmico é ministrado de forma paralela, sem se encontrar nunca com o conhecimento social, que utilizamos para analisar e movimentar-nos nas situações cotidianas e para resolver os problemas nos quais nos envolvemos (SANTOMÉ, 1998, p. 106).

Ao decorrer da nossa análise, percebemos que as concepções de currículo nos Projetos Pedagógicos dos Cursos não são consideradas pelos docentes como suficientemente claras e definidas. Essas indefinições podem causar confusão nos profissionais e até limitar a possibilidade de compreensão da proposta de EMI da instituição em relação aos fundamentos e princípios. Existe uma discrepância entre a literatura e as políticas curriculares, que são repassadas para os documentos oficiais, tais como os PPCs.

Discorreremos sobre esse aspecto híbrido e recontextualizador no artigo dessa dissertação, no qual analisamos os PPCs do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, relacionando-o às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT de Nível Médio. Para Matos e Paiva (2007), muitos dos conceitos em discussão no movimento dos educadores foram incorporados ao texto

legal. Essa apropriação, entretanto, se deu no âmbito de uma reforma voltada para finalidades diferentes, levando à ressignificação de sentidos.

A partir das análises, sugere-se que, de fato, há a necessidade de aumentar as oportunidades para a formação docente na instituição *lócus* da pesquisa. Além disso, é preciso ampliar os espaços para os docentes e técnicos administrativos envolvidos aos processos do EMI discutirem e refletirem sobre suas concepções e práticas. Identificamos que 94,3% afirmam conhecer os PPCs do EMI e 100% declaram conhecer, de alguma forma, o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Dessa forma, ou existe uma grande resistência em relação aos fundamentos e princípios do EMI ou a referida perspectiva teórica não está sendo suficientemente compreendida pelos professores dos cursos. Assim, acredita-se que sejam necessárias, conforme anunciado, ações que induzam o rompimento com as práticas tradicionais e conservadoras para a superação de uma dualidade educacional histórica.

### **3.4 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

A pesquisa foi desenvolvida no *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, antiga UNED da Escola Técnica Federal de Palmas, que se originou da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso (CEP), acompanhado pela Fase I do Projeto de Expansão da RFEPT.

Implantado desde o ano de 2007, o *Campus* Paraíso do Tocantins teve suas aulas iniciadas no dia 05 (cinco) de novembro daquele ano, mas sua inauguração oficial ocorreu somente no dia 08 (oito) de novembro, ocasião em que várias autoridades e comunidade educativa compareceram à solenidade. Atualmente, o *Campus* oferta os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente, Agroindústria e Informática e os cursos Superiores de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências com Habilitação em Química, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Sistemas de Informação e Tecnólogo em Alimentos e Gestão da Tecnologia da Informação. O *Campus* possui 19,73 hectares de área. Ademais, dispõe de salas de aula, biblioteca, auditório, laboratórios de informática, de saneamento, de bioquímica, de análise de alimentos, laboratório de matemática, centro de idiomas, ginásio de esportes, academia de ginástica, unidades produção e de processamento de alimentos, além dos ambientes administrativos.

### 3.5 POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

No *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO são ofertados Cursos nas modalidades de Bacharelado, Tecnologia, Licenciatura e Ensino Médio Integrado. Como o estudo é voltado para discussões sobre busca pela efetivação de um currículo integrado, foram selecionados os Cursos Técnicos na modalidade de Educação Profissional/Educação Básica, forma de articulação Integrada ao Ensino Médio, presencial, em regime integral, que são 03 (três): o Técnico Integrado em *Meio Ambiente, Informática e Agroindústria*.

Assim, os sujeitos foram selecionados a partir dos seguintes critérios: docentes envolvidos aos Cursos do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, o que possibilitou um entrecruzamento de pontos de vistas relativos às concepções sobre currículo integrado e a perspectiva interdisciplinar.

Nesse aspecto, tivemos como população, conforme consulta à Coordenação de Gestão de Pessoas da referida instituição, 72 (setenta e dois) docentes e 41 (quarenta e um) técnicos administrativos. Entretanto, selecionamos, como amostra, somente os docentes das áreas geral e específica envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos dos Cursos do EMI ofertados pela unidade do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO. Conforme lista consultada na Coordenação de Ensino Médio Integrado, atualmente a equipe que possui ligação aos referidos cursos técnicos integrados é constituída por 44 (quarenta e quatro) docentes das áreas geral e específica, os quais foram pesquisados.

Ressaltamos ainda que não foram considerados os docentes que não possuíam vínculo com os Cursos do EMI do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO.

Para isso, utilizamos o estudo por amostragens não-probabilística do tipo intencional ou por julgamento em que houve a escolha dos cursos de ensino médio integrado ao técnico do *Campus* e os respectivos docentes da área geral e específica envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem.

No tocante ao *locus* dessa pesquisa, a escolha se deve em razão do fácil acesso aos dados e aos sujeitos que estão vivenciando as mudanças preconizadas pela implantação dos IFs, e por conviverem, diariamente, com a realidade dessa instituição, caracterizando-se como principais agentes rumo à efetivação de um currículo integrado para se alcançar uma educação emancipadora, omnilateral, politécnica e unitária.

Além disso, a escolha dos sujeitos da pesquisa deveu-se ao fato de eles serem atores importantes da história educacional, e em seu cotidiano institucional experienciam as aplicações das políticas públicas educacionais do governo Federal.

A presente pesquisa foi autorizada pelo Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP n.º 2.799.199, emitido em 03 de agosto de 2018, assinado por Roberto Takashi Sanda, Coordenador do CEP, conforme Anexo 1.

## CAPÍTULO 4

### CONTRIBUIÇÕES

---

**Artigo 1 – O aspecto interdisciplinar para uma aprendizagem significativa possibilitados pelo currículo integrado.**

**Autores:** Natália Borba de Moraes Marques e Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira

**Publicado:** Caderno de resumos do V Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e IV Workshop Nacional de Educação Profissional e Evasão Escolar.

**Referência:**

MARQUES, Natália Borba de Moraes; OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos de. Jussara de Fátima Alves Campos de. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR [recurso eletrônico]: caderno de resumos, 5, 2019, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: EDIFMA, 2019. ISBN: 978-85-69745-69-3.

**Artigo 2– Integração curricular e processos de hibridismo e recontextualização em documentos orientadores de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio**

**Autores:** Natália Borba de Moraes Marques e Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira

**Submetido:** Revista Educitec.

Em virtude de o artigo ainda está em fase de análise, incluímos apenas o resumo, para garantir o caráter inédito, pelo qual nos comprometemos ao submeter o artigo na revista supracitada.

#### RESUMO

A organização curricular construída em uma perspectiva de integração se configura como uma proposta educacional de enfrentamento e superação da dualidade da educação brasileira, uma vez que possibilita uma formação completa para além de um ensino tecnicista. Ela busca a compreensão dos fundamentos técnico-científicos das diversas técnicas, relacionando teoria e prática. Todavia, mesmo em documentos construídos para nortear uma educação crítica e omnilateral, pode existir um misto de concepções, mesclando termos e expressões de matrizes teóricas distintas, o que configura um campo de disputa. Assim, esse estudo buscou analisar as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Investigou-se qual a perspectiva conceitual adotada nos documentos, identificando processos de recontextualização e hibridismos, a fim de determinar propostas mais integradoras de organização curricular que possibilitem a qualquer estudante, trabalhador ou não, burguês ou proletário, uma formação completa para se tornar um cidadão crítico e responsável pela tomada de decisões, podendo atuar, também, como gestor na sociedade, a fim de superar a dualidade estrutural existente na educação estabelecida.

## Artigo1 - O aspecto interdisciplinar para uma aprendizagem significativa possibilitados pelo currículo integrado.

V Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar  
IV Workshop Nacional de Educação Profissional e Evasão Escolar

5to. Luís | Maranhão

*Evasão Escolar &  
Educação Profissional*

13 e 2 de setembro de 2008



### O ASPECTO INTERDISCIPLINAR PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA POSSIBILITADOS PELO CURRÍCULO INTEGRADO

Natália Borba de Moraes Marques<sup>1</sup> Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Goiano (Brasil)

<sup>2</sup>Instituto Federal Goiano (Brasil)

E-mails: profnataliaborba@gmail.com, jussara.oliveira@ifgoiano.edu.br

#### Resumo

O presente trabalho visa debater o processo histórico de fragmentação do conhecimento, a necessidade de contextualização desse fragmento à realidade social e histórica do aluno, assim como aspectos interdisciplinares para se alcançar uma aprendizagem significativa relacionados à organização curricular integrada para os cursos técnicos integrados ao ensino médio. Buscam-se estratégias para superar a dualidade estrutural presente nesses cursos. A metodologia adota é de revisão bibliográfica, analisando e discutindo conceitos que tratam sobre esse tema. Refletimos sobre como a perspectiva interdisciplinar pode possibilitar uma aprendizagem significativa ao estudante, com o objetivo de identificar e estabelecer características pedagógicas interdisciplinares, a fim de averiguar a concepção de um currículo integrador como meio capaz de tornar essa aprendizagem possível. Assim, consideramos que o aspecto interdisciplinar deve ser considerado nas práticas pedagógicas para se ter uma aprendizagem com significado, estabelecendo sentido ao aluno por meio da relação do conhecimento que já possui e do novo conhecimento, com a finalidade de se alcançar emancipação e autonomia do estudante. Ponderamos que o currículo integrado é a ferramenta que funcionará como uma estratégia para efetivação desse processo, todavia deve ser uma proposta concebida e pensada a partir da comunidade escolar, que envolve em sua construção a reflexão e colaboração docente.

Palavras-chave: Educação Profissional, Interdisciplinaridade, Currículo Integrado.

#### 1 INTRODUÇÃO

O eixo temático deste artigo situa-se no debate sobre práticas e metodologias educacionais integradoras relacionadas às questões ligadas à organização curricular e a efetivação de um currículo integrador para a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio, com vista a superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, reflexo da dualidade das sociedades sob o modo de produção capitalista, em que se tem uma educação voltada para o trabalho manual e uma educação que qualifica para o trabalho intelectual, a fim de se alcançar uma educação politécnica e escola unitária, com formação omnilateral do homem.

Indaga-se se as práticas político-pedagógicas e a organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são, de fato, integradoras, atendendo à concepção de ensino médio integrado e de educação unitária, politécnica e omnilateral, com integração curricular e práticas interdisciplinares, visando a emancipação e formação completa do indivíduo para superação da dualidade educacional brasileira, ou se há apenas a oferta da modalidade de ensino médio integrado ao ensino técnico na mesma unidade de ensino, onde se oferece, simultaneamente, as disciplinas da formação geral de caráter propedêutico e as disciplinas específicas da formação profissional, sem nenhum tipo de diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, sem contextualização do conteúdo ou perspectiva interdisciplinar.

Dessa forma, far-se-á um estudo da legislação pertinente à conceituação e construção de um currículo integrado, a fim de estabelecer e identificar possíveis projetos que visem a integração, contextualização e interdisciplinaridade de conteúdos dos diversos elementos curriculares, visando uma aprendizagem significativa por meio dessa perspectiva interdisciplinar, com vistas a emancipação e autonomia do estudante.





## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O século XX, marcado pela revolução industrial e pela introdução do modelo econômico capitalista, fez as indústrias demandarem cada vez mais por especialistas para desempenhar funções específicas de seus processos de produção. Dessa forma, consolidam-se as especializações, que se baseava na formação em um campo bem específico do conhecimento. O especialista, segundo Santomé (1998, p. 48) “é aquela pessoa que sabe muito de um campo científico cada vez menor, delimitado.” Numa perspectiva sócio-histórica, é importante observar que uma sociedade estabelecida a partir do trabalho fragmentado presumivelmente também importará essa característica de secessão para o mundo da ciência. Como esclarece Georges Gusdorf (1983, p.37) *apud* Santomé (1998, p. 48) “o positivismo, o cientificismo, corresponde a esse novo estatuto do saber, no qual cada disciplina encerra-se no esplêndido isolamento de suas próprias metodologias[...]”. Portanto, é da excessiva compartimentação da ciência e da falta de diálogo entre os diversos campos que surge o termo interdisciplinaridade e sobre essa reorganização do conhecimento, evidenciamos que

a sequência lógica do trabalho científico e investigador realizado pelas pessoas no âmbito de uma especialidade concreta, caindo inclusive em uma superespecialização, com base em divisões e subdivisões de alguma das áreas tradicionais do conhecimento; deste modo, adquirem autonomia ou também parcelas independentes ou temáticas muito específicas de algum dos campos de pesquisa dominantes em um momento histórico determinado. (SANTOMÉ, 1998, p. 43-44)

Ainda segundo o aspecto fragmentador do conhecimento, ressalta Izumi (2003), que “a explosão do saber ocorrida no último século obrigou os intelectuais a delimitarem seus campos de conhecimento – processo que levou às superespecializações que caracterizam a ciência hoje.” Entretanto, diante do crescimento do conhecimento e da tecnologia, Santomé (1998, p. 50) evidencia que há uma defesa maior e com mais rigor da filosofia interdisciplinar, no qual busca-se uma maior integração das áreas de conhecimento. Porém, essa visão não se tornou uma realidade prática, visto que houve apenas a justaposição de disciplinas, ofertadas na mesma instituição de ensino, sem efetiva integração de conceitos, metodologias e áreas do conhecimento ou diálogo entre elas.

Assim sendo, reconhecemos a necessidade de uma educação pautada em princípios e pressupostos da interdisciplinaridade e da visão totalizante da realidade para construção de uma aprendizagem significativa para o estudante. Entretanto, ressalta Marise Ramos (2008, p. 20) que “não se trata de somatório, superposição ou subordinação de conhecimentos uns aos outros, mas sim de sua integração na perspectiva da totalidade.” Corroborando com esse pensamento Jean Piaget (1979, p.155-156) *apud* Santomé (1998, p. 50), no qual defende que “não temos mais que dividir a realidade em compartimentos impermeáveis ou plataformas superpostas; pelo contrário, vemo-nos compelidos a buscar interações e mecanismos comuns”. Ou seja, a busca pela integração entre as diversas áreas do conhecimento em prol da reconstrução da realidade e da compreensão global do conhecimento.

Nesse sentido, consideremos que a integração curricular é o melhor caminho para a otimização de um trabalho interdisciplinar numa perspectiva de busca pela aprendizagem significativa, na qual o estudante tem visão total dos fenômenos decorrentes de sua realidade, possibilitando autonomia ao estudante para a tomada de decisões.

Confirmam a ideia de integração Bernstein (1981) *apud* Ramos (2008, p. 20) quando concordam que essa organização “coloca as disciplinas e cursos isolados numa perspectiva relacional, de tal modo que o abrandamento dos enquadramentos e das classificações do conhecimento escolar promove maior iniciativa de professores e alunos”. E continua Ramos (2008, p. 20) afirmando que

sob essa perspectiva, os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem.

Trata-se, portanto, de uma inter-relação entre as diversas áreas do conhecimento que favorecem a comunicação entre as distintas disciplinas e a contextualização dos conteúdos facilitando ao aluno a compreensão total, sócio-histórica e política da realidade em que estão inseridos, podendo agir e atuar sobre ela. Assim,



é preciso que esses conteúdos adquiram concreticidade pela relação com as necessidades e os problemas que a sociedade reconhece e/ou se coloca, os quais levaram ao desenvolvimento das ciências em um determinado sentido, produzindo-se, assim, novos modos de vida e nova cultura. (RAMOS, 2017, p. 31)

Assim, numa perspectiva de integração interdisciplinar podemos perceber que, é determinante para uma educação significativa e formação crítica e autônoma do estudante, que o processo de ensino-aprendizagem seja desenvolvido, ainda conforme afirma Ramos (2005, p.117), “de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender”. Corroborando esse aspecto Frigotto (1995, p. 33) *apud* Ramos (2005, p. 116) ao dizer que

o trabalho interdisciplinar se apresenta como uma necessidade imperativa pela simples razão de que a parte que isolamos ou arrancamos do contexto originário do real para poder ser explicada efetivamente, isto é, revelar no plano do pensamento e do conhecimento as determinações que assim a constituem, enquanto parte, tem que ser explicitada na integridade das características e qualidades da totalidade.

Por meio da interdisciplinaridade então, seria possível a reconstrução da “totalidade”, que foi fragmentada e arrancada da realidade em algum momento como objeto de estudo pela ciência dentro de uma disciplina específica, tomando esse recorte significativo ao aluno, com o objetivo de possibilitar a contextualização e compreensão dos conceitos e da aplicação dessas teorias.

Santomé (1998, p. 53-54) relembra ainda o fato de que a interdisciplinaridade produziu e continua produzindo resultados principalmente no campo da pesquisa militar e cita como exemplos o desenvolvimento de máquinas e tecnologias de agressão ou defesa como resultados da colaboração de áreas distintas do conhecimento, tais como biologia, química, física, engenharia, astronomia, até psicologia, sociologia e economia. Segundo o autor, projetos como o da fabricação da bomba atômica e projetos espaciais da NASA ou da agência aeroespacial são exemplos de um trabalho interdisciplinar com a participação de cientistas de diversas áreas do conhecimento.

Uma formação crítica que contextualiza o conhecimento conforme a realidade do aluno torna-o autônomo. Antonio Gramsci (1968, p. 112), que a “aprendizagem deve ocorrer notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente [...]” e este deve “descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores”, isto é, suas escolhas são realizadas após o estudante ter sido levado a um grau de maturidade intelectual.

Entretanto, no ensino tradicional torna-se difícil envolver os alunos no processo de ensino-aprendizado, visto que estes são tratados como mero receptores dos conhecimentos e o professor é o detentor único e central das informações. Segundo Vitor Henrique Paro (2011, p. 198) “não pode haver verdadeira educação, se não se consegue a autonomia do educando, ou melhor, se ele não se faz autônomo, isto é, alguém que se governa por si mesmo.” Os educandos precisam participar ativamente desse processo, se fazerem parte de todo o processo de ensino, e, ainda segundo Paro (2011, p. 199), “é algo que deve ser desenvolvido com a autoria do próprio sujeito que se faz autônomo.” Ou seja, o estudante deve participar de todo o processo, desde a tomada de decisões até as questões que envolvem o ensino e o funcionamento geral da instituição educativa. Ele deve participar da construção das regras, para compreender seus direitos e deveres de forma crítica e autônoma. Assim sendo,

no processo pedagógico, para que o educando queira aprender, é suposta a constituição de sua subjetividade (= condição de autor). Além disso, à medida que aprende, ele se apropria progressivamente de maiores porções de cultura, isto é, ele se faz mais autônomo, mais capaz de governar-se e fazer-se senhor de seu próprio caráter e personalidade. (PARO, 2011, p. 211-212)

Ou seja, a instituição educativa, gestão e docentes, devem analisar e realizar ações para instigar o interesse do aluno para aprender e descobrir novos conhecimentos, se tornando cada vez mais autônomo para ir em busca de novas experiências e decidir com responsabilidade sobre seu futuro. Nesse sentido, a interdisciplinaridade atua também como uma atitude que promoverá a liberdade do ser individual, levando-o a pensar, refletir, questionar, relacionar o conhecimento que já possui ao novo conhecimento e construir novos conceitos como ser histórico e social que é, internalizando-o em sua estrutura cognitiva. Segundo Jussara Oliveira (2007, p. 81),

a interdisciplinaridade, associada a práticas experimentais e críticas, promove a autonomia e a qualificação de profissionais mais conscientes, bem como subsídios para uma produção de melhor qualidade. A atitude interdisciplinar deverá estar presente e nortear o trabalho entre os professores e alunos e de toda a comunidade escolar. [...] O resultado desse trabalho conjunto é a produção de conhecimento que vai além da teoria e, principalmente, o que vem da prática, trazendo-a para a sala de aula, tornando o conhecimento mais significativo.



A respeito de despertar o interesse do aluno para que ele próprio queira aprender, Gowin (1981) *apud* Moreira (2005, p. 6-7) profere que “o aluno tem que manifestar uma disposição para relacionar, de maneira não-arbitrária e não-litera, à sua estrutura cognitiva, os significados que capta dos materiais educativos, potencialmente significativos, do currículo. Ou seja, para aprender significativamente, é necessário que o novo conhecimento faça sentido e seja relevante para a vida do estudante, na e para a realidade social em que está inserido. Aprendizagem significativa, segundo Moreira (2005, p. 6) “é aprendizagem com significado, compreensão, sentido, capacidade de transferência [...] dependente essencialmente do conhecimento prévio do aprendiz, da relevância do novo conhecimento e de sua predisposição para aprender.”

Nesse sentido, a interdisciplinaridade atuará proporcionando a reconstrução do conhecimento que foi fragmentado pelo processo de superespecialização, auxiliando na contextualização e relação com o conhecimento que o aluno já possui, para que a nova informação seja significativa. Assim, em concordância com David Ausubel (1963) *apud* Moreira (2005, p. 4-5), “todos reconhecemos que nossa mente é conservadora, aprendemos a partir do que já temos em nossa estrutura cognitiva. [...] se queremos promover a aprendizagem significativa é preciso averiguar esse conhecimento prévio e ensinar de acordo.” Trata-se, portanto, de considerar o conhecimento prévio do aluno no processo de ensino aprendizagem, tomando-o como âncora para o conhecimento que lhe será apresentado para a construção e aquisição de novos significados.

O aluno, por sua vez, relacionará o conhecimento, de forma não arbitrária, à sua estrutura cognitiva, conforme esclarece Ausubel (2003, p. 4), que ocorre o “[...] relacionamento dos novos materiais potencialmente significativos com ideias relevantes da estrutura cognitiva do aprendiz [...]”. Todo esse mecanismo poderá evitar processos de ensino-aprendizagem equivocados e fadados ao fracasso, no qual o aluno não compreende o sentido de aprender, pois está inserido em um processo completamente desprovido de significado e compreensão.

Destarte, ocorre o que Ausubel (2003, p. 15) conceitua como retenção significativa, que é quando “os significados acabados de surgir, como resultado da interação entre as novas ideias do material de aprendizagem e as ideias relevantes (ancoradas) da estrutura cognitiva, ligam-se e armazenam-se a estas ideias ancoradas altamente estáveis.” O autor considera que esta ligação protege os novos significados das interferências arbitrárias e literais que rodeiam. A aprendizagem é facilitada, pois, por esse sistema significativo de ensino e pela contextualização interdisciplinar, no qual o aluno passa a ter uma visão global e total do conhecimento, relacionando-o ao que já possui em sua estrutura cognitiva. Assevera o autor que

em virtude da não arbitrariedade e da não literariedade do conteúdo do material de aprendizagem e dos processos de aprendizagem e de retenção da mesma, pode aprender-se e, também, reter-se durante longos períodos de tempo uma quantidade muito maior de materiais de instrução nas situações de aprendizagem e de retenção significativas [...]. Além disso, a ligação dos novos significados a ideias ancoradas altamente estáveis protege-os de interferências posteriores. (AUSUBEL, 2003, p. 15)

Nessa perspectiva, a aprendizagem torna-se para o aluno um processo agradável que desperta o interesse pela descoberta, potencializando também o interesse pela pesquisa na busca por novos conhecimentos. Por isso, Ausubel (2003, p. 15) considera que os “seres humanos têm tendência a trabalhar mais e sentem-se muito mais motivados quando as atividades de aprendizagem que iniciam fazem sentido, em vez de não o fazerem, e se podem lembrar e depois articular pelas próprias palavras.” E continua, “[...] quando a aprendizagem surge acompanhada de interiorização e de compreensão das relações, formam-se ‘vestígios estáveis’ que se recordam durante mais tempo.” Esses aspectos provocam sentimento de recompensa no indivíduo e o move no sentido de buscar ainda mais, ou seja, aprender mais e aprender relacionando o que já sabe com o novo conhecimento.

Contudo, Moreira (2005, p. 20) alerta para o fator *foco*, pois segundo ele, o aprendiz pode aprender significativamente, mas fora do foco. O autor parafraseia Postman e Weingartner (1969), no qual asseveram que

esse foco deveria estar na aprendizagem *significativa subversiva*, ou *crítica* como me parece melhor, aquela que permitirá ao sujeito fazer parte de sua cultura e, ao mesmo tempo, estar fora dela, manejar a informação, criticamente, sem sentir-se impotente frente a ela; usufruir a tecnologia sem idolatrá-la; mudar sem ser dominado pela mudança; viver em uma economia de mercado sem deixar que este resolva sua vida; aceitar a globalização sem aceitar suas perversidades; conviver com a incerteza, a relatividade, a causalidade múltipla, a construção metafórica do conhecimento, a probabilidade das coisas, a não dicotomização das diferenças, a recursividade das representações mantidas; rejeitar as verdades fixas, as certezas, as definições absolutas, as entidades isoladas. (MOREIRA, 2005, p. 20)

Como vimos, o desafio de se construir uma educação pautada numa formação completa e integral, que visa a emancipação do indivíduo, não é uma tarefa fácil. Para isso é necessário o envolvimento de uma equipe comprometida, desde os docentes, gestão escolar e comunidade externa (pais), a fim de se alcançar, por meio de



uma proposta educacional interdisciplinaridade, com uma educação transformadora, contextualizada e significativa, para tornar o estudante em um indivíduo autônomo capaz de atuar de forma crítica na sociedade.

### 3 METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa do tipo Bibliográfica com enfoque qualitativo e fundamentou-se na afirmação de Parra Filho e Santos (1998, p. 97), no qual expõem que “qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica, para se ter um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto”. Assim sendo, o conhecimento que precedeu esse estudo foi baseado em bibliografias já divulgadas, constatando quais pesquisas já haviam sido analisadas sobre o assunto, para auxiliar na definição do tema, tal como na justificativa da pesquisa e objetivos a serem alcançados.

Esse levantamento é uma etapa muito importante para o pesquisador, uma vez que o coloca em contato com materiais já publicados e explorados. Marconi e Lakatos (2001, p. 44) argumentam que “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”, no qual buscará meios para analisar, estudar, explorar e resolver os problemas identificados. Para tanto, foram analisados artigos científicos e cadernos temáticos relacionados ao tema interdisciplinaridade como uma possibilidade para uma aprendizagem significativa, a fim de superar a fragmentação do conhecimento e promover uma formação completa e integral do estudante, com vista a potencializar a aspecto da autonomia no estudante.

Corroborando Oliveira (2004, p. 119) com essa assertiva afirmando que “a Pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”, isto é, trata-se da busca por informações que fundamentem a existência ou não de uma determinada suposição.

Todavia, há de se ressaltar que a pesquisa bibliográfica não é mera cópia. Trata-se de um estudo sistemático de fontes, análise e comparação de conteúdos. Por conseguinte, esse levantamento “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI E LAKATOS, 2006, P. 71).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das análises estabelecidas relacionadas à discussão sobre o aspecto interdisciplinar como possibilidade para uma aprendizagem significativa com vistas à emancipação e autonomia do estudante, podemos concluir que é necessário muito mais que uma atitude docente ou somente de gestão. Precisamos considerar todos os processos envolvidos na prática pedagógica e de organização curricular.

Destarte, ressaltamos que a organização curricular exerce papel principal nessa relação que busca uma compreensão da totalidade para que o estudante consiga relacionar o novo conhecimento ao conhecimento que já possui, tornando a aprendizagem significativa. Corroborando esse pensamento Gitlin (1987) apud GIMENO-SACRISTÁN (2000, p. 167) afirmando que

*As estruturas escolares contribuíram para criar e manter uma experiência alienada no trabalho dos professores. E isso é assim porque o instrumento que utilizam para modelar a experiência educativa para os estudantes, o currículo, não lhes pertence. Mas dirigem um currículo cujas metas e fins estão em sua maior parte determinados por outros. O ensino como gestão do currículo desprofissionaliza os professores e lhes impõe a competência necessária para fazer seus alunos se dirigirem de forma efetiva ao longo de uma rota predeterminada.*

O professor é o profissional mais próximo do aluno para entender sua realidade, moldar o currículo em função da necessidade do estudante e contextualizar o conhecimento em prol da significação para este aluno. Desta forma, segundo GIMENO-SACRISTÁN (2000, p. 169),

*a necessidade de entender o professor necessariamente como um profissional ativo na transcrição do currículo, tem derivações práticas na definição de conteúdos para determinados alunos, na seleção dos*



meios mais adequados para eles, na escolha dos aspectos mais relevantes a serem avaliados neles e em sua participação na determinação das condições do contato escolar.

Entendemos que o professor é um agente ativo no processo de desenvolvimento do currículo para a prática, por compreendê-lo como a pessoa mais próxima da realidade do aluno e ter uma função de mediador, modelando e transformando a relação que os alunos possuem com os conteúdos curriculares, muitas vezes impostos de fora da realidade educativa.

O currículo tem a ver com a cultura à qual os alunos têm acesso; o professor, melhor do que nenhum outro, é quem pode analisar os significados mais substanciais dessa cultura que deve estimular para seus receptores. (GIMENO-SACRISTÁN, 2000, p. 165)

Podemos então falar sobre as influências exteriores impostos aos professores, que afetam suas decisões, sobretudo referente ao desenvolvimento do currículo e mais concretamente sobre seus conteúdos.

Ciavatta destaca a importância da construção dos currículos pelas próprias escolas, dentro de suas realidades. Assim, ela lembra que

A política curricular é um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados – em suma, de culturas. [...] Tais políticas podem ou não ser registradas em documentos escritos, mas sempre são planejadas, vivenciadas e reconstruídas em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação”. (BRASIL, 2003, p. 35 *apud* CIAVATTA, 2005, p. 4, grifo nosso).

Entretanto, a elaboração e construção desconsideram os sujeitos ativos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem e “vêm sendo atropeladas por diferentes mecanismos e exigências que transformam, na prática, **em imposição**, através dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), produzidos por especialistas e consultores **distanciados das condições concretas da realidade brasileira**.” (FRIGOTTO, 1999, *apud* CIAVATTA, 2005, p. 4, grifo nosso).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o aspecto interdisciplinar deve ser considerado nas práticas pedagógicas para se ter uma aprendizagem com significado, estabelecendo sentido ao aluno por meio da relação do conhecimento que já possui e do novo conhecimento, com a finalidade de se alcançar emancipação e autonomia do estudante. Ponderamos que o currículo integrado é a ferramenta que funcionará como uma estratégia para efetivação desse processo, todavia deve ser uma proposta concebida e pensada a partir da comunidade escolar, que envolve em sua construção a reflexão e colaboração docente.

Este trabalho espera ter contribuído para a reflexão sobre o cenário educacional atual, e sobre a necessidade de estudos que envolvem o aspecto interdisciplinar e de compreensão global de fatos sócio históricos e políticos, com vistas à formação integral e integrada do indivíduo. Ressalta-se ainda a conveniência de estudos sobre as organizações curriculares de cursos técnicos integrados ao ensino médio de instituições de ensino profissional e tecnológicos, para verificação de possíveis falhas e implementação de propostas curriculares que atendam os aspectos mencionados e discutidos neste artigo.

## REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Tradutor: Lígia Teopisto; Plátano Editora; 1.ª Edição PT, 2003.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, v.3, n.3, 2005. Disponível em: [http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN\\_03/TN3\\_CIAVATTA.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf). Acesso em 20 de mai de 2018.



COUTO, Rita Maria Souza. **Fragmentação do conhecimento ou interdisciplinaridade: ainda um dilema contemporâneo?**. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/34>. Acesso em 10 de mai de 2018.

GIMENO-SACRISTÁN, José. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização Cultural**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1982.

IANNI, Octavio. **Sociedade global (A)**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa crítica**. Indivisa. Boletim de Estudos e Investigaçã, nº 6, 2005.

OLIVEIRA, Jussara F. A. C.; FELICIO, C. M. ; SILVA, O. N. ; Rosa Filho, S. N. ; Soares, Marlon H. F. B. ; Matos, Maurício dos S. . **Proposta interdisciplinar para o ensino de Química no Curso Técnico em Agricultura. Cadernos Temáticos (Impresso)**, v. 1, p. 79-83, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Autonomia do educando na escola fundamental: um tema negligenciado**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 197-213, jul/set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602011000300013&lng=pt&nr=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300013&lng=pt&nr=iso&tlng=pt). Acesso em 17 de abr de 2018.

PARRA FILHO, Domingos.; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. São Paulo: Futura, 1998.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, 2008, disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em 10/05/2018.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão**. In: ARAUJO, Adilson Cesar (Org); SILVA, Claudio Nei nascimento (Org). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017. p. 20-43.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Essa pesquisa possuiu como eixo temático o debate sobre a organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, e ainda, sobre a efetivação de um currículo integrado, no qual busca superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, priorizando uma formação que prepara o indivíduo não somente para o trabalho, mas também para uma formação completa, no qual proporciona ao estudante a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas.

Dessa forma, como objetivo geral, compreendemos os conceitos relacionados à concepção curricular e às práticas educacionais integradoras, correlacionando-os à organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, a fim de identificar características interdisciplinares entre os elementos curriculares estabelecidos pelos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). Além disso, como objetivo específico, verificamos se existiu a participação docente na construção e discussão desses documentos, assim como averiguamos se a perspectiva integradora é realidade nas práticas docentes, com vista a superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, em que se tem uma educação voltada para o trabalho manual e uma educação que qualifica para o trabalho intelectual.

Adotamos, como percurso metodológico, para essa pesquisa uma abordagem crítico-dialética, visto que concebemos a educação como processo omnilateral, que supera a perspectiva unilateral de formação para o trabalho. Ademais, utilizamos o materialismo histórico-dialético, como método, visto que buscamos, por meio da pesquisa, analisar, interpretar e compreender a realidade histórica e social. Para tanto, adotamos como abordagem investigativa a pesquisa quanti-qualitativa e estudo de caso. Quanto aos recursos metodológicos para a coleta de dados foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e a pesquisa de campo, por meio de questionários aplicados. Para a construção da base empírica, foram selecionados os docentes, das áreas geral e específica, envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Como produto educacional, foi realizado um seminário sobre currículo integrado com os docentes, técnicos administrativos, discentes, pesquisadores e comunidade externa, no *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO. E por fim, a partir das discussões e reflexões sobre a

temática, foi construída, coletivamente, uma minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais do Instituto Federal do Tocantins para a integração curricular, no âmbito do IFTO.

A partir desse estudo, podemos considerar que o currículo integrado é a melhor maneira para o desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares, e para uma aprendizagem significativa, uma vez que possibilita a relação entre as partes e a totalidade, e a compreensão dos fenômenos sócio-históricos e econômicos. Conforme Ramos (2011, p. 776), ele “organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações históricas e dialéticas que constituem uma totalidade concreta”. Isto é, o estudante passa a ter uma visão global e compreensão total dos fenômenos, tornando-se autônomo para a tomada de decisões.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade é o aspecto que viabiliza a “reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas” (RAMOS, 2011, p. 776). Entretanto, não se trata simplesmente de o estudante entender o que são as coisas, mas sim de compreender seus significados na realidade em que se encontra inserido. A autora conceitua como “a compreensão do significado dos conceitos, das razões e dos métodos pelos quais se pode conhecer o real e apropriá-lo em seu potencial para o ser humano” (RAMOS, 2011, p. 776).

Corroborando com essa visão Santomé (1998, p. 113), assegurando que “o ensino de uma ciência integrada serve para que alunos e alunas analisem os problemas, não só da perspectiva de uma única e concreta disciplina, mas também do ponto de vista de outras áreas do conhecimento”. Ou seja, que não olhem as disciplinas como compartimentos isolados, mas como unidades que se relacionam e constituem significados. Considera-se, portanto, que o currículo integrado proporciona maiores parcelas de interdisciplinaridade.

A esse respeito, Richard Pring (1977, p. 232 *apud* Santomé, 1998, p. 112) faz uma distinção entre interdisciplinaridade e integração. O autor afirma que o primeiro termo se refere “à interrelação de diferentes campos do conhecimento com finalidades de pesquisa e solução de problemas”. Já integração significa a “unidade das partes, que seriam transformadas de alguma maneira” e ressalta que “uma simples soma ou agrupamento de objetos distintos ou de partes diferentes não criaria necessariamente um todo integrado”. Um currículo, nesse sentido, contribui para a compreensão global dos fatos.

Todavia, após as análises documentais, especificamente dos PPCs do EMI, percebemos que ainda existe muita incoerência no que diz respeito aos princípios norteadores da proposta

de EMI. Pode aparecer, em um mesmo documento, projetos curriculares distintos, por exemplo, um modelo mais propedêutico de educação e a EPT. A grande questão é a dificuldade de estabelecer coerência nas organizações curriculares pois, segundo Oliveira (2013, p. 69), “parecem ganhar conotação de consenso, quando, na verdade, são contraditórias”. Isto é, são inseridos termos e expressões que se aproximam de um modelo de educação integral, completa, omnilateral, enquanto também é mantida uma matriz teórica tradicional de ensino, por competências e com significativa fragmentação do conhecimento.

Diante disso, sugerimos a revisão dos PPCs do EMI que orientam as práticas pedagógicas por meio de uma análise e de construção crítica, observando, especialmente, as teorias e concepções que os fundamentam. Alegra-nos o fato de que os documentos institucionais do IFTO estão passando por um processo de reconstrução. Foi criada uma Comissão das Diretrizes Curriculares Institucionais por meio da Portaria n.º 470/2019/REI/IFTO, de 24 de abril de 2019, responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares Institucionais dos cursos técnicos de nível médio do IFTO, dividida em Grupos de Trabalho, da qual sou membro. Além disso, estão sendo realizadas reuniões para a construção de um documento que orientará a revisão e/ou elaboração dos PPCs do EMI em âmbito institucional. Nessa ocasião, participarão todos os docentes da instituição, representados por Núcleos Docentes, para uma construção coletiva e colaborativa.

É um processo extremamente importante, pois consideramos que é no sistema escolar concreto que o currículo concebe seu significado real e, nesse sentido, ele não pode ser considerado apenas como um instrumento de seleção de conteúdo, classificação, ou pior, uma hierarquização de conhecimentos. Sacristán (2000, p. 21) pondera que o

currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar o significado real.

Construído colaborativamente pelos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o currículo possibilita a contextualização histórica pela qual o conhecimento foi construído pela humanidade: no processo de produção da própria existência por meio do trabalho. Concordamos com Thiesen (2013, p. 593), quando afirma que

O currículo não pode existir fora da realidade concreta onde homens e mulheres tecem e engendram os elementos de sua constituição histórica, seja na ação mesma da atividade educativa, seja nas formulações teóricas produzidas sobre essa ação. A produção do currículo, como campo de lutas, engendra-se na produção sempre tensionada das relações sociais mediatizadas pelos interesses de classe e

materializadas na atividade educativa como um jogo de forças em torno do seu objeto mais precioso – o conhecimento.

Por conseguinte, consideramos que o currículo é traduzido na prática pelos sujeitos agentes e realizadores desse instrumento. Por isso, necessitamos, sim, de documentos orientadores e um currículo organizado de forma coerente com os princípios e fundamentos do EMI. Porém, é na prática que ele se concretiza, por intermédio dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de um conjunto.

No que tange à organização curricular e à prática pedagógica, Cruz Sobrinho (2017, p. 106) pondera que o currículo “apenas possibilita um melhor ou pior planejamento do ensino e da aprendizagem e não consegue considerar todas as variáveis que podem se apresentar pelo caminho”. Isto é, apesar de ser um instrumento que orienta a prática, ele, por si só, não consegue otimizar as ações dos sujeitos agentes. Dessa forma, o autor alerta sobre o risco de se “depositar, no currículo, a maior esperança da integração e da formação humana integral/omnilateral”, pois estaríamos valorando mais a forma que propriamente o conteúdo (CRUZ SOBRINHO, 2017).

Nesse embate, reconhece-se que o currículo funciona como o ponto de partida da prática, mas também é traduzido na prática pelos sujeitos agentes do processo de ensino-aprendizagem, conforme afirma Sacristán (2000). Para o autor, “o currículo molda os docentes, mas é traduzido na prática por eles mesmos - a influência é recíproca”. (SACRISTÁN, 2000, p. 165). Ou seja, apesar desse instrumento configurar a expressão de uma série de determinações políticas para a prática escolar (SACRISTÁN, 2000, p. 20), o projeto curricular é recontextualizado na prática pedagógica. Isto é, “delimitado e limitado em seus significados concretos por essa mesma prática” (SACRISTÁN, 2000, p. 26) pelos agentes ativos desse processo.

Nesse misto de concepções curriculares presentes nos documentos norteadores das práticas pedagógicas, é preciso romper com a lógica proposta pelo ambiente produtivo, no sentido de se buscar algo além de um currículo diferenciado ou diversificado. Torna-se um imperativo das discussões atuais em educação, segundo Silva (2016, p. 37) “a busca por uma escola capaz de dialogar com os saberes cotidianos dos estudantes, traduzindo-os em ações integradas a currículos capazes de superar com a fragmentação do conhecimento proposto pela sociedade contemporânea”, para que cada conhecimento faça sentido na vida do estudante e a aprendizagem se torne significativa.

Nesse sentido, corrobora Cruz Sobrinho (2017, p. 106), afirmando que a integração implica em “educadores e em metodologias contínuas que fazem o ensino e a aprendizagem de forma a integrar às dimensões da ciência, do trabalho, da cultura e da tecnologia”. Para isso, é necessária a existência de sujeitos agentes, dedicados e empenhados, para se alcançar a efetiva integração nas práticas, pois o currículo pode, no máximo, facilitar essa proposta.

Portanto, conclui-se que, em se tratando da proposta do EMI, relacionada especificamente à organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus Paraíso do Tocantins/IFTO*, é possível e necessário melhorar a forma de integração entre os componentes curriculares, entre os conteúdos e entre as dimensões da ciência, do trabalho, da cultura e da tecnologia, considerando o trabalho como princípio educativo e prezando pela indissociabilidade entre educação básica e profissional e entre os conhecimentos gerais e específicos como totalidade (RAMOS, 2008), a fim de se buscar uma formação integral dos educandos.

Deve-se considerar, como evidenciado acima, que os documentos institucionais do IFTO estão passando por um momento importante de reformulação, o qual se configura como uma extraordinária oportunidade para a construção de documentos que expressem, de fato, uma concepção de integração e interdisciplinaridade, fortalecendo a proposta do EMI na RFEPT.

Essa realidade demonstra a preocupação institucional em construir um currículo que venha a superar a histórica dualidade na educação brasileira, exigindo do gestor de ensino, mais que nunca, uma assídua e cuidadosa ação em relação a essa proposta e, principalmente, uma formação continuada dos profissionais da educação. Dessa forma, é construída a oportunidade e o desafio de se pensar a integração no âmbito da compreensão epistemológica, visando sua materialização na configuração curricular. Ou seja, trata-se de um momento histórico de significativos avanços em direção ao currículo integrado para a EPT no IFTO e, de especial e singular conjuntura, para colocar em prática os fundamentos e princípios dessa proposta educacional.

## REFERÊNCIAS

---

ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>. Acesso em: 18 set. 2019.

ANDRADE, Nayara. **Dados solicitados**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por profnataliaborba@gmail.com em 18 jul. 2018.

ANDRÉ, Tamara Cardoso. Reforma do ensino médio: desobrigação do estado? **Olh@res**, v. 6, n. 1, p. 130-145, 2018. Disponível em: <http://www.olhares.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/724/271>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/218/201>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BARACHO, Ernani. Mostra de experiências exitosas: confira primeira rodada de apresentações. Paraíba: Reditec, 2017. Disponível em: <http://reditec.vhost.ifpb.edu.br/2017/11/mostra-de-experiencias-exitosas-confira-primeira-rodada-de-apresentacoes/>. Acesso em: 2 fev. 2019.

BEZERRA, Daniella de Souza. **Ensino médio (des)integrado: história, fundamentos, políticas e planejamento curricular**. Natal: IFRN, 2013.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIANCHI, Claudia. **Ensino médio e educação profissional no Paraná (1997-2006): Relações disputadas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. *In: A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 65-69.

BRASIL. **Constituição de 1937, de 10 de novembro de 1937**. 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 7 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-norma-pe.html>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. 2004a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf). Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2005. Seção 1, p. 9. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf). Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 1 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. **Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2017a. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/centenario-da-rede-federal>. Acesso em: 4 set. 2018.

BRASIL. **Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2018. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 4 set. 2018.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 23 ago. 2018.

CIAVATTA, Maria. O trabalho como princípio educativo. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio e educação profissional no Brasil dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 4 jan. 2019.

COSTA, Márcio da. A educação em tempos de conservadorismo. *In*: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CRUZ SOBRINHO, Sidinei. Diretrizes institucionais e a perspectiva da integração curricular no IF FARROUPILHA. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO, 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: IFB, 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/SNEMI.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

DINIZ, Marcos. **Campus Paraíso do Tocantins**. 2016. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/IFTOParaiso/photos/a.469866143096402/1159908397425503/?type=3&theater>. Acesso em: 17 set. 2018.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. **Holos**, ano 25, v. 2, p. 3-9, 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/267>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; GARCIA, Sandra R. de Oliveira. O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná. *In*: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIORUCCI, Rodolfo; CORRÊA, Hugo Emmanuel da Rosa. As Unidades Curriculares (UC) como inovação na educação: experiência de gestão, história e politecnia. *In*: CORRÊA, Hugo Emmanuel da Rosa; FIORUCCI, Rodolfo; PAIXÃO, Sergio Vale da (org.). **Currículo inovador: experiências didáticas no IFPR Jacarezinho**. Curitiba: Editora IFPR, 2018. 228 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. *In*: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619>. Acesso em: 18 set. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em: [http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-2SF/Jos%E9/3-Frigotto\\_et\\_alli\\_2005.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-2SF/Jos%E9/3-Frigotto_et_alli_2005.pdf). Acesso em: 24 jul. 2018.

GARCIA, Sandra Regina Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide Silva. A minimização da formação dos jovens brasileiros: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017. **Educação (UFSM)**, v. 42, n. 3, p. 569-584, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/29481/pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2008a.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização cultural**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1982.

GUILHEM, Dirce; DINIZ, Debora. **Ética em pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Edital n.º 35/2017/REI/IFTO, de 31 de Agosto de 2017**. Processo seletivo simplificado para profissionais de educação programa Mediotec EAD da rede E-tec Brasil. 2017. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proen/seletivos/processo-seletivo/processo-seletivo-para-coordenadores-e-tutores-presenciais/processo-seletivo-para-coordenadores-e-tutores-presenciais/view>. Acesso em: 20 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Instituto Federal de Educação do Tocantins**. 2016. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto>. Acesso em: 4 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Instituto Federal de Educação do Tocantins**. 2016a. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 4 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Instituto Federal de Educação do Tocantins**. 2016b. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/paraiso/campus-paraiso/cursos>. Acesso em: 5 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio**. 2012. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-paraiso-do-tocantins/tecnico-em-meio-ambiente-integrado-ao-ensino-medio/ppc-tecnico-meio-ambiente-integrado-ensino-medio-campus-paraiso-tocantins-ifto.pdf/view>. Acesso em: 5 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. 2012a. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-paraiso-do-tocantins/tecnico-em-informatica/ppc-tecnico-em-informatica-integrado-ensino-medio-campus-paraiso-tocantins.pdf/view>. Acesso em: 5 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio**. 2013. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-paraiso-do-tocantins/tecnico-em-agroindustria/ppc-tecnico-agroindustria-integrado-ensino-medio-campus-paraiso-tocantins.pdf/view>. Acesso em: 5 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Instituto Federal de Educação do Tocantins**. 2019. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **I Seminário do Currículo Integrado do IFTO conta com palestras, mesas-redondas e debates**. 2019a. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/noticias/i-seminario-do-curriculo-integrado-do-ifto-Conta-com-palestras-mesas-redondas-e-debates>> Acesso em: 10 jun 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **IFTO promove seminário sobre organização curricular de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio**. 2019b. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/noticias/ifto-promove-seminario-sobre-organizacao-curricular-de-cursos-tecnicos-integrados-ao-ensino-medio>. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Início do I Seminário do Currículo Integrado é marcado por diálogos e trocas de experiências**. 2019c. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/noticias/inicio-do-i-seminario-do-curriculo-integrado-e-marcado-por-debates-e-trocas-de-experiencias>> Acesso em: 25 mai 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. *In*: MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Materialismo Histórico-Dialético e suas relações com a pesquisa participante: contribuições para pesquisas em Mestrados Profissionais. **Revista Anhanguera**, v. 18, n. 1, p. 52–73, 2018. Disponível em: <http://pos.anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/revista-anhanguera-pesquisa-quali-2018.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, Lucília Regina Souza. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. *In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. TRABALHO E EDUCAÇÃO*, 1992, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Papyrus, 1992.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, Natália Borba de Moraes; OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos de. Jussara de Fátima Alves Campos de. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR [recurso eletrônico]: caderno de resumos*, 5, 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: EDIFMA, 2019. ISBN: 978-85-69745-69-3.

MARQUES, Natália Borba de Moraes. **I Seminário do Currículo Integrado do IFTO**. 2019. 4 fotografias.

MATOS, Maria do Carmo de; PAIVA, Edil Vasconcellos de. Hibridismo e currículo: ambivalências e possibilidades. **Currículo sem Fronteiras**, n. 2, jul./dez., 2007. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss2articles/matos-paiva.pdf?>. Acesso em: 23 fev. 2019.

MELO, Luciane Magda. **Uma proposta didática com perspectiva politécnica para o ensino médio integrado: um estudo de caso no ensino de Química no curso Técnico em Eletrotécnica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In P. Guareschi; S. Jovchelovitch (org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. p. 89-111. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.); SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRAS, Ligia. Mães de academia: unir maternidade e pós-graduação é possível. **Cientista que virou mãe**, abr. 2013. Disponível em: <https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/maes-de-academia-unir-maternidade-e-pos-graduacao-e-possivel>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>. Acesso em: 4 set. 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760>. Acesso em: 24 jul. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. **A institucionalização das políticas neoliberais na reconfiguração da educação profissional no Brasil: do Decreto nº 2.208/97 à Lei nº 11.892/08**. 2014. 207f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Rosângela de Amorim Teixeira de. **Concepção de integração curricular presente nos cursos de ensino médio integrado em agropecuária do Instituto Federal Catarinense**. 2013. 185. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

PIAGET, Jean. La epistemologia de las relaciones interdisciplinarias. *In*: LEO, Apostel; BERGER, Guy; BRIGGS, Asa; MICHAUD, Guy. **Interdisciplinariedad. Problemas de la Enseñanza y de la Investigación en las Universidades**. México: Asociación Nacional de Universidades e Institutos de Enseñanza Superior, 1979. p. 153-171.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 5 fev. 2019.

RAMOS, Marise. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 116, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000300009&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000300009&script=sci_arttext&tlng=es). Acesso em: 10 jun. 2019.

- RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In:* RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- RAMOS, Marise Ramos. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.
- RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In:* ARAUJO, Adilson Cesar; SILVA, Claudio Nei nascimento (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017. p. 20-43.
- ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- SACRISTÁN, Jurjo Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 32, p. 52-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SCHNEIDER, Márcia Maria Brisch. **Desatando os nós do currículo integrado no ensino médio no âmbito dos Institutos Federais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Adriano Larentes (org.). **O currículo integrado no cotidiano da sala de aula**. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2016.
- SILVA, Edilaine Cristina; LENARDÃO, Edmilson. Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo. *In:* VIII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS SEPECH, 2010, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Eduel, 2010. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria\\_do\\_capital\\_humano\\_e\\_a\\_relacao\\_educacao\\_e\\_capitalismo.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf). Acesso em 18 set. 2019.
- SILVA, Tomas Tadeu da. A ‘nova’ direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. *In:* GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOARES, Sandro Stanley. **Ensino integrado: uma experiência de interdisciplinaridade no curso técnico em edificações integrado ao ensino médio**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Goiás, Jataí, 2015.

SOARES, Ustana Ferraz. **Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. Omnilateralidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em: <http://www.epsvj.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

THIESEN, Juares S. **Currículo interdisciplinar: contradições, limites e possibilidades**. *Perspectiva*, v. 31, n. 2, p. 591-614, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/25887>. Acesso em: 22 maio 2019.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1994.

VIAMONTE, Perola Fatima Valente Simpson. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/67>. Acesso em: 16 ago. 2018.

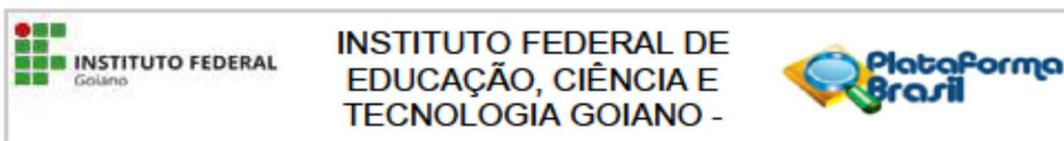
VILARINS, Tatiane Ribeiro de Almeida. **Dados solicitados**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por profnataliaborba@gmail.com em 6 set. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ANEXOS

---

### ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO: efetivação de um currículo integrador

**Pesquisador:** NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 92220618.0.0000.0036

**Instituição Proponente:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - campus

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.799.199

##### Apresentação do Projeto:

Relata-se: "A Educação Profissional e Tecnológica - EPT pode proporcionar uma formação completa do indivíduo para ser um cidadão crítico e responsável pela tomada de decisões diante das oportunidades de seu futuro. Para isso, é fundamental compreender os fundamentos técnicos-científicos das diversas técnicas, relacionando-os às diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a educação deve oportunizar uma formação integral, em que se ensina o domínio das técnicas, além de disponibilizar e auxiliar na compreensão de todo conhecimento produzido pela humanidade no processo de produção da existência, o que permitirá a qualquer discente, trabalhador ou não, burguês ou proletário, atuar também como dirigente na sociedade, a fim de superarmos a dualidade estrutural em que a educacional foi estabelecida. Defendemos, portanto, que o modelo educativo apresentado é possível através de uma formação politécnica, omnilateral e de escola unitária, promovidos através do implemento de práticas pedagógicas e organização curricular integradoras. Destarte, é necessária a discussão e reformulação dos currículos, principalmente dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Nessa configuração de estrutura educacional, "deve ser criado valores fundamentais do "humanismo", a auto-disciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.). (GRAMSCI, 1982, P. 124-125)". O eixo temático desta pesquisa situa-se no debate sobre práticas educacionais integradoras relacionadas às questões ligadas à

**Endereço:** Rua 88, n°280  
**Bairro:** Setor Sul **CEP:** 74.065-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

organização curricular e a efetivação de um currículo integrador para a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio, com vista a superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, reflexo da dualidade das sociedades sob o modo de produção capitalista, em que se tem uma educação voltada para o trabalho manual e uma educação que qualifica para o trabalho intelectual, a fim de se alcançar uma educação politécnica e escola unitária, com formação omnilateral do homem."

**Objetivo da Pesquisa:**

Relata-se: "A pesquisa tem o objetivo de analisar a organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; identificar características integradoras e interdisciplinares entre os elementos curriculares estabelecidos pelo Plano Pedagógico de Curso; verificar se há a participação docente na construção e discussão dos planos pedagógicos de curso; averiguar se a perspectiva integradora é desenvolvida/aplicada/inserida nas práticas docentes; realizar um seminário sobre currículo integrado e práticas interdisciplinares com os docentes e gestão do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins – IFTO."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Relata-se: "Dentre os riscos que podem acontecer aos participantes da pesquisa ao responder o questionário estão o cansaço ou aborrecimento devido o tempo dedicado à realização da atividade, constrangimento ou alterações de comportamento, alterações na autoestima provocadas pela reflexão sobre teorias e ideologias evocadas à memória. Assim, para minimizar os desconfortos, evidenciamos que as identidades dos participantes serão sigilosas, e que a confidencialidade das informações será resguardada. Contudo, caso haja confirmação de algum risco ou dano aos participantes, relacionado à pesquisa, o estudo será interrompido imediatamente. Destarte, será solicitada autorização ao Comitê de Ética em Pesquisa para aplicação de um questionário semiestruturado, que será enviado previamente. Ressaltamos ainda, que a participação para responder o questionário será voluntária e que os sujeitos que aceitarem participar do estudo deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constituído pela justificativa, objetivos e procedimentos da pesquisa, especificação dos desconfortos, riscos e benefícios, as formas de acompanhamento e assistência, as garantias de recusa, esclarecimentos para eventuais dúvidas, liberdade de recusa, e por fim, os custos da participação, ressarcimentos, e indenizações por eventuais danos. O estudo proporcionará discussão acerca do currículo integrado, contribuindo para reflexões que poderão promover o desenvolvimento de planos pedagógicos de cursos técnicos integrados ao ensino médio e a

<b>Endereço:</b> Rua 88, n°280		
<b>Bairro:</b> Setor Sul	<b>CEP:</b> 74.085-010	
<b>UF:</b> GO	<b>Município:</b> GOIANIA	
<b>Telefone:</b> (62)3605-3600	<b>Fax:</b> (62)3605-3600	<b>E-mail:</b> cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

efetivação de práticas pedagógicas interdisciplinares, visando à formação omnilateral do indivíduo, pois entendemos que os resultados obtidos e publicados poderão alterar estruturas curriculares incoerentes com a perspectiva integradora e interdisciplinar, assim como a implementação de práticas pedagógicas contraditórias com essas concepções. Além disso, referente ao instrumento de coleta de dados, o uso de questionário enviado pela internet - por e-mail – proporciona maior velocidade no recebimento das respostas e ainda podem ser respondidos conforme a disponibilidade de tempo dos participantes. Configura-se assim, como um meio favorável, uma vez que, além de economizar tempo, se trata de é uma ferramenta no qual todos os sujeitos da pesquisa possuem acesso.

Parecer: atende a legislação

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

##### **1 - Tema e Objeto da Pesquisa:**

Relata-se: "Indagamos se a organização curricular e as práticas pedagógicas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio dos Institutos Federais de Educação – IFETs, são, de fato, integradoras, e se atendem à concepção de currículo integrado e de práticas interdisciplinares, que visam a emancipação e formação completa do indivíduo. O objeto da pesquisa, portanto, serão os Planos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente, Informática e Agroindústria do Campus Paraíso do Tocantins/IFTO, por meio de análise dos PPC's e do processo de elaboração desses documentos, a fim de verificar a participação da comunidade escolar – gestores, técnicos administrativos e docentes nessa construção e a efetivação de um currículo integrador nas práticas docentes. Diante do pressuposto apontado nesse estudo, elaboramos a seguinte problemática: Como é a organização curricular e as práticas pedagógicas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia? A oferta dessa modalidade de ensino atende o que é proposto pela Lei nº 11.892/2008, numa perspectiva interdisciplinar e de integração curricular? São definidas estratégias pela gestão diante do desafio e da necessidade de efetivação de políticas e práticas pedagógicas realmente integradoras?"

##### **2 - Relevância Social:**

Relata-se: "A presente pesquisa é motivada pela dificuldade de efetivação de práticas

<b>Endereço:</b> Rua 88, nº280	<b>CEP:</b> 74.085-010
<b>Bairro:</b> Setor Sul	
<b>UF:</b> GO	<b>Município:</b> GOIANIA
<b>Telefone:</b> (62)3605-3600	<b>Fax:</b> (62)3605-3600
	<b>E-mail:</b> cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

verdadeiramente integradoras e interdisciplinares nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que foram legalmente estabelecidos para formar cidadãos completos, tanto para a vida em sociedade, como para compreender os fundamentos técnicos-científicos das diversas técnicas, tornando-se capazes de relacioná-las às diversas áreas do conhecimento, assim como à realidade social na qual encontra-se inserido. O Inciso I, Art 7º da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia –IFETs, estabeleceu como objetivos ministrar Educação Profissional Técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, e, nesse cenário, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a organização curricular “fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos”. (BRASI, 2013, p. 44, grifo nosso). Assim, observando o Decreto nº 5.154/2004 e Art. 7º, Inciso I da Lei nº 11.892/2008, compreende-se que, para que as expectativas e objetivos da referida lei fossem alcançados, seria necessário que esse currículo fosse integrado. Segundo Ciavatta (2005, p. 84) “queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho”, possibilitados por uma abordagem interdisciplinar, para que fique assegurado ao estudante uma formação completa, com vistas à sua emancipação e autonomia. Portanto, não podemos entender essa integração como uma junção de disciplinas apenas, onde se oferece, simultaneamente e na mesma unidade de ensino, disciplinas da formação geral de caráter propedêutico e disciplinas específicas da formação profissional, sem diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, sem contextualização do conteúdo ou perspectiva interdisciplinar. Apesar dos documentos institucionais como os Planos de Desenvolvimento Institucionais e Planos Pedagógicos dos Cursos – PPC’s elucidarem aspectos interdisciplinares, eles não são efetivados nas práticas pedagógicas, tampouco nos currículos construídos aleatoriamente, sem a participação ativa de docentes, discentes e da gestão. Dessa forma, justifica-se a importância desse estudo e realização da pesquisa para discussão e estabelecimento de ações que visem efetivar práticas pedagógicas integradoras e interdisciplinares para uma formação politécnica, unitária e omnilateral. Assim, tem-se como objetivo analisar a organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, a fim de identificar características integradoras e interdisciplinares entre os elementos curriculares estabelecidos pelos Planos Pedagógicos de Curso, verificar se há a participação docente na construção e discussão desse processo, assim como averiguar se a perspectiva integradora está presente nas práticas pedagógicas. Para a coleta de dados, além de compreendermos o processo de construção do

Endereço: Rua 88, n°280  
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgolan.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

currículo integrado para a Educação Profissional e Tecnológica, será realizada análise documental dos planos pedagógicos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, buscando identificar as características integradoras nas matrizes curriculares. Além disso, será aplicado um questionário aos docentes, de maneira individual, operacionalizado pelo formulário google, com a finalidade de verificar as características interdisciplinares em suas práticas e a percepção e o envolvimento que possuem referente a esse processo de construção curricular, visando compreender também como eles identificam as características integradoras na matriz curricular dos cursos, estabelecidas ou não pelo PPC. Dessa forma, far-se-á um estudo da legislação e teorias pertinentes a conceituação e construção de um currículo integrado, como também da estruturação da educação profissional e tecnológico e criação dos Institutos Federais de Ciências, Educação e Tecnologia Federais, buscando relacionar as matrizes curriculares dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, para identificar parâmetros integradores, a fim de estabelecer e identificar possíveis projetos que visem a integração, contextualização e interdisciplinaridade de conteúdos dos diversos elementos curriculares. Frente o papel da gestão e ao desafio da efetivação de um currículo integrador, será desenvolvido, como produto educacional, um seminário para os docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, abordando a temática sobre projetos integradores. A proposta desse produto parte da questão central dessa pesquisa que é a busca de uma efetiva integração entre o ensino médio e o ensino técnico. Parte-se também do princípio da construção de uma educação em que os estudantes se transformem em pessoas mais críticas, tornando-se agentes de transformação para melhorar o mundo em que vivem. Além disso, o direito ao conhecimento é fundamento para o estudante se apropriar da realidade, compreendendo-a, a fim de produzir possibilidades para lutar pelas relações de trabalho e sociais dentro da ordem capitalista, enquanto sujeito trabalhador."

3- Metodologia, incluindo local, população e amostra, métodos de coleta:

Relata-se: "A pesquisa será desenvolvida no Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, na qual se originou da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso – CEP, acompanhado pela Fase I do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica...No Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins são ofertados Cursos nas modalidades de Bacharelado, Tecnologia, Licenciatura, e

Endereço: Rua 88, n°280  
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

Médio Integrado. Como o estudo é voltado para discussões sobre a efetivação de um currículo integrador, foram selecionados os Cursos Técnicos na modalidade de Educação Profissional/Educação Básica, forma de articulação Integrada ao Ensino Médio, presencial, em regime integral, que são 03 (três) - o Técnico Integrado em Meio Ambiente, Informática e Agroindústria.

Assim, os sujeitos foram selecionados a partir dos seguintes critérios: diretores, gerentes, coordenadores, docentes e técnicos administrativos que compõem os setores responsáveis pelas áreas pedagógica e administrativa envolvidas direta e indiretamente aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins, possibilitando um entrecruzamento de pontos de vistas relativos as concepções sobre currículo integrado e a perspectiva interdisciplinar.

Nesse aspecto, tem-se como população, conforme consulta à Coordenação de Gestão de Pessoas da referida instituição, 72 (setenta e dois) docentes e 41 (quarenta e um) técnico administrativos. Entretanto, selecionamos como amostra, somente os gestores (Diretor-Geral, Gerente de Ensino e Coordenador de Curso), os docentes das áreas geral e específica e técnicos administrativos envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados pela unidade do Campus Paraíso do Tocantins/IFTO. Conforme lista consultada na Coordenação de Ensino Médio Integrado, atualmente a equipe que possui ligação aos referidos cursos técnicos integrados é constituída por 3 (três) gestores (Diretor-Geral, Gerente de Ensino e Coordenador de Curso), 5 (cinco) técnicos administrativos (um Assistente Social, um Psicólogo, um Pedagogo e dois Assistentes de Aluno) e 45 (quarenta e cinco) docentes das áreas geral e específica, dos quais serão pesquisados...O questionário será aplicado aos gestores, docentes e técnicos administrativos relacionados aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, de maneira individual, e operacionalizado pelo google forms (formulário on-line), com a finalidade de verificar a percepção e o envolvimento que possuem referente a esse processo de construção curricular, visando compreender como eles identificam as características integradoras na matriz curricular dos cursos, averiguar se a prática pedagógica coincide com a perspectiva interdisciplinar, estabelecidas ou não pelo Plano Pedagógico dos Cursos e, por fim, investigar o papel da gestão frente ao desafio da efetivação de um currículo integrado.

Será enviado e-mail com o detalhamento da pesquisa aos participantes para o recrutamento e disponibilização do link para acesso ao questionário. Ao clicar no link, o participante será direcionado a página do Google Forms contendo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Após a leitura das informações contidas no TCLE e antes de responder ao questionário, o

Endereço: Rua 88, n°280  
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

participante deverá assinalar a opção "aceito participar", o qual corresponderá à assinatura do TCLE, que também poderá ser impresso, caso deseje. Dessa forma, estará declarando consentimento e compreensão dos objetivos e forma de realização da pesquisa, bem como com os benefícios envolvidos... Ainda em relação aos questionários, será solicitada uma autorização aos sujeitos, através do google forms (formulário on-line), plataforma no qual o questionário será realizado. Será informado a eles também, que eles não serão identificados. Na transcrição dos dados dos questionários, serão atribuídos códigos relativos à área de atuação do sujeito.

Parecer: Atende a legislação.

#### 4- Avaliação do processo de obtenção do TCLE:

Relata-se: "O convite para participação da pesquisa será enviado por e-mail, no qual conterá o link que o direcionará para o google forms (formulário on-line) que conterá o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE com informações acerca dos objetivos, justificativa e procedimentos da pesquisa. Somente após a leitura das informações contidas no TCLE e após concordar participar da pesquisa clicando na opção "aceito participar", o participante conseguirá prosseguir no questionário e respondê-lo. Entretanto, para que a liberdade de participação seja garantida o participante terá a opção de aceitar ou não prosseguir nas respostas ao questionário, visto que somente iniciará a respondê-lo após clicar na opção "aceito participar".

Parecer: Atende a legislação

#### 5- Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa:

Relata-se: "Vale ressaltar que a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que possam identificá-lo, estão garantidos, especialmente, referente a privacidade, sigilo e confidencialidade e o modo de efetivação, uma vez que o pesquisador não possui meios e ferramentas para identificar as pessoas que responderam à pesquisa e por se tratar de um questionário de caráter anônimo, minimizando possíveis desconfortos, constrangimento ou alterações de comportamento e de autoestima. Reitera-se que não é possível a identificação dos respondentes, pelo pesquisador, dentro da amostra de 53 indivíduos, sem possibilidade de divulgação de qualquer dado confidencial. Referente ao cansaço ou aborrecimento devido o tempo dedicado à realização da atividade, evidenciamos que como o link do google forms (formulário on-line) será enviado por e-mail, o participante terá condições de administrar o próprio tempo

Endereço: Rua 88, n°280  
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

conforme sua disponibilidade e poderá inclusive iniciar, adiar e reiniciar a qualquer tempo as respostas ao questionário. Ainda assim, com as garantias acima asseguradas, certificamos que caso haja confirmação de algum risco ou dano aos participantes relacionado à pesquisa, a qualquer tempo da pesquisa, o estudo será interrompido imediatamente.

Parecer: Atende a legislação

**6- Critérios de Inclusão e Exclusão:**

Relata-se: "Foram incluídos no presente estudo os grupos que apresentavam as seguintes características: para o público de docentes, aqueles que ministravam aulas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins - IFTO. Considera-se, portanto, 45 (quarenta e cinco) docentes das áreas geral e específica. Para a equipe gestora, serão pesquisados aqueles que atuam direta ou indiretamente aos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Paraíso do Tocantins do IFTO, tais como direção geral, gerência de ensino, coordenadores de cursos. Tem-se, assim, 3 (três) gestores (Diretor-Geral, Gerente de Ensino e Coordenador de Curso). Em relação aos técnicos administrativos em educação, serão considerados todos os envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos, para verificar o envolvimento nos processos de construção dos documentos institucionais, no qual são considerados 05 técnicos administrativos (um Assistente Social, um Psicólogo, um Pedagogo e dois Assistentes de Aluno). Não serão considerados docentes e equipe gestora – coordenadores de cursos - que não possuem vínculo com os cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins.

Parecer: Atende a legislação

**7- Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa:**

Relata-se: "Os critérios de encerramento ou suspensão da pesquisa são por motivos de caráter particular e/ou institucional que justifiquem a interrupção da pesquisa, podendo ou não ser retomada posteriormente, a depender da situação."

Parecer: Atende a legislação

**8- Resultados do Estudo:**

Relata-se: "Garantimos que os resultados do estudo serão divulgados aos participantes da

Endereço: Rua 88, n°280	CEP: 74.085-010
Bairro: Setor Sul	
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600
	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.”

**9- Divulgação dos Resultados:**

Relata-se: “Nos comprometemos a encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos autores.”

**10- Cronograma:** informação da duração total e das diferentes etapas da pesquisa incluindo o envio em tempo hábil ao CEP conforme N.O. 001/2013-CNS:

Parecer: Atende a legislação

**11- Orçamento:** Detalhamento dos recursos, fontes e destinação, conforme N. O. 001/2013 – CNS.

Parecer: Atende a legislação

**12- Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa.**

Parecer: Atende a legislação

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

1- Folha de rosto:

2- TCLE:

a) justificativa, objetivos e os procedimentos metodológicos;

Parecer: atende a legislação

b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação e apresentação das providências para se reduzir seus efeitos, além dos benefícios esperados;

Parecer: Parecer: atende a legislação

c) esclarecimento sob a forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa;

d) garantia de liberdade de recusa de participação e/ou retirada da pesquisa sem penalizações;

e) garantia de sigilo e privacidade;

f) garantia do recebimento do TCLE (vias e não cópias);

Relata-se: Será enviado e-mail com o detalhamento da pesquisa aos participantes para o recrutamento e disponibilização do link para acesso ao questionário. Ao clicar no link, o

**Endereço:** Rua 88, n°280  
**Bairro:** Setor Sul **CEP:** 74.085-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

participante será direcionado a página do Google Forms contendo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Após a leitura das informações contidas no TCLE e antes de responder ao questionário, o participante deverá assinalar a opção “aceito participar”, o qual corresponderá à assinatura do TCLE, que também poderá ser impresso, caso deseje. Dessa forma, estará declarando consentimento e compreensão dos objetivos e forma de realização da pesquisa, bem como com os benefícios envolvidos.

Parecer: atende a legislação

- g) explicitação da garantia do ressarcimento;
- h) garantia de indenização diante de danos eventuais;
- i) dados de contato do pesquisador e do CEP.

3- Termo de Compromisso:

Parecer: Atende a legislação

4- Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes:

Verificar se foi devidamente assinado por todos os responsáveis pelas instituições coparticipantes.

Parecer: Atende a legislação

5- O projeto detalhado:

Parecer: Atende a legislação.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado Pesquisador, o CEP IF Goiano aprova seu projeto. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na plataforma. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua 88, n°280  
Bairro: Setor Sul CEP: 74.065-010  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 2.799.199

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1145279.pdf	19/07/2018 13:11:41		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_ajustado.pdf	19/07/2018 12:49:05	NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_ajustado.docx	19/07/2018 12:48:31	NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ajustado.doc	19/07/2018 12:48:06	NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Anuencia.pdf	21/08/2018 16:30:40	NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES	Aceito
Outros	Curriculo_Lattespesquisadora.pdf	21/08/2018 16:27:08	NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	21/08/2018 16:23:54	NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso.pdf	21/08/2018 16:14:16	NATALIA BORBA DE MORAES MARQUES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

GOIANIA, 03 de Agosto de 2018

---

**Assinado por:**  
**Roberto Takashi Sanda**  
**(Coordenador)**

Endereço: Rua 88, nº280  
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

## ANEXO 2 – Portaria da Comissão designada para o Seminário

3/28/2018

SEMIFTO-0524746 - Portaria



Boletim de Serviço Eletrônico em 22/03/2019

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins  
Reitoria

### PORTARIA Nº 365/2019/REI/IFTO, DE 22 DE MARÇO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeado pelo Decreto Presidencial de 3 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2018, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão Organizadora Geral responsável por viabilizar a execução do Seminário do Currículo Integrado, que acontecerá no Campus Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme segue:

Comissão Organizadora Geral			
Nome	Matrícula SIAPE	Unidade	Função
Netália Borba de Moraes Marques	2134364	Campus Paraíso do Tocantins	Presidenta
Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira	1105448	Campus Ipameri / IFGoiano	Coordenadora-Geral
Jenafina Miranda Muredás Amorim	1672511	Reitoria	Coordenadora Adjunta
Márcia Sepúlveda do Vale	3894869	Campus Paraíso do Tocantins	Coordenadora Adjunta
Stafan de Oliveira Rosa	1738779	Reitoria	Coordenador Adjunto
Adma Suelen Sousa dos Santos Veras	1615753	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Aricésio Tavares dos Santos	2073531	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Bruno Almeida Ribello	1892841	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Carlos Henrique Souza dos Santos	2016106063033-4	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Clodes Santos Filho	2135222	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Dalton Oliveira Mota	2962921	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Elkeriane Martins de Araújo	1584011	Campus Paraíso do Tocantins	Membro Relator
Fabrizio Barbosa da Costa	3001699	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Gustavo Rodrigues Barbosa	2018106063041-0	Campus Paraíso do Tocantins	Membro
Hérica de Oliveira Aguiar	2267177	Reitoria	Membro
Hosana Maria Ribello Reis	1645552	Campus Paraíso do Tocantins	Membro

[https://sei.ifto.edu.br/sei/controlador.php?acao=exibir\\_documento&print\\_web&sess\\_origem=envio\\_visualizar&id\\_documento=700812&int\\_sistem...](https://sei.ifto.edu.br/sei/controlador.php?acao=exibir_documento&print_web&sess_origem=envio_visualizar&id_documento=700812&int_sistem...) 1/2

Jair José Maldaner	2371590	Campus Palmas	Membro
Liliane Garcia da Silva	1670501	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Márcia Adriana de Faria Ribeiro	2811356	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Maria Goretti Pereira Nogueira	1584040	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Maria Lucia Adriana Silva Gomes	1101593	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Marilce Vera Wolff Barros	2267098	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Mayana Alencar Matos	2092534	Reitoria	Membro
Ricardo Sousa Pimentel	2306214	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Roberto Lima Sales	1481695	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Ustana Ferras Soares	1818490	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Wenderson Rios Gonçalves	2017106063002-1	Campus Paraiso do Tocantins	Membro
Raquel Bezerra Barros Milhomen	1818621	Reitoria	Membro Relator
Wilson Barbosa Alves	1899704	Reitoria	Membro Relator

Art. 2º O prazo de execução dos trabalhos da comissão abrangerá o período de 1º de março a 30 de abril de 2019.

Art. 3º Encaminhe-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

ANTONIO DA LUZ JÚNIOR  
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



Documento assinado eletronicamente por Antonio da Luz Júnior, Reitor, em 22/03/2019, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0624748 e o código CRC A79C83DC.

Avenida Joaquim Teófilo Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lota 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200  
[portal.iftto.edu.br](http://portal.iftto.edu.br) — [reitoria@iftto.edu.br](mailto:reitoria@iftto.edu.br)

## ANEXO 3 – Ofício de solicitação de Intérprete de Libras



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins  
Campus Paraíso do Tocantins  
Direção-geral

OFÍCIO Nº 57/2019/PSQ/REI/IFTO

Paraíso do Tocantins, 03 de abril de 2019.

À Vossa Senhoria o Senhor  
Edilson Leite de Sousa  
Diretor-geral  
Campus Porto Nacional  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins  
Avenida Tocantins, A.I. - Loteamento Mãe Dedé  
77500-000 Porto Nacional - TO

Assunto: Solicitação de Intérprete de Libras para o Seminário do Currículo Integrado.

Senhor Diretor,

1. Conforme orientação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - IFTO (0632583), diante do pedido de um profissional Intérprete de Libras (0630645), tendo em vista a importância do evento Seminário do Currículo Integrado, que será realizado no Campus Paraíso do Tocantins, temos a intenção de transmiti-lo aos demais Campi do IFTO. Nesse sentido, seria de suma importância a presença do Intérprete de Libras, para possibilitar todas as interações.
2. Dessa forma, vimos a Vossa Senhoria solicitar a presença da senhora Thalylta Tebessa Silva, matrícula Sape 2311216, para atuar nos dias 11 e 12 de Abril de 2019 no evento supracitado.
3. Sem mais, colocamo-nos a disposição e enviamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

FLÁVIO ELIZÁRIO DE SOUZA  
Diretor-geral



Documento assinado eletronicamente por Flávio Elizário de Souza, Diretor-geral, em 03/04/2019, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?)

## APÊNDICE 1 – Questionário

05/05/2019

A organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: a busca por um currículo integrado.

### A organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: a busca por um currículo integrado.

**\*Obrigatório**

1. \*

A presente pesquisa é motivada pela dificuldade de efetivação de práticas integradoras e interdisciplinares nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que foram legalmente estabelecidos para formar cidadãos completos, tanto para a vida em sociedade, como para compreender os fundamentos técnico-científicos das diversas técnicas, tornando-as capazes de relacioná-las às diversas áreas do conhecimento, assim como à realidade social na qual encontra-se inserido. Ela se justifica pela necessidade de efetivação de um currículo integrado que possibilite tais práticas, visando uma aprendizagem significativa, polissêmica, unitária e omniáxial. Os critérios de encaminhamento ou suspensão da pesquisa são por motivos de caráter particular e/ou institucional que justifiquem e interrompa a pesquisa, podendo ou não ser retomada posteriormente, a depender da situação. Ressaltamos que os benefícios oriundos de sua participação nesse estudo são a contribuição para a coleta de informações, possibilitando discussões acerca do currículo integrado e reflexões que poderão promover o desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos técnicos integrados ao ensino médio e a efetivação de práticas pedagógicas interdisciplinares. A participação para responder o questionário será voluntária e os sujeitos que aceitarem participar do estudo deverão assinar, eletronicamente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Por se tratar de um formulário eletrônico, declara-se estar de acordo em participar da pesquisa, a partir do momento em que clicar na opção "aceito participar", no qual se caracteriza como uma assinatura eletrônica, não identificável e registrada no momento usado.

*Marcar apenas uma opção.*

- Aceito participar. *Ir para a pergunta 2.*
- Não aceito participar. *Para de preencher este formulário.*

### Perfil do respondente

2. Nome: (opcional)

\_\_\_\_\_

3. Cargo no Campus Paralelo do Tocantins - IFTO \*

*Marcar apenas uma opção.*

- Docente.
- Docente com cargo administrativo/gestor com disciplinas.
- Docente com cargo administrativo/gestor sem disciplinas.
- Outros.

4. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

\_\_\_\_\_

**5. Formação acadêmica: \****Marque todas que se aplicam.*

- Graduação – Licenciatura.
- Graduação – Bacharelado.
- Pós-Graduação – Especialização.
- Pós-Graduação – Mestrado.
- Pós-Graduação – Doutorado.
- Pós-Graduação – Pós-Doutorado.

**6. Tempo de magistério: \****(Anos)*

---

**7. Tempo de magistério no IFTO: \****(Anos)*

---

**8. Área(s) de atuação docente (marcar todas que se aplicam): \****Marque todas que se aplicam.*

- Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Cursos Superiores.
- Bombardeio nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

**9. Atuação profissional na instituição (marcar todas que se aplicam): \****Marque todas que se aplicam.*

- Disciplinas de formação geral (ensino médio).
- Disciplinas de formação profissional (ensino técnico).
- Disciplinas da parte diversificada.
- Outros.

**10. Caso tenha respondido outros, favor especificar:**

---

*Ir para a pergunta 11.***Conhecimentos e Participação no Curso****11. Conhecimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) Técnicos Integrados ao Ensino Médio: \****Marcar apenas uma opção.*

- Sim, conheço.
- Não, desconheço.
- Outros.

**12. Caso tenha respondido outros, favor especificar:**

---

**13. Participação na construção do Projeto de Criação e/ou Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim, participei.
- Não, não participei.
- Parcialmente.
- Outros.

**14. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

---

**15. Participação em reuniões/atividades relacionadas aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim, participei de todas (ou quase todas) atividades relacionadas aos cursos.
- Não participei, por motivos diversos.
- Participo de algumas, sempre que posso.
- Outros.

**16. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

---

**17. Participação na elaboração da ementa das disciplinas no Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim, participei.
- Não, não participei.
- Parcialmente.
- Outros.

**18. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

---

**Concepção do Ensino Médio Integrado**

**18. Como considera o seu nível de conhecimento da proposta do Ensino Médio Integrado? \***

No ano de 2007, a SETEC/MEC publicou o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Este documento traz um panorama da educação profissional e do ensino médio, a intenção de uma política educacional na perspectiva integrada entre essas etapas de ensino, além das concepções e princípios dessa proposta.  
*Marcar apenas uma oval.*

- Conheço profundamente.
- Conheço parcialmente.
- Conheço minimamente.
- Desconheço.
- Outros.

**20. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

\_\_\_\_\_

**21. Você consegue perceber nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de sua instituição a presença dos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia? \***

O livro *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições* (2005), organizado pelos autores Marles Ramos, Maria Cláudia e Gaudêncio Frigotto, é uma das obras que deu consistência ao Documento Base (MEC, 2007). Nesse livro, os autores organizam um projeto formativo que integra formação profissional com formação geral no ensino médio. Em um dos artigos, Frigotto (2005, p.75) defende que: "O ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas da vida. (...)".  
*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, eles estão presentes no curso.
- Não, o curso ignora estes eixos em sua concepção.
- Parcialmente, pois percebe-se alguns desses eixos presentes no curso.
- Minimamente percebe-se a presença desses eixos no curso.
- Desconheço.
- Outros.

**22. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

\_\_\_\_\_

**23. Com relação à educação politécnica, esta encontra-se presente na proposta dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio? \***

Segundo o Documento Base (2007, p.23), entre 2003 e 2004, retomou-se a discussão sobre a educação politécnica, compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e voltada para "o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno", sem voltar-se para uma formação profissional estrito sensu, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos específicos.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, a educação politécnica é contemplada na proposta dos cursos.
- Não, a educação politécnica não está presente na proposta dos cursos.
- Parcialmente, a educação politécnica encontra-se presente na proposta dos cursos.
- Minimamente, a educação politécnica encontra-se presente na proposta dos cursos.
- Desconheço.
- Outros.

**24. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

---

**25. A seguir estão listados os pressupostos da formação integrada para o Ensino Médio Integrado propostos por Clavetta (2005), também citados no Documento Base (2007, p.41). Em sua opinião, qual(is) deste(s) está(ão) presente(s) nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de sua instituição? \***

De acordo com Maria Clavetta (2005, p.84), "a formação integrada entre o ensino geral e a educação profissional exige que se busquem os eixos do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias de educação propedéuticas que treinam para o vestibular. Ambas são práticas operacionais e mecânicas, e não de formação humana no seu sentido pleno".

*Marque todas que se aplicam.*

- Existência de um projeto de sociedade – superação do dualismo de classes.
- Manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional – legislação permanente, garantia argumentativa e continuidade.
- Adesão de gestores e professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica.
- Articulação da instituição com os alunos e os familiares – processo de diálogo sobre as próprias expectativas e sua possível realização.
- Experiência de democracia participativa – ação coletiva – busca por professores abertos à inovação, disciplinas e temas mais adequados à integração.
- Resgate da escola como lugar de memória – preservação da história da instituição, construção de projetos autônomos de educação pensados pelos atores da escola.
- Garantia de investimento na educação – bons serviços sociais para a oferta pública e gratuita.
- Nenhuma das alternativas anteriores.
- Desconheço.

26. A partir da descrição abaixo, escolha uma das alternativas de acordo com sua compreensão do trabalho como princípio educativo, presente nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de sua instituição: \*

Um dos princípios do Ensino Médio Integrado é o Trabalho como princípio educativo (2007, p. 46). De acordo com Frigotto (2006, p. 80), não se trata, somente, de uma "técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político". O autor refere-se ao sentido duplo, ontológico e histórico, que o trabalho deve ter neste projeto unitário de ensino médio. O primeiro, como prática humana, diz respeito à forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza; no segundo sentido, como prática produtiva, é a forma específica da produção da sociedade humana sob o capitalismo.

Marcar apenas uma oval.

- Prática humana.
- Prática produtiva.
- Ambos, prática humana e produtiva.
- Nenhuma das alternativas anteriores.
- Desconheço.
- Outros.

27. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

28. Com relação à formação continuada sobre o Ensino Médio Integrado: há formação pedagógica na instituição que oportunize espaço(s) de estudo/discussão/palestra sobre a concepção de Ensino Médio Integrado? \*

Segundo o Documento Base (2007, p.33), "A formação continuada para professores, gestores e técnicos tem um papel estratégico na consolidação dessa política".

Marcar apenas uma oval.

- Sim, frequentemente.
- Sim, eventualmente.
- Raramente.
- Não ocorrem.
- Outros.

29. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

30. No seu ponto de vista, qual(ais) alternativa(s) está(ão) de acordo com o desenvolvimento de um currículo integrado na organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de sua instituição? (Marque todas que se aplicam) \*

Marcelo Ramos (2005, p.22) apresenta uma proposta curricular na perspectiva da formação integrada, com as possibilidades e desafios na sua elaboração. Assim sendo, "Um projeto de ensino médio integrado ao ensino técnico tendo como eixos o Trabalho, Ciência e a Cultura, deve buscar superar o histórico conflito acadêmico entre o papel da escola, de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo (...)".  
Marque todas que se aplicam.

- A proposta do curso leva em conta o currículo integrado.
- Há mais possibilidades de desenvolver o currículo integrado.
- Há mais limitações de desenvolver o currículo integrado.
- Há possibilidades e limitações de desenvolver o currículo integrado.
- Desconheço.
- Outros.

31. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

## Concepção Curricular

32. Sobre a organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, como ocorre a distribuição da carga horária da matriz curricular? \*

Sacristan (2000, p. 15) coloca que o "currículo relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é através dele que lhe dota de conteúdo, missão que se expressa por meio de usos quase universais em todos os sistemas educativos (...)".

Marcar apenas uma oval.

- Distribuída uniformemente por áreas de conhecimento.
- Distribuída com maior carga horária para as disciplinas profissionalizantes.
- Distribuída com maior carga horária para as disciplinas do ensino médio.
- Distribuída em conformidade com as cargas horárias mínimas para o ensino médio e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Distribuída a formação geral em consonância com a parte profissionalizante.
- Nenhuma das alternativas anteriores.
- Desconheço.
- Outros.

33. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

34. Quanto à duração do curso, o tempo de integralização é: \*

Marcar apenas uma oval.

- Suficiente.
- Insuficiente.
- Indiferente.
- Outros.

35. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

36. Quanto à carga horária total do curso, ela é: \*

Marcar apenas uma oval.

- Suficiente.
- Insuficiente.
- Demasiada.
- Outros.

37. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

38. O que é levado em consideração na elaboração de seu plano de ensino? \*

Segundo Santomé (1988, p.66), "uma disciplina é uma maneira de organizar e delimitar um território de trabalho, de concentrar a pesquisa e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão(...)".

Marcar apenas uma oval.

- Somente o conhecimento específico da disciplina.
- O conhecimento específico da disciplina voltado para a formação profissional.
- O conhecimento específico de disciplina voltado para a formação geral do estudante.
- O conhecimento específico de disciplina articulado com as áreas de conhecimento (linguagem, matemática, ciências da natureza, ciências humanas).
- Os conteúdos em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais.
- O conhecimento específico de disciplina voltado para a formação integral do estudante.
- Outros.

39. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

40. A instituição oportuniza espaço para encontros de socialização/planejamento/discussões entre gestores, docentes e técnicos administrativos envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Campus Paraisópolis de Teófilina/FTD? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.
- Outros.

41. Caso tenha respondido outros, favor especificar.

---

## 42. Caso a resposta acima seja afirmativa, De que forma?

*Marcar apenas uma oval.*

- Entre professores da mesma disciplina.
- Entre professores da mesma área de conhecimento.
- Em reuniões (curso, formação, pedagógica, etc.).
- Há inúmeros momentos que oportunizam espaços para a integração de planejamentos.
- Desconheço.
- Outras.

## 43. Caso tenha respondido outras, favor especificar.

\_\_\_\_\_

## Integração Curricular

## 44. Levando em conta a organização do conhecimento escolar dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, responda: qual das alternativas abaixo aproxima-se da proposta curricular dos cursos ofertados pela sua instituição? \*

De acordo com Maria Mello e Edil Pavesi (2009), "a preocupação com a integração faz parte dos princípios da organização curricular proposta por teorias produzidas em diferentes épocas, teve sua defesa apoiada em argumentos distintos e finalidades diversas.

*Marcar apenas uma oval.*

- Visam à articulação de diferentes saberes disciplinares, para o desenvolvimento de habilidades e comportamentos e à aquisição de certas tecnologias, conforme as competências esperadas.
- O processo de ensino deve transmitir aos alunos a lógica do conhecimento de referência, seus conceitos e princípios, pensando a partir das possibilidades de integração de conceitos, estruturas, formas e domínios do conhecimento de referência.
- A base de organização do conhecimento escolar não viria de princípios lógicos, mas de princípios psicológicos centrados no entendimento do educando, pensando a partir de princípios derivados das experiências e interesses dos alunos.
- O conhecimento desenvolve-se conforme é aplicado, instrumentalmente, para explorar os centros organizadores. Os centros organizadores são os problemas significativos ou temas que ligam o currículo escolar com o mundo em geral.
- Nenhuma das alternativas anteriores.
- Desconheço
- Outras.

## 45. Caso tenha respondido outras, favor especificar.

\_\_\_\_\_

**46. Com relação à organização curricular (matriz curricular, metodologia, práticas profissionais, estágio profissional) dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, você considera que: \***

Segundo Juarez Thiesen (2013) "uma estratégia educativa, uma perspectiva metodológica, uma atitude ou postura unificadora frente aos desafios da fragmentação, a nosso ver, são possibilidades que aproximam integração da interdisciplinaridade, ainda que se mantenham suas especificidades em termos conceituais." Ou seja, integração curricular é um dos movimentos para alcançar o sentido mais amplo da interdisciplinaridade, como ato de aprendizagem em todas as práticas curriculares".

*Marcar apenas uma oval.*

- Favorece a interdisciplinaridade.
- Desfavorece a interdisciplinaridade.
- É indiferente, quem faz a integração são os docentes.
- É indiferente, a matriz organiza, mas a integração é realizada de acordo com a similaridade de conteúdos em cada disciplina.
- É indiferente, a matriz só organiza, a integração é realizada colaborativamente entre professores e alunos.
- Desconheço.
- Outros.

**47. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

\_\_\_\_\_

**48. O planejamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paraisópolis do Tocantins/IFTO contemplam atividades conjuntas entre docentes? \***

Santomé (1988, p. 223) sugere a construção de um projeto curricular integrado pela elaboração de unidades didáticas. Segundo o autor, "uma unidade didática integrada é uma proposta de trabalho da qual participam um determinado número de áreas de conhecimento ou disciplinas, destinada a cobrir um período temporal relativamente curto".

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, sempre.
- Quase sempre.
- Sim, em conjunto com docentes da mesma disciplina.
- Algumas vezes.
- Acontecem as atividades com outras disciplinas sem prevaleto no plano de ensino.
- Não, em nenhum momento.
- Desconheço
- Outros.

**49. Caso tenha respondido outros, favor especificar.**

\_\_\_\_\_

50. Dentro de níveis de interdisciplinaridade abertos, formulados por Erich Jantech (apud Santomé, 1986), no seu entendimento, qual encontra-se mais presente nos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio de sua instituição? \*

Segundo Santomé (1986, p.68), "conforme o grau de integração das diferentes disciplinas reagrupadas em um determinado momento, podemos estabelecer diferentes níveis de interdisciplinaridade".

Mencione apenas uma oval.

- Há justaposição de disciplinas diferentes, observadas de maneira simultânea, com a intenção de esclarecer alguns dos seus elementos comuns. Por exemplo, o agrupamento das disciplinas de história, física e pintura, porém sem estabelecer claramente os nexos de interligação entre elas.
- Justaposição de disciplinas mais ou menos próximas, dentro de um mesmo setor de conhecimento. Por exemplo, física e química, biologia e matemática, sociologia e história.
- A possibilidade de comunicação está desequilibrada, pois uma das disciplinas tem domínio sobre as outras. Por exemplo, quando o uso de métodos de pesquisa próprios de uma matéria é transferido mecanicamente para outras.
- Estabelece uma interação entre duas ou mais disciplinas, o que resultará em intercomunicação e enriquecimento recíproco. Entre as diferentes matérias, existe um equilíbrio de forças nas relações estabelecidas.
- Desaparecem os limites entre as diversas disciplinas e se constitui um sistema total que ultrapassa o plano das relações e interações entre tais disciplinas.
- Nenhuma das anteriores acima.
- Outras.

51. Caso tenha respondido outras, favor especificar.

52. Quais conjuntos de disciplinas do curso você considera que contribui para a integração curricular na proposta do ensino médio integrado? \*

Marisa Ramos (2005, p.122) afirma que "é importante refletir que a sobreposição de disciplinas consideradas de formação geral e de formação específica ao longo de um curso não é o mesmo que integração[...]".

Mencione apenas uma oval.

- Todas as disciplinas de educação básica (médio e técnico).
- Disciplinas do ensino médio - área: linguagens.
- Disciplinas do ensino médio - área: matemática.
- Disciplinas do ensino médio - área: ciências da natureza.
- Disciplinas do ensino médio - área: ciências humanas.
- Disciplinas de parte diversificada.
- Todas as disciplinas específicas da formação técnica.
- Todas as disciplinas de formação geral.
- Nenhuma disciplina.
- Outras.

53. Caso tenha respondido outras, favor especificar.

## APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada **“A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO: a busca por um currículo integrado”**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, deverá clicar na opção “aceito participar”, no qual o documento poderá ser impresso, sendo de guarda e confidencialidade do Pesquisador(a) responsável e a outra via ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o (a) pesquisador (a) responsável Natália Borba de Moraes Marques através do telefone: (63) 98401-5440 ou através do e-mail profnataliaborba@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, n.º310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo email: cep@ifgoiano.edu.br.

### 1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa é motivada pela dificuldade de efetivação de práticas verdadeiramente integradoras e interdisciplinares nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que foram legalmente estabelecidos para formar cidadãos completos, tanto para a vida em sociedade, como para compreender os fundamentos técnicos-científicos das diversas técnicas, tornando-se capazes de relacioná-las às diversas áreas do conhecimento, assim como à realidade social na qual encontra-se inserido. Ela se justifica pela necessidade de efetivação de um currículo integrador que possibilite tais práticas, visando uma aprendizagem significativa, politécnica, unitária e omnilateral.

O Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio é estabelecido como forma de preparar o indivíduo não somente para o trabalho, mas também para proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtiva das sociedades modernas e habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões. Nesse sentido, essa pesquisa abordará conceitos relacionados à concepção curricular e às práticas educacionais integradoras, com o objetivo de analisar a organização curricular dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, a fim de identificar características interdisciplinares entre os elementos curriculares estabelecidos pelo Projeto Pedagógico de Curso – PPC, verificar se há a participação docente na construção e discussão desses documentos, assim como averiguar se a perspectiva integradora é realidade nas práticas docentes, com vista a superar a dualidade da estrutura educacional brasileira, em que se tem uma educação voltada para o trabalho manual e uma educação que qualifica para o trabalho intelectual.

Para a coleta de dados, além de compreendermos o processo de construção do currículo integrado para a Educação Profissional e Tecnológica, será realizada análise documental dos planos pedagógicos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, buscando identificar as características integradoras nas matrizes curriculares. Além disso, será aplicado um questionário aos docentes envolvidos aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, de maneira individual, operacionalizado pelo *google forms* (formulário on-line), com a finalidade de verificar as características interdisciplinares em suas práticas e a percepção e o envolvimento que possuem referente a esse processo de construção curricular, visando compreender também

como eles identificam as características integradoras na matriz curricular dos cursos, estabelecidas ou não pelo Projeto Pedagógico dos Cursos.

Será enviado e-mail com o detalhamento da pesquisa aos participantes para o recrutamento e disponibilização do link para acesso ao questionário. Ao clicar no link, o participante será direcionado a página do *Google Forms* contendo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Após a leitura das informações contidas no TCLE e antes de responder ao questionário, o participante deverá assinalar a opção “aceito participar”, o qual corresponderá à assinatura do TCLE, que também poderá ser impresso, caso deseje. Dessa forma, estará declarando consentimento e compreensão dos objetivos e forma de realização da pesquisa, bem como com os benefícios envolvidos.

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE é o documento que esclarece informações referentes à pesquisa que se pretende realizar, permitindo ao participante decidir, sem constrangimento, sobre sua participação. Trata-se de um instrumento pelo qual o pesquisador convida o participante a realizar a pesquisa. O objetivo do TCLE, segundo Guilhem e Diniz (2008, p 49), é informar e proteger o participante, assim como expressar outros princípios éticos, tais como a promessa de sigilo e as regras de privacidade ou confidencialidade dos dados. Destarte, ressalta-se que o participante, ao assinalar a opção “aceito participar” antes de seguir para o questionário, estará manifestando concordância e parecer favorável à realização da pesquisa. As respostas obtidas serão tabuladas e analisadas posteriormente.

## **2. Desconfortos, riscos e benefícios**

Dentre os riscos e desconfortos que podem acontecer aos participantes da pesquisa ao responder o questionário estão o cansaço ou aborrecimento devido o tempo dedicado à realização da atividade, constrangimento ou alterações de comportamento, alterações na autoestima provocadas pela reflexão sobre teorias e ideologias evocadas à memória. Assim, para minimizar os desconfortos, evidenciamos que as identidades dos participantes serão sigilosas, e que a confidencialidade das informações será resguardada. Contudo, caso haja confirmação de algum risco ou dano aos participantes, relacionado à pesquisa, o estudo será interrompido imediatamente.

Os critérios de encerramento ou suspensão da pesquisa são por motivos de caráter particular e/ou institucional que justifiquem a interrupção da pesquisa, podendo ou não ser retomada posteriormente, a depender da situação.

Vale ressaltar que, mesmo depois de o sujeito consentir sua participação, ele poderá, caso deseje, em qualquer etapa da pesquisa, desistir de continuar participando, tendo o direito e liberdade de retirar seu consentimento.

A participação para responder o questionário será voluntária e os sujeitos que aceitarem participar do estudo deverão assinar, eletronicamente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constituído pela justificativa, objetivos e procedimentos da pesquisa, especificação dos desconfortos, riscos e benefícios, as formas de acompanhamento e assistência, as garantias de recusa, esclarecimentos para eventuais dúvidas, liberdade de recusa, e por fim, os custos da participação, ressarcimentos, e indenizações por eventuais danos.

Os benefícios oriundos de sua participação nesse estudo será a contribuição para a coleta de informações, possibilitando discussões acerca do currículo integrado e reflexões que poderão promover o desenvolvimento de planos pedagógicos de cursos técnicos integrados ao ensino médio e a efetivação de práticas pedagógicas interdisciplinares, visando à formação omnilateral do indivíduo, pois entendemos que os resultados obtidos e publicados poderão alterar possíveis estruturas curriculares incoerentes com a perspectiva integradora e interdisciplinar, assim como a implementação de práticas docentes contraditórias com essas concepções.

### **3. Forma de acompanhamento e assistência**

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado ao Ambulatório médico do *Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO.

### **4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo**

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

### **5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos**

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu declaro estar de acordo em participar da pesquisa intitulada “A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO: a busca por um currículo integrado”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

Por se tratar de um formulário eletrônico, declaro estar de acordo em participar da pesquisa, a partir do momento em que clico na opção “aceito participar”, no qual se caracteriza como uma assinatura eletrônica, não identificável e registrada no momento exato para fins de verificação se for o caso.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

## APÊNDICE 3 – Documento das Diretrizes Curriculares Institucionais do IFTO para a integração curricular produzido no Seminário do Currículo Integrado

Temática: Integração Curricular

### *Seção 1 - Da Conceituação*

*Seção contendo definições conceituais extraídas da literatura + conceito criado pelo IFTO sobre a temática. (de 3 a 5 definições + a nossa! As definições deverão conter citação e referência conforme ABNT)*

#### **Conceito 01: currículo integrado**

A organização de um currículo integrado, conforme afirma Ramos (2012, p.116), “desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender”. Essa configuração diversificada de currículo contribuirá para a integração entre as dimensões da ciência, do trabalho, da cultura e da tecnologia para a formação integral dos educandos e segundo Ramos (2008, p. 4) “compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo”.

**Conceito 02: Currículo integrado:** tem como proposição a formação integral do ser humano, em todas as dimensões, centrada na apropriação crítica da ciência e sua relação com o desenvolvimento cultural e o mundo do trabalho. (DIRETRIZES INDUTORAS, 2018, p. 12)

Encaminhamento: adotado conceito 2

### *Seção 2 - Das Diretrizes para a Implementação*

*Seção contendo a indicação de ações que devam e possam ser implementadas para alcançar a efetivação do conceito IFTO sobre a temática.*

*(de 3 a 5 tópicos com verbo no infinitivo)*

#### **Sugestões resumidas a partir das falas apresentadas durante o Seminário:**

1. Construir unidades curriculares a partir das demandas locais; (Ok)
- ~~2. Ofertar ao aluno uma educação contextualizada, de acordo com aquilo que esteja vinculado ao nosso cotidiano;<sup>9</sup>~~
3. Garantir isonomia na distribuição da carga horária das unidades curriculares do currículo integrado; (Ok)
4. Promover capacitação de professores e técnicos sobre as dimensões integradoras do currículo; (Ok)
5. ~~Enxugar o currículo para~~ Evitar o sobreamento (repetição de conteúdos) de componentes curriculares e diminuir a carga horária, (Ok)
- ~~6. Realizar reuniões pedagógicas nos campi com vistas à identificação dos problemas em âmbito local e propiciar a resolução de tais problemas;~~

---

<sup>9</sup> Os textos tachados no Apêndice 3 foram contribuições recebidas dos participantes do Seminário do Currículo Integrado, por meio de arguições e/ou aplicativo padlet, no qual foram discutidas e excluídas, por não serem consideradas pelo público presente como diretrizes para a integração curricular.

7. Elaborar uma concepção do trabalho como princípio educativo no IFTO como princípio para a integração curricular e para a criação de um projeto institucional de integração; (Ok)
- ~~8. Mobilizar todo corpo gestor do IFTO para alinhar às concepções sobre o currículo integrado;~~
9. Apresentar o conceito de currículo integrado aos estudantes e ouvi-los quanto sua concepção e demandas relativas ao tema, por meio de representação estudantil; (Ok)
- ~~10. Integrar reitoria, campus, coordenações dos campus para multiplicar e unificar a concepção de currículo integrado em toda rede.~~
- ~~11. Definir coletivamente as diretrizes para todos os campi, no que concerne aos planos de cursos no mesmo nível e formação;~~

## ***PADLET***

### **Capacitação:**

1. Capacitar professores e técnicos numa dimensão integradora da formação humana;
2. Desenvolver formações continuadas que abordem temáticas sobre a Educação Profissional e Tecnológica;
3. Promover a formação docente para a utilização de laboratório em aulas relacionadas com diversas disciplinas.
4. Desenvolver formações continuadas que abordem temáticas sobre a Educação Profissional e Tecnológica.
5. Capacitar gestores dos Campus para serem articuladores da implantação do currículo integrado.
6. Oportunizar um programa de formação inicial e continuada voltada para a Educação Profissional e Tecnológica para os profissionais que atuam diretamente no âmbito do IFTO.
7. Promover a capacitação dos docentes acerca de metodologias de ensino alternativas com vista a adaptar-se ao panorama moderno de aquisição de conhecimentos;
8. Promover formação continuada dos atores na temática do trabalho integrado.
9. Reconhecer, premiar/pontuar e propagar práticas que promovam a interação e a interatividade de um modo geral, como forma de incentivo.

### **Reuniões/Discussões:**

1. Promover a participação de diversos servidores na elaboração dos projetos pedagógicos de curso, de diferentes campos de atuação;
2. Envolver os estudantes na construção do currículo integrado;
3. Promover encontros entre Coordenadores de Cursos, para em torno da discussão de Integração das diversas modalidades de ensino ofertadas pelo IFTO.
4. Oportunizar a discussão da temática Currículo integrado para todos os servidores dos Campi
5. Promover a participação de diversos servidores na elaboração dos projetos pedagógicos de curso, de diferentes campos de atuação;
6. Definir quais são as dimensões da formação integral que o IFTO deve trabalhar;
7. Realizar pedagógicas nos campi com vistas à identificação dos problemas em âmbito local e propiciar a resolução de tais problemas;
8. Criar GTs para discussões das temáticas;

### **Carga Horária/Tempo escolar:**

1. Distribuir de forma igualitária carga horária para docentes para melhor contribuição na construção do currículo integrado
2. Enxugar o currículo para evitar o sobreamento de componentes curriculares e diminuir a carga horária;
3. Garantir isonomia na distribuição da carga horária das unidades curriculares do currículo integrado;
4. Promover equalização entre áreas de conhecimento (isonomia) e disciplinas garantindo igualdade em número de alunos por professor e número de aulas ou carga horário por unidade curricular exterminando a hierarquização no campo do currículo de forma institucional.

### **PPCs/Planejamento:**

1. Garantir/exigir nos PPCs a serem realizadas nos cursos ações práticas para execução dos temas transversais e temas geradores preferencialmente de forma transdisciplinar;
2. Cumprir o que está estabelecido na grande maioria dos PPCs do IFTO no campo metodologia quanto às reuniões de integração curricular;
3. Elaborar PPCs/Cursos Multicampi;
4. Revisitar os protótipos da Unesco para os cursos Técnicos Integrados e sua aplicabilidade em projetos pilotos no âmbito do IFTO.
5. Estimular a arte e a cultura para a emancipação humana dos estudantes;
6. Integrar competências e habilidades nos currículos dos cursos técnicos no âmbito do IFTO (a discutir)
7. Exigir enquanto proposta de integração, garantias de viabilidade e implementação real do que fora apurado nos estudos de demandas, levando em conta que tais estudos não sejam natimortos (Assegurar a implementação do que foi proposto).
8. Propor a não hierarquização das disciplina;
9. Promover uma avaliação dos Cursos que estão em andamento levando em consideração o que está proposto no PPC e o que de fato está sendo realizado ou que foi realizado documentando o que não apareceu (práticas) no PPC (currículo oculto)
10. Oferecer aos alunos currículos adaptados à sua formação profissional e preferência de área de conhecimento.
11. Promover articulação do currículo integrado não somente no ensino médio mas também em um ensino verticalizado com as outras modalidades de ensino.
12. Socializar os planos de ensino em GTs a fim de encontrar pontos de convergência e reorganizar os PPCs;
13. Inserir todos os servidores ( técnicos e docentes) , gestores e discentes na construção do currículo integrado;

### **Estudantes:**

1. Formar os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino com perfil crítico, ético, científico e político.

2. Convidar estudantes para que eles exponham suas percepções de convergência nos cursos em que frequentam.
3. Envolver os estudantes na construção do currículo integrado.
4. Ofertar ao aluno uma educação contextualizada, de acordo com aquilo que esteja vinculado ao nosso cotidiano;
5. Entender a dimensão integral da vida do educando: entendê-lo como alguém que, além de estudante, tem outros papéis no sistema das relações sociais;
6. Institucionalizar programa de recepção e ambientação discente desde a previsão nos PPCs até o que de fato ocorre materializado.

**Espaço escolar:**

1. Promover ações de ensino e aprendizagem em ambientes e externos e alternativos.
2. Diversos:  
Fazer o que está estabelecido na LDB art. 12 para os estabelecimentos de ensino e art. 13 o que cabe aos docentes e na Resolução CNE/CEB n.º 6/2012 criando mecanismos de monitorando e auditoria onde não cumpriu não justificou o porque de não tê-lo feito passa a não receber recursos financeiros ou outra medida (não cumpriu o dever de casa, precisa adequar)

## APÊNDICE 4 – Cartaz de divulgação



# Seminário do Currículo Integrado

**11 a 12 DE ABRIL DE 2019**

**Integração Curricular nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFTO: da teoria à práxis**

Local:  
Campus Paraíso do Tocantins/IFTO

**INSTITUTO FEDERAL Tocantins**

**PROFEPT**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**NELPPE**  
CNPq

---

PROGRAMAÇÃO - 11 de Abril de 2019	PROGRAMAÇÃO - 12 de Abril de 2019
<p><b>MANHÃ</b></p> <p><b>08:00 - CREDENCIAMENTO</b></p> <p><b>08:45 - ABERTURA OFICIAL</b></p> <p><b>09:15 - MOMENTO CULTURAL</b></p> <p><b>09:30 às 11:30 - CONFERÊNCIA</b> "Currículo Integrado: Possibilidades e desafios da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio" Profa. Dra. Marise Nogueira Ramos Mediador: Prof. Me. Stefan de Oliveira Rosa</p> <p><b>11:30 às 12:00 - Rodada de Perguntas</b></p> <p><b>12:00 às 13:30 - Intervalo para almoço</b></p> <p><b>TARDE</b></p> <p><b>13:30 às 14:00 - MOMENTO CULTURAL</b></p> <p><b>14:00 às 15:20 - MESA REDONDA: "Desafios e experiências na implantação de um currículo integrado"</b> Profa. Dra. Simônia Peres da Silva (IF Goiano) Profa. Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira (IF Goiano) Prof. Me. Berto Rodrigo Marinho da Luz (IF Goiano) Prof. Dr. Rodolfo Fiorucci (IFPR) Mediador: Prof. Dr. Jair José Maldaner (IFTO)</p> <p><b>15:20 às 16:00 - Debate</b></p> <p><b>16:00 às 17:00 - Encaminhamentos</b></p>	<p><b>MANHÃ</b></p> <p><b>08:00 às 10:00 - Palestra: "A experiência do currículo por unidades curriculares"</b> Prof. Dr. Rodolfo Fiorucci (IFPR)</p> <p><b>10:30 às 12:00 - Levantamento de práticas exitosas para a integração curricular</b> Mediação: Prof. Me. Stefan de Oliveira Rosa (Direbt/Proen/IFTO) Participantes: Docentes, TAE, Representantes ProFEPT, Comissão de Elaboração das Diretrizes Curriculares Institucionais</p> <p><b>11:00 às 12:00 - Comentário sobre as experiências com Prof. Rodolfo.</b> Perguntas aos expositores ou ao palestrante.</p> <p><b>TARDE</b></p> <p><b>14:00 às 16:00 - Leitura da minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para a integração curricular no âmbito IFTO</b> Mediação: Prof. Me. Stefan de Oliveira Rosa (Direbt/Proen/IFTO) Participantes: Docentes, TAE, Representantes ProFEPT, Comissão de Elaboração das Diretrizes Curriculares Institucionais</p> <p><b>16:00 às 17:00 - Avaliação do Seminário</b> <b>Encaminhamentos</b> <b>Fechamento</b></p>

## APÊNDICE 5 – Folder da programação



**INSTITUTO FEDERAL Tocantins**



**PROFEPT**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**NELPPE**  
CNPq

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Nayara Dias Pajóu Nascimento  
**Pró-reitora de Ensino**

Fábio Elizário de Souza  
**Diretor-Geral**

Stefan de Oliveira Rosa  
**Diretor de Ensino Básico e Técnico**

Janaina Miranda Muradas Amorim  
**Diretora de Gestão Educacional**

Fábio Silveira Vidal  
**Gerente de Ensino**

Marilice Vera Wolff Barros  
**Gerente de administração**

Liliana Garcia da Silva  
**Coordenadora de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Hosana Maria Ribeiro  
**Coordenadora dos Cursos Médios Integrados e Pedagógico**

Natália Borba de Moraes Marques  
**Coordenadora Geral do evento**

**Comissão Organizadora e Executiva**

Adma Suzelen Sousa dos Santos Veras  
Anilésio Tavares dos Santos  
Bruno Almeida Ribeiro  
Carlos Henrique Souza dos Santos  
Cláudia Santos Filho  
Delton Oliveira Mota  
Elikerlyne Martins de Araújo  
Fabrício Barbosa de Costa  
Gustavo Rodrigues Barbosa  
Hérica de Oliveira Aguiar  
Jair José Maldaner  
Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira  
Márcia Adriana de Faria Ribeiro  
Márcia Sepúlveda do Vale  
Maria Goretti Pereira Nogueira  
Maria Lucia Adriana Silva Gomes  
Mayana Alencar Matos  
Ricardo Sousa Pimentel  
Roberto Lima Sales  
Uliana Ferraz Soares  
Wenderson Rios Gonçalves  
Raquel Bezerra Barros Mithomem  
Wilson Barbosa Alves



**Seminário do Currículo Integrado**

**11 e 12 ABRIL de 2019**

**Integração Curricular nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFTO: da teoria à práxis**

SEMINÁRIO DO CURRÍCULO INTEGRADO	SEMINÁRIO DO CURRÍCULO INTEGRADO	ANOTAÇÕES
<p><b>PROGRAMAÇÃO - 11 de Abril de 2019</b></p> <p><b>MANHÃ</b></p> <p><b>08:00 - CREDENCIAMENTO</b> <b>08:45 - ABERTURA OFICIAL</b> <b>09:15 - MOMENTO CULTURAL</b> <b>09:30 às 11:30 - CONFERÊNCIA:</b> "Currículo Integrado: Possibilidades e desafios da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio" <i>Profa. Dra. Marise Nogueira Ramos</i> <i>Mediador: Prof. Me. Stefan de Oliveira Rosa</i></p> <p><b>11:30 às 12:00 - Rodada de Perguntas</b> <b>12:00 às 13:30 - Intervalo para almoço</b></p> <p><b>TARDE</b></p> <p><b>13:30 às 14:00 - MOMENTO CULTURAL</b> <b>14:00 às 15:20 - MESA REDONDA:</b> "Desafios e experiências na implantação de um currículo integrado" <i>Profa. Dra. Simônia Peres da Silva (IF Goiano)</i> <i>Profa. Dra. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira (IF Goiano)</i> <i>Prof. Me. Berto Rodrigo Marinho da Luz (IF Goiano)</i> <i>Prof. Dr. Rodolfo Fiorucci (IFPR)</i> <i>Mediador: Prof. Dr. Jair José Maldaner (IFTO)</i></p> <p><b>15:20 às 16:00 - Debate</b> <b>16:00 às 17:00 - Encaminhamentos.</b></p>	<p><b>PROGRAMAÇÃO - 12 de Abril de 2019</b></p> <p><b>MANHÃ</b></p> <p><b>08:00 às 10:00 - PALESTRA: "A experiência do currículo por unidades curriculares"</b> <i>Prof. Dr. Rodolfo Fiorucci (IFPR)</i></p> <p><b>10:00 às 11:00 - Levantamento de práticas exitosas para a integração curricular</b> <i>Mediação: Prof. Me. Stefan de Oliveira Rosa (Direbt/Proen/IFTO)</i> Participantes: Docentes, TAE, Representantes ProfEPT, Comissão de Elaboração das Diretrizes Curriculares Institucionais</p> <p><b>11:00 às 12:00 Comentário sobre as experiências com Prof. Rodolfo.</b> Perguntas aos expositores ou ao palestrante.</p> <p><b>TARDE</b></p> <p><b>14:00 às 16:00 - Leitura da minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para a integração curricular no âmbito IFTO</b> <i>Mediação: Prof. Me. Stefan de Oliveira Rosa (Direbt/Proen/IFTO)</i> Participantes: Docentes, TAE, Representantes ProfEPT, Comissão de Elaboração das Diretrizes Curriculares Institucionais</p> <p><b>16:00 às 17:00 - Avaliação do Seminário. Encaminhamentos. Fechamento.</b></p>	

## APÊNDICE 6 – Banner do evento

# Seminário do Currículo Integrado

**11 a 12  
DE ABRIL DE 2019**

Local:  
*Campus Paraíso do Tocantins/IFTO*

**Integração Curricular nos Cursos Técnicos Integrados  
ao Ensino Médio do IFTO: da teoria à práxis**

**INSTITUTO  
FEDERAL  
Tocantins**

**PROFEPT**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**NELPPE**  
CNPQ

## APÊNDICE 7 – Lista de atividades compartilhada com Comissão



<b>COMISSÃO EXECUTIVA - Lista de atividades p/ o Seminário do Currículo Integrado</b>		
<b>Demandas</b> (prévias e durante o evento)	<b>Tarefas</b>	<b>Responsáveis</b>
<b>Decoração do local</b>	<p>a) Acompanhar confecção de banner (externo e interno) do evento e posicioná-lo em local fixo que seja visível durante todo o evento;</p> <p>b) organizar a mesa (não coloquem nada sobre a mesa, para evitar acidentes ou que tirem a visão do público);</p> <p>c) providenciar plástico bolha para transportar as poltronas;</p> <p>d) receber poltronas do <i>Campus Palmas</i>; (Ok - providenciado)</p> <p>e) auxiliar a organização da estrutura para relatores (mesa, computadores) no 2º dia;</p> <p><u>Materiais necessários:</u></p> <p>Tecido para cobrir painel de fundo; (Dennis)                      Tecido para cobrir palco; (Dennis)                      Banner de fundo interno e um externo (acompanhar confecção e recebimento); (ok-providenciado)                      Backdrop IFTO (comunicação); (Reitoria)                      Bandeiras; (Campus)                      Forro mesas externas;                      Iluminação; (Dennis)                      Tapete; (Dennis)                      Poltronas; (Campus Palmas)                      Mesa de centro com arranjo (no chão);</p>	<p><b>Coordenação de decoração:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Maria Goretti (Coordenadora);</li> <li><input type="checkbox"/> Dalton Mota;</li> <li><input type="checkbox"/> Lorena Jacy Fonseca Borges</li> <li><input type="checkbox"/> Rafaela Soares Biase</li> </ul>

<p><b>Comunicação e recepção do(s) palestrantes</b></p>	<p>a) Reservar hotel; (OK - Providenciado)  b) Providenciar o traslado ida-volta aeroporto e ida-volta ao local do evento - veículos agendados - (manter comunicação direta com os motoristas e providenciar plaquinhas de identificação e enviar alguém com o motorista);  c) Verificar horário de saída do hotel dos palestrantes e quem irá buscá-los, na data do evento.  d) Providenciar o traslado da intérprete de libras; (Porto Nacional)  e) Definir cardápio do restaurante do Campus, para os dois dias de evento, com o Sr Manoel; (OK - Providenciado)  f) informar os palestrantes sobre a programação, encaminhá-los ao auditório e apresentá-los à coordenação do evento;  g) reservar local de descanso (privado) para os palestrantes permanecerem entre as atividades do evento;  h) reservar, previamente, restaurante para as refeições dos palestrantes;  i) escolher um assessor direto para tratar com os palestrantes (em caso de necessidades específicas como <i>xerox</i>, <i>pendrive</i>, etc. É preciso que saibam a quem perguntar/recorrer.); j) reservar espaço para os palestrantes e autoridades presentes;  k) Buscar câmeras na UFT (terça-feira) Dia 09/04, sairá às 13hs-Sr Carlos (OK - Providenciado)  l) Buscar poltronas <i>Campus</i> Palmas; (segunda) 08/04-11:30-Sr Carlos (OK - Providenciado)  Providenciar papelão e cordas e pegar papel bolha com Gorette.  m) conseguir lembrancinha (sugestão: kit do IFTO) para os palestrantes; (vou vê a quantidade que tem no almoxarifado ainda)  n) assessorar no <i>coffee break</i> (caso tenha), conduzindo os palestrantes até o local;  o) solicitar e acompanhar pintura da parede da frente do auditório; (pintura será realizada dia 8/4). (OK - Providenciado)  p) solicitar reserva de ônibus para alunos e servidores do <i>Campus</i> Palmas/IFTO; (veículo agendado). (OK - Providenciado-Sairá às 06:30)  q) Providenciar retirada de canetas personalizadas (Palmas brindes-Aline - 3225 1616); (OK - Providenciado)</p>	<p><b>Coordenação de recepção e logística:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Márcia Adriana (recepção);</li> <li><input type="checkbox"/> Márcia Sepúlveda (Coordenadora de recepção);</li> <li><input type="checkbox"/> Clodes dos Santos Filho (logística);</li> <li><input type="checkbox"/> Fabrício Barbosa (logística);</li> <li><input type="checkbox"/> Anicesio Tavares (Coordenador de logística);</li> <li><input type="checkbox"/> Marlice Vera (logística).</li> </ul>
---	---	---

<p><b>Cerimonial</b></p>	<p>a) Elaborar texto de abertura do evento (<i>tema e objetivo do evento, agradecimento às autoridades presentes, etc</i>);</p> <p>b) Identificar e saudar as autoridades presentes;</p> <p>c) Solicitar, salvar e testar (junto com a equipe de TI) as apresentações dos palestrantes, antes do evento;</p> <p>d) Escolher um video-audio do Hino Nacional oficial, de preferência em Libras;</p> <p>e) providenciar intérpretes de Libras (estes devem ter acesso ao teor das palestras previamente, para isso, solicite os resumos ou slides aos palestrantes previamente), pois o evento será transmitido; (OK - Providenciado)</p> <p>f) providenciar, junto à Reitoria, a elaboração e envio de convites aos campi; (ok-providenciado)</p> <p>g) verificar, pouco antes do início do evento, os componentes que comporão a mesa de abertura;</p> <p>h) informar aos componentes da mesa a ordem da composição e o tempo de fala de cada um;</p> <p>i) organizar, junto com a equipe de logística, o auditório em caso de superlotação;</p> <p>j) providenciar assinatura do termo de autorização de uso de imagem;</p> <p>k) providenciar água para os palestrantes;</p> <p>l) gerenciar e informar as alterações repentinas na programação;</p> <p>m) providenciar e testar com antecedência o material e equipamentos para transmissão de videoconferência;</p> <p>n) Posicionar o intérprete de Libras de modo que não tomem o protagonismo do palestrante, mas que possam ser bem localizado na transmissão online;</p> <p>o) ao final de cada sessão do evento, fornecer informações relativas ao evento ( sobre certificados, anais do evento, link de transmissão, etc);</p> <p>p) solicitar e receber <i>backdrop</i> IFTO na Reitoria/IFTO; (OK - Providenciado)</p> <p>q) Enviar link para webconferência para a lista geral do IFTO;</p> <p>r) informar aos palestrantes e mediadores de mesa quanto ao tempo de fala durante o evento;</p>	<p><b>Coordenação de cerimonial:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Maria Lucia Adriana Silva; Mayana Matos (Coordenadora);</li> <li><input type="checkbox"/> Gustavo Rodrigues Barbosa (bolsista).</li> </ul>
<p><b>Recursos tecnológicos e TI</b></p>	<p>a) verificar previamente com o cerimonial, quais apresentações serão projetadas por meio de recursos audiovisuais e testá-las antes do evento (recursos: datashow, telão, microfone, mesa de som, sistema de gravação, etc);</p> <p>b) orientar, previamente aos palestrantes e intérpretes de Libras sobre posicionamento no palco, para garantir uma boa transmissão;</p>	<p><b>Coordenação de TI:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Bruno Almeida (Coordenador);</li> <li><input type="checkbox"/> Ricardo Sousa Pimentel;</li> <li><input type="checkbox"/> Carlos Henrique Souza dos Santos;</li> </ul>

	<p>c) Auxiliar nos testes dos equipamentos para transmissão de videoconferência;</p> <p>d) auxiliar no registro dos participantes pela webconferência;</p> <p>e) retirar o equipamento de ponto eletrônico localizado na parede frontal do auditório;</p> <p>f) verificar com equipe de TI da Reitoria, possibilidade de emissão de certificado total e parcial (por atividade); (OK - verificado)</p> <p>g) verificar procedimento para aumentar a quantidade de vagas para inscrições; (OK - verificado)</p>	<p><input type="checkbox"/> Wenderson Rios Gonçalves.</p>
<p><b>Credenciamento</b></p>	<p>a) providenciar lista prévia (comissão de certificação) dos participantes do evento; (OK - Providenciado)</p> <p>b) providenciar a estrutura e espaço físico para o credenciamento (Solicitar as mesas, cadeiras, forro, etc para credenciamento; (Pedido feito via email no dia 04/04 para a Gerencia de ADM) Conferir estrutura para credenciamento; Conferir funcionamento dos computadores; Organizar kits); (Pedido feito via email no dia 04/04 para o Bruno e Ricardo TI)</p> <p>c) providenciar pasta com a programação do evento, com bloco de anotação, caneta e crachá; (OK - Providenciado)</p> <p>d) informar aos participantes sobre a emissão dos certificados;</p> <p>e) providenciar modelo de declaração de participação para os que precisarem justificar presença no evento; ADMA (OK - PROVIDENCIADO)</p> <p>f) prestar informação sobre restaurante (necessidade de incluir nome em lista; ADMA (02/04) (OK - PROVIDENCIADO)</p> <p>g) Imprimir, distribuir e recolher ficha de avaliação do seminário; ADMA (10/04) (OK - PROVIDENCIADO)</p> <p>h) Fazer planilha do cardápio dos 2 dias e deixar junto à lista; ADMA (09/04) (OK - PROVIDENCIADO)</p>	<p><b>Coordenação de credenciamento:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Ustana Ferraz Soares (Coordenadora);</p> <p><input type="checkbox"/> Adma Suelen;</p> <p><input type="checkbox"/> Lorrane Ribeiro de Souza Substituição devido transporte no dia do evento</p> <p><input type="checkbox"/> Laziane Milhomem de Sousa Substituição devido transporte no dia do evento</p> <p><input type="checkbox"/> Edilene Melo Substituição devido viagem. Acrescentar Ângela Cristina Sousa da Silva</p> <p><input type="checkbox"/> Acrescentar Ariele curso Alimentos</p> <p><input type="checkbox"/> Acrescentar Vitória curso Alimentos</p>

<p><b>Emissão de Certificado</b></p>	<p>a) gerenciar informações do “sistemas de inscrições”;</p> <p>b) emitir lista de inscritos (constar nome, documento, telefone, e-mail e vínculo);</p> <p>c) enviar e-mails informativos (confirmação de presença, liberação de certificados)</p> <p>d) providenciar envio de e-mail de notificações para confirmação de presença;</p> <p>e) Solicitar e enviar lista de alunos colaboradores; (OK - providenciado)</p>	<p><b>Coordenação de certificação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Liliane Garcia (Coordenadora);</li> <li><input type="checkbox"/> Eduarda Morais Veras Ferreira</li> </ul>
<p><b>Arte gráfica e momento cultura</b></p>	<p>a) Criação de logo para o evento; (OK - providenciado)</p> <p>b) Elaboração de banner para uso interno e externo; (OK - providenciado)</p> <p>c) Elaboração de folder/cartaz para divulgação; (OK - providenciado)</p> <p>d) Enviar artes de banner e folder/cartaz para gráfica para cotação e impressão; (OK - providenciado)</p> <p>e) Organizar de apresentação com os alunos para os momentos culturais;</p>	<p><b>Coordenação de arte gráfica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Roberto Sales (Coordenador);</li> <li><input type="checkbox"/> Márcia Sepúlveda.</li> </ul>
<p>Orientação dos trabalhos referentes ao levantamento e leitura de minuta</p>	<p>a) Providenciar publicação/chamada para o levantamento das experiências exitosas, junto à equipe da comunicação e eventos da Reitoria, explicando os objetivos, critérios, e limite da quantidade de experiências, devido o tempo (1 hora para essa atividade-10 minutos para cada um); (OK - providenciado)</p> <p>b) Definir critérios e estrutura para submissão das experiências exitosas; (OK - providenciado)</p> <p>c) Elaborar e imprimir fichas para inscrição das experiências exitosas no dia do evento (credenciamento);</p> <p>d) Mediar perguntas sobre as experiências exitosas ou sobre a palestra (Prof. Rodolfo);</p> <p>e) verificar previamente com o cerimonial, quais apresentações das experiências exitosas serão projetadas por meio de recursos audiovisuais (recursos: datashow, telão, microfone, mesa de som, sistema de gravação, etc);</p> <p>f) Conferir estrutura física para relatores (mesa, computadores, etc);</p> <p>g) Auxiliar no recebimento de contribuições e perguntas pelo hangouts na data do evento;</p>	<p><b>Coordenação das Diretrizes Curriculares Institucionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Stefan de Oliveira Rosa (Coordenador);</li> <li><input type="checkbox"/> Janaína Miranda Muradas Amarin;</li> <li><input type="checkbox"/> Hérica de Oliveira Aguilar;</li> <li><input type="checkbox"/> Raquel Bezerra Barros (relator);</li> <li><input type="checkbox"/> Elkerlane Martins de Araujo (relator);</li> <li><input type="checkbox"/> Wilson Barbosa Alves (relator);</li> <li><input type="checkbox"/> Jair José Maldaner (mediador IFTO).</li> </ul>

	<p>h) Acompanhar elaboração e envio de convites aos campi; (OK - providenciado)</p> <p>i) Acompanhar publicação de nota sobre a dinâmica (regras e estrutura) das atividades para o levantamento de práticas exitosas, na DICOM; (OK - providenciado)</p> <p>j) Providenciar comunicação de período das inscrições; (OK - providenciado)</p> <p>k) Confirmar recebimento (Copysystems) de cartazes para os <i>Campi</i> Porto e Avançado Lagoa da Confusão; (15 unidades) (OK - providenciado)</p> <p>j) Providenciar e acompanhar os processos de diárias e passagens de alguns palestrantes;<b>Ok</b></p> <p>k) Verificar materiais para o kit (ecobag, pasta, bloco, crachá, folder da programação) <b>providenciando...</b></p> <p>l) Acompanhar confecção de crachás; <b>providenciando...</b></p> <p>m) Acompanhar confecção de folder da programação;<b>providenciando..</b></p> <p>n) acompanhar a solicitação de intérprete de libras; (23234 008420/2019-12) (OK - providenciado)</p>	
<p><b><i>Coffee break</i></b></p>	<p>a) Calcular a quantidade de lanche e bebida (quente e fria) necessária; (providenciando)</p> <p>b) Verificar horário reservado para o coffee break; (OK - providenciado)</p> <p>c) Verificar patrocínios;</p> <p>c) Definir o cardápio e opções;</p> <p>d) Organizar utensílios, tais como pratos, copos, guardanapos, talheres, etc.</p> <p>e) Definir local para servir o coffee break;</p> <p>f) Organizar estrutura (mesas e utensílios para dispor os alimentos e bebida);</p> <p>g) Organizar logística;</p>	<p><b>Coordenação de coffee break</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Hosana Maria Ribeiro Reis (Coordenadora);</li> <li><input type="checkbox"/> Joicirleide Pereira da Silva;</li> <li><input type="checkbox"/> Cleidiane Lobo de Azevedo</li> <li><input type="checkbox"/> Delma Silva.</li> </ul>

## APÊNDICE 8 – Cartas-convites

1/202019

SEI/IFTO - 0000208 - Carta de Anúncio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS

### CARTA CONVITE

À  
Professora Doutora Marisa Nogueira Ramos

**Assunto: Seminário do Currículo Integrado**

O Instituto Federal do Tocantins, Campus Paraíso do Tocantins, promoverá o Seminário do Currículo Integrado, cujo acrônimo para referência adotamos: SCI.

O evento será realizado no Instituto Federal do Tocantins/Campus Paraíso do Tocantins, na data de 11 de Abril de 2019.

Partimos do pressuposto de que a Educação Profissional e Tecnológica - EPT pode proporcionar uma formação completa do indivíduo para ser um cidadão crítico e responsável pela tomada de decisões, diante das oportunidades de seu futuro. Dessa forma, objetivamos nesse evento fomentar debates, sob um viés crítico, que cercam a temática da Integração que se deseja entre o ensino médio e o ensino técnico e criar ambientes de possíveis mudanças para serem aplicadas na prática pedagógica dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Assim sendo, gostaríamos de convidá-la a participar do evento, proferindo uma conferência com a temática: Currículo Integrado: os desafios do ensino médio integrado à educação profissional.

Viabilizaremos sua participação oferecendo-lhe passagens aéreas, hospedagem e alimentação. Esperamos que possa aceitar nosso convite e aguardamos sua pronta resposta/confirmação via e-mail.

Nome:		
Ocupação Profissional:		
Local de Trabalho:		
Endereço:		Cidade:
Estado:	País:	Telefone:
RG:	Sispe:	Passaporte:
Conta bancária:		

[https://sei.ifto.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=638854&ntf=&ntm=...](https://sei.ifto.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=638854&ntf=&ntm=...) 1/2

Banco	Agência	Nº conta
-------	---------	----------

Para quaisquer esclarecimentos entrar em contato com Natália Borba de Moraes Marques ou Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira, pelos telefones (63) 3361-0336, (63) 98401-5440 ou (64) 99644-1447, ou pelos e-mails [natalia.marques@ifto.edu.br](mailto:natalia.marques@ifto.edu.br) e [jussara.oliveira@ifto.edu.br](mailto:jussara.oliveira@ifto.edu.br).

Atenciosamente,

Paraisópolis do Tocantins, 28 de janeiro de 2019.

**Natália Borba de Moraes Marques**  
 Coordenadora do evento  
 IFTO/Campus Paraisópolis do Tocantins



Documento assinado eletronicamente por Natália Borba de Moraes Marques, Servidora, em 28/01/2019, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_documento=6388644&id\\_documento=6388644&id\\_documento=6388644](http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento=6388644&id_documento=6388644&id_documento=6388644), informando o código verificador: 0569209 e o código CRC EBA712CB.

 Rodovia Br-153, Km 480  
 Distrito Agroindustrial  
 CEP 77.600-000 Paraisópolis do Tocantins - TO  
 (63) 3361-0300  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [matris@ifto.edu.br](mailto:matris@ifto.edu.br)

Referência: Processo nº 23294.001493/2019-75

SEI nº 0569209



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS

### CARTA CONVITE

Ao  
Senhor Rodolfo Florucci

**Assunto: Seminário do Currículo Integrado**

O Instituto Federal do Tocantins, Campus Paraíso do Tocantins, promoverá o Seminário do Currículo Integrado, cujo acrônimo para referência adotamos: SCI.

O evento será realizado no Instituto Federal do Tocantins/Campus Paraíso do Tocantins, na data de 11 e 12 de Abril de 2019.

Partimos do pressuposto de que a Educação Profissional e Tecnológica - EPT pode proporcionar uma formação completa do indivíduo para ser um cidadão crítico e responsável pela tomada de decisões, diante das oportunidades de seu futuro. Dessa forma, objetivamos nesse evento fomentar debates, sob um viés crítico, que cercam a temática da integração que se deseja entre o ensino médio e o ensino técnico e criar ambientes de possíveis mudanças para serem aplicadas na prática pedagógica dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Assim sendo, gostaríamos de convidá-lo a participar do evento, apresentando as experiências do processo de implantação do currículo inovador na IFPR/Campus Jacarezinho, em uma Mesa-redonda, com a temática: "Desafios e experiências na implantação de um currículo integrado".

Viabilizaremos sua participação oferecendo-lhe passagens aéreas, hospedagem e alimentação. Esperamos que possa aceitar nosso convite e aguardamos sua pronta resposta/confirmação via e-mail.

Nome:	
Ocupação Profissional:	
CPF:	
Local de Trabalho:	
Data de nascimento:	
Endereço:	Cidade:

Estado:	Sisape:	Telefone:
RG:		
Conta bancária:		
Banco	Agência	Nº conta

Para quaisquer esclarecimentos entrar em contato com Natália Borba de Moraes Marques ou Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira, pelos telefones (63) 3361-0338, (63) 98401-5440 ou (64) 99644-1447, ou pelos e-mails [natalia.marques@ifto.edu.br](mailto:natalia.marques@ifto.edu.br) e [jussara.oliveira@ifto.edu.br](mailto:jussara.oliveira@ifto.edu.br).

Atenciosamente,

Paraisópolis, 19 de março de 2019.

**Natália Borba de Moraes Marques**  
 Coordenadora do SCI  
 IFTO/Campus Paraisópolis do Tocantins



Documento assinado eletronicamente por Natália Borba de Moraes Marques, Servidora, em 19/03/2019, às 06:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade desta documento pode ser conferida no site [http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0621238 e o código CRC 793820E5.

 Rodovia BR-153, Km 480  
 Distrito Agroindustrial  
 CEP 77.600-000 Paraisópolis - TO  
 (63) 3361-0300  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [reitoria@ifto.edu.br](mailto:reitoria@ifto.edu.br)

Matrícula: Processo nº 23234.006065/2019-39

SEI nº 0621238



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS

#### CARTA CONVITE

À  
Senhora Simônia Peres da Silva

**Assunto: Seminário do Currículo Integrado**

O Instituto Federal do Tocantins, *Campus Paraíso do Tocantins*, promoverá o Seminário do Currículo Integrado, cujo acrônimo para referência adotamos: SCI.

O evento será realizado no Instituto Federal do Tocantins/*Campus Paraíso do Tocantins*, na data de **11 de Abril de 2019**.

Partimos do pressuposto de que a Educação Profissional e Tecnológica - EPT pode proporcionar uma formação completa do indivíduo para ser um cidadão crítico e responsável pela tomada de decisões, diante das oportunidades de seu futuro. Dessa forma, objetivamos nesse evento fomentar debates, sob um viés crítico, que cercam a temática da Integração que se deseja entre o ensino médio e o ensino técnico e criar ambientes de possíveis mudanças para serem aplicadas na prática pedagógica dos cursos técnicos Integrados ao ensino médio.

Assim sendo, gostaríamos de convidá-la a participar do evento, proferindo uma mesa-redonda com a temática: "Desafios e experiências na implementação de um currículo Integrado".

Viabilizaremos sua participação oferecendo-lhe passagens aéreas, hospedagem e alimentação. Esperamos que possa aceitar nosso convite e aguardamos sua pronta resposta/confirmação via e-mail.

Nome:		
Ocupação Profissional:		
CPF:		
Local de Trabalho:		
Data de nascimento:		
Endereço:		Cidade:
Estado:	Sigep:	Telefone:

RG:		
Conta bancária:		
Banco	Agência	Nº conta

Para quaisquer esclarecimentos entrar em contato com Natália Borba de Moraes Marques ou Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira, pelos telefones (63) 3361-0338, (63) 98401-5440 ou (64) 99644-1447, ou pelos e-mails [natalia.marques@ifto.edu.br](mailto:natalia.marques@ifto.edu.br) e [jussara.oliveira@ifto.edu.br](mailto:jussara.oliveira@ifto.edu.br).

Atenciosamente,

Paraisópolis, 08 de março de 2019.

**Natália Borba de Moraes Marques**  
 Coordenadora do evento  
 IFTO/Computar Paraisópolis do Tocantins



Documento assinado eletronicamente por Natália Borba de Moraes Marques, Servidora, em 08/03/2019, às 05:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador\\_documento.php?acao=documento\\_conferido&orgao\\_destino=0](http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_documento.php?acao=documento_conferido&orgao_destino=0), informando o código verificador 0609252 e o código CRC 0407AC74.

 Rodovia BR-153, Km 480  
 Distrito Agroindustrial  
 CEP 77.600-000 Paraisópolis - TO  
 (63) 3361-0300  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [seis@ifto.edu.br](mailto:seis@ifto.edu.br)

Referência: Processo nº 23234.006065/2019-39

SEI nº 0609252



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS

## CARTA CONVITE

Prezado Professor Stefan de Oliveira Rosa

O Instituto Federal do Tocantins, *Campus* Paraíso do Tocantins em parceria com a Reitoria e o Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, promoverão o **Seminário do Currículo Integrado**, cujo acrônimo para referência adotamos: SCI.

O evento será realizado no Instituto Federal do Tocantins/*Campus* Paraíso do Tocantins, nos dias 11 e 12 de Abril de 2019.

Partimos do pressuposto de que a Educação Profissional e Tecnológica - EPT pode proporcionar uma formação completa do indivíduo para ser um cidadão crítico e responsável pela tomada de decisões, diante das oportunidades de seu futuro. Dessa forma, objetivamos nesse evento fomentar debates, sob um viés crítico, que cercam a temática da integração que se deseja entre o ensino médio e o ensino técnico e criar possibilidades de reflexão acerca dos currículos e das práticas pedagógicas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Assim sendo, gostaríamos de convidá-lo a participar do evento, como mediador da Conferência, com a temática: “**Currículo Integrado: Possibilidades e desafios do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**”, apresentada pela Professora Marise de Nogueira Ramos. Ademais, pretende-se construir, coletivamente, uma minuta das Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos profissionais técnicos de nível médio, no qual convidamo-lo a participar mediando esse processo.

Esperamos que possa aceitar nosso convite e aguardamos sua pronta resposta/confirmação via e-mail.

Para quaisquer esclarecimentos entrar em contato com Natália Borba de Moraes Marques ou Jussara de Fátima Alves Campos de Oliveira, pelos telefones (63) 98401-5440 ou (64) 99644-1447, ou pelos e-mails [natalia.marques@ifto.edu.br](mailto:natalia.marques@ifto.edu.br) e [jussara.oliveira@ifgoiano.edu.br](mailto:jussara.oliveira@ifgoiano.edu.br).

A resposta da presente carta convite deverá ser enviada para os e-mails: [natalia.marques@ifto.edu.br](mailto:natalia.marques@ifto.edu.br) e [jussara.oliveira@ifgoiano.edu.br](mailto:jussara.oliveira@ifgoiano.edu.br)

Atenciosamente,

*Natália Borba de Moraes Marques*

Natália Borba de Moraes Marques  
Coordenadora do evento

## APÊNDICE 9 – Modelo do Formulário de avaliação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

### FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO EVENTO

**Seminário do Currículo Integrado – Integração Curricular nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFTO: da teoria à práxis**

**Período de realização: 11 e 12/04/2019**

Esta avaliação objetiva coletar informações, sugestões e opiniões dos participantes no sentido de buscar nos próximos eventos as adequações necessárias às ações planejadas. Não é necessário identificar-se.

Para cada item, assinale a opção que melhor reflete sua opinião.	Pésimo	Fracó	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica
1. Divulgação do Evento						
2. Programação do Evento						
3. Organização do Evento						
4. Tema(s) abordado(s)						
5. Conhecimento do(s) palestrante(s) em relação ao(s) tema(s) da(s) atividade(s)						
6. Adequação da carga horária de cada atividade						
7. Relevância das informações transmitidas						
8. Adequação das instalações à realização do evento.						

9. Você indicaria a outras pessoas a participação neste evento?      Sim ( )      Não ( )  
Justifique.

---

---

---

---

---

---

---

---

10. Comentários opcionais (sugestões, pontos positivos e negativos)

---

---

---

---

---

---

---

---

11. Que tema(s) sugere, caso o evento seja realizado novamente?

---

---

---

---